

**ZONA FRANCA DE MANAUS: AME-A OU DEIXE-A (EM NOME DA
FLORESTA)**

THAÍS BRIANEZI

EDITORA VALER

MANAUS, 2018

Prefácio

A Amazônia nos fascina. Mexe com todos nós. Tem relação com as nossas raízes culturais, tornando presente nossa memória ancestral. A Região nos coloca frente à essência da vida, com sua exuberância natural e diálogo perceptível com as forças que regem o equilíbrio maior do planeta. A imensa floresta tem papel de destaque nos regimes hidrológicos e climatológicos de vastas frações do Brasil e do continente sul-americano. Abriga parte importante de nossa riqueza e diversidade biológica, com inúmeras espécies animais e vegetais, muitas ainda pouco conhecidas.

Mas a Amazônia é ainda mais que a floresta. É também um imponente mosaico de conjuntos geomorfológicos interligados, com suas planícies, maciços, várzeas, campos, cerrados, matas de densidade variada e outras formações, cujas partes interagem num delicado jogo de forças. (...) Incrustados nas suas entranhas e com variados perfis sociais, índios, caboclos, migrantes etc., os homens estão a frente dos movimentos de ocupação, preservação e utilização das suas áreas, contribuindo ou não para sua reprodução sustentável.

Não há opção simples para o desenvolvimento da Região. Preservar a floresta implica construir caminhos capazes de gerar renda e qualidade de vida para suas populações. Desenvolver a Amazônia obriga a produzir uma interação virtuosa entre forças sociais capazes de usar as riquezas derivadas da biodiversidade e outros recursos naturais regionais sem destruí-la. E isso não pode ser obtido pela replicação dos padrões atuais do que convencionamos chamar de desenvolvimento nas sociedades ocidentais. (Lucia Carvalho Pinto de Melo)

É nessa Amazônia delineada acima, no prefácio ao livro “Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições”, elaborado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, em 2009, que emerge o vigoroso texto desta obra de Thaís Brianezi, convidando-nos a pensar sobre qual desenvolvimento e sobre qual ambientalismo está em pauta ao dialogar-se sobre sustentabilidade socioambiental para e na região.

Conheci Thaís Brianezi ao final de uma aula no Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, na USP em São Paulo. Estudante ouvinte, após os diálogos sobre o conteúdo da aula, perguntou se poderia enviar o seu projeto de pesquisa para a minha análise sobre uma eventual possibilidade de orientação.

Dias depois recebi o projeto “A mudança climática em disputa no Amazonas”, onde Thaís em perfeita redação enunciava a sua proposta de pesquisar no Amazonas, o maior estado brasileiro, o lugar de destaque ocupado pela mudança climática na pauta política. Segundo ela, sob um discurso de aparente consenso, movimento social, Estado e empresas, que defendiam interesses distintos no campo ambiental, seriam favoráveis à manutenção da política de isenção fiscal do Pólo Industrial de Manaus, que a princípio terminaria em 2023. Na defesa de sua manutenção, para além dos argumentos como a geração de emprego e renda ganhava destaque o discurso ambiental. Dizia

“o fato de o percentual de área desmatada no Amazonas não ultrapassar 2% da área total do estado é creditado por políticos e empresários ao sucesso do modelo Zona Franca de Manaus. Bruno Latour (2004) afirmou que para lidar com questões globais complexas, como a mudança climática, é preciso desconstruir a lógica instrumental. No Amazonas, porém, a apropriação do discurso ambientalista por diferentes sujeitos parece ter em comum a perspectiva utilitarista”.

Perseguindo esse objetivo de desvelamento de um discurso ambientalista instrumental chegou ao seu projeto final de pesquisa e ao desenvolvimento dos trabalhos de campo e estudos que ocorreram por meio da participação em congressos e cursos em várias partes do planeta e no envolvimento exemplar com as atividades da Oca, o Laboratório de Educação e Política Ambiental, localizado no Departamento de Ciências Florestais da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiróz”, da Universidade de São Paulo. Todo esse acúmulo de aprendizados, ensinamentos e intervenções educadoras e comunicadoras no campo socioambientalista resultou na sua tese de doutoramento **“O deslocamento do discurso sobre a Zona Franca de Manaus: do progresso à modernização ecológica”**.

Sua tese conquistou elogios unânimes da banca de avaliação e o seu conteúdo foi adaptado para o formato de livro para uma mais ampla circulação. Considero-a um presente para o leitor que poderá ao mesmo tempo em que conhece a proposta da Zona Franca de Manaus (ZFM), a sua realidade socioambiental e os argumentos diversos em sua defesa, também ter contato com textos, muito bem alinhavados nesta obra, sobre o discurso enquanto prática social e sobre distintas categorias dos discursos ambientais.

Dialogando criticamente com autores como Michel Foucault e Marteen Hajer, Bruno Latour, Pierre Boudieu, Manuel Castells, Enrique Leff, Ignacy Sachs, Boaventura de Sousa Santos, Paulo Freire e diversos outros, utiliza o seu referencial teórico para interpretar grande número de pronunciamentos de parlamentares do Amazonas e de matérias jornalísticas publicadas sobre a ZFM no período de 2007 a 2010.

Desenvolvimento sustentável é o novo nome para os antigos conceitos de crescimento e progresso, onde as empresas da ZFM são apresentadas como as grandes responsáveis pela conservação da floresta, pois trazem e mantêm a população na Capital, evitando que necessite explorar a floresta para sobreviver. O “setor produtivo” permitindo a conservação, a preservação do improdutivo que permanecerá como floresta. Responde-se aos anseios conservacionistas da opinião pública no país e em outros países. Abre-se a possibilidade para lucros no mercado de carbono, no ecoturismo e em projetos de conservação e reserva-se um estoque de possibilidades para exploração futura. Caso a ZFM acabe, haverá desempregos e desmatamento.

Em suas palavras “esse roteiro fatalista, autoritário, não reconhece o papel dos povos e comunidades tradicionais na conservação da floresta nem está aberto ao debate público sobre outros modelos de desenvolvimento para a região amazônica”.

Em seu projeto original de pesquisa, Thaís cita o filósofo Aymara Fernando Huanacuni Mamani destacando a contradição de se enfrentar a crise climática a partir da mesma lógica que a causou:

“La solución que nos plantean es la misma: hay que seguir haciendo negocio de la Pachamama. La hemos destruído haciendo negocio y hay que hacer negocio para salvarla”. (*Vivir Bien / Bien Vivir: filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales*. La Paz: Instituto Internacional de Integración 2010: 8).

Os treze princípios apresentados pelo mencionado filósofo, para o Bem Viver, segundo Thaís, são: saber comer, saber beber, saber dançar, saber dormir, saber trabalhar, saber meditar, saber pensar, saber amar e ser amado, saber escutar, saber falar, saber sonhar, saber caminhar, saber dar e receber.

Zigmunt Bauman, em seu livro “Comunidade”, nos incita à reflexão sobre como, na modernidade, especialmente no momento atual, nos distanciamos desses princípios e de todo o acolhimento do conceito título de seu livro. Os sentimentos de identidade e pertencimento que poderiam nos aproximar de nós mesmos, não encontram o necessário estímulo e ressonância em sociedades e grupos sociais que se fecham ao outro e ao diálogo. O medo e o simulacro inibem a potência de agir e sequestram os caminhos da felicidade individual e coletiva para práticas consumistas, competitivas e individualistas.

Outros modelos de desenvolvimento na Região Amazônica e no Planeta exigem processos de arqueologia virtual do presente, como menciona Boaventura de Sousa Santos em sua obra “Pela Mão de Alice”. Mergulhos em nós próprios e em nossos processos civilizatórios, em busca dos nexos de causalidades da chamada crise ambiental.

Nada é óbvio. Devemos questionar tudo, na busca por sentidos existenciais que permitam sermos felizes e sustentáveis sob a ótica da manutenção da capacidade de suporte do Planeta para as gerações futuras e de realização imediata de uma vida plena para todos os que O compartilham. Solidariedade sincrônica e diacrônica. Compromissos e responsabilidades divididas de acordo com as possibilidades diferenciadas de cada pessoa e grupo social. Nada de superprodução e superconsumo para alguns e subprodução e subconsumo para muitos. Vamos analisar o “Kit Civilização”, como dito por Aylton Krenak, e avaliar o que dele é essencial e o que é supérfluo, o que pode ser melhor dividido e socializado e o que pode ser aprimorado ou abolido.

Não posso deixar de retomar o estudo coordenado por Berta Becker, mencionado no início deste prefácio, para reforçar a importância deste trabalho realizado por Thaís Brianezi. Nele, aponta-se que a vanguarda de inovação da estratégia de desenvolvimento regional,

“reside no coração florestal. Ele constitui verdadeira fronteira onde novas formas de produção podem utilizar sem destruir um potencial de recursos não madeireiros, minerais e serviços ambientais, muitos deles ainda não devidamente conhecidos. Organizar a produção madeireira e a indústria florestal é a estratégia básica na extensa zona das matas abertas e parte de transição, ainda existentes, onde rodovias e cidades melhor equipadas sustentam uma crescente pecuária bovina e uma exploração madeireira desorganizada, como principais atividades. Pecuária leiteira e agricultura instáveis, também ali presentes, merecem ser fortalecidas com formas avançadas de produção e de organização fundiária que garantam a produção de alimentos para toda a Amazônia com Mata”. (p. 396).

O mencionado estudo reafirma ainda a importância de uma logística específica baseada em

“multimodalidade e capilaridade das cadeias produtivas que tem nas cidades o ponto de convergência de todos os tipos de redes – técnicas e sociais, e que por essa razão devem ser equipadas com serviços para comandar a estratégia, para atrair pesquisadores e empresários, e para permitir a interação nas e entre as Zonas. (...) Amazônia com e sem Mata não são unidades estanques. Até agora a dinâmica regional da Amazônia sem Mata tem sido a dominante. Espera-se que as inovações na Amazônia com Mata possam inverter a situação, estimulando mudanças na sem Mata”. (p.396)

E finaliza:

“Espera-se também que as inovações possam colaborar com a integração da Amazônia sul-americana. E que o coração florestal da Amazônia brasileira e a borda do grande bioma amazônico sul-americano, igualmente ainda bastante intacto, e onde Manaus, por sua posição estratégica, tem possibilidade de comandar a bioprodução e os serviços ambientais”. (p.397).

Que a leitura deste livro estimule as reflexões, a análise crítica do presente, o melhor conhecimento das políticas, atuais e possíveis, de desenvolvimento para a Zona Franca de Manaus, para o Estado do Amazonas e para a Amazônia como um todo e principalmente, fomenta a nossa capacidade de sonhar, enunciar utopias e tomá-las como horizonte a ser materializado por ações e lutas na construção de sociedades sustentáveis.

MARCOS SORRENTINO
Piracicaba (SP), Maio de 2014

APRESENTAÇÃO

A Zona Franca de Manaus (ZFM) foi criada em 1967 pela ditadura militar, como parte de uma política de integração nacional que concebia a floresta como obstáculo. Seus incentivos fiscais deveriam terminar em 1997, mas já foram prorrogados por duas vezes (em 1988, até 2013, e em 2003, até 2023). Desde 2011, tramita no Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que amplia a duração da ZFM por mais 50 anos (até 2073). O lobby para que essa PEC seja aprovada fundamenta-se no argumento de que, graças à geração de empregos urbanos, o Polo Industrial de Manaus (PIM) é o principal responsável pelo fato de aproximadamente 98% das florestas do Amazonas estarem conservadas.

Como e por que um discurso de legitimação que se apoiava na ideia de progresso foi perdendo força para uma defesa baseada no discurso de sustentabilidade? Por que determinados discursos ambientais perderam força e outros se tornaram hegemônicos? Que comportamentos e interesses esses discursos normalizam e quais excluem? Essas são algumas questões formuladas a partir da análise do discurso enquanto prática social e retórica, que se fundamenta no trabalho de Michel Foucault (1987, 2002, 2005).

Este livro apresenta os resultados da tese de doutoramento “O deslocamento do discurso sobre a Zona Franca de Manaus: do progresso à modernização ecológica”, defendida em 2013 pela autora no Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (PROCAM/USP). A pesquisa trabalhou com a análise crítica do discurso de um corpus composto por três conjuntos, todos publicados entre 2007 e 2010: a) as transcrições de 265 pronunciamentos sobre a ZFM dos parlamentares federais do Amazonas; b) as 626 matérias sobre a ZFM publicadas no jornal “A Crítica”; c) as 19 edições da revista “Suframa Hoje”, publicada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o órgão governamental que gerencia a ZFM.

O recorte temporal de quatro anos foi motivado pela necessidade de se limitar a coleta de dados a um período factível com o prazo do doutorado. A escolha de 2007 se deu porque a divulgação do quarto relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) catalisou o debate nacional e internacional sobre a importância da conservação das florestas (MAY et al, 2011), ao qual o verdejar do discurso sobre a ZFM está relacionado. Em

2010, as eleições para o governo estadual, Congresso Nacional e Presidência da República constituíram momento privilegiado de manifestação do lobby de defesa dos incentivos fiscais gozados pelas indústrias em Manaus. Entre esse ano inicial e o final, destacam-se ainda dois acontecimentos fundamentais para o estudo: a) em 2008, o início das ações de divulgação da pesquisa feita pelo Instituto Piatam, sob encomenda da Suframa, para medir “o impacto virtuoso do Polo Industrial de Manaus sobre a proteção da floresta amazônica” (RIVAS et al, 2009a, p. 3); b) de fevereiro de 2009 a julho de 2010, a elaboração do Plano Diretor da Gestão de Resíduos Industriais no Polo Industrial de Manaus, fruto de uma parceria entre a Suframa e a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (Jica).

As transcrições oficiais dos pronunciamentos de deputados federais e senadores no plenário do Congresso Nacional estão disponíveis no site da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente. As palavras-chave para a busca foram “Zona Franca” e/ou “Polo Industrial” e/ou “Suframa”– e, a partir da leitura dos documentos encontrados, a seleção final se restringiu aos pronunciamentos que tinham a ZFM como assunto de destaque. No período estudado, as oito cadeiras do Amazonas na Câmara dos Deputados foram ocupadas por: Francisco Praciano (PT); Silas Câmara (PTB); Vanessa Grazziotin (PCdoB); Átila Lins (PMDB); Marcelo Serafim (PSB); Rebecca Garcia (PP); Carlos Souza (PP), que em 20 de janeiro de 2009 tornou-se vice-prefeito de Manaus e foi substituído pelo suplente Lupércio Ramos (PMDB); e Sabino Castelo Branco (DEM), que entre 13 de agosto a 12 de dezembro de 2008 pediu afastamento e foi substituído pelo suplente Ronaldo Leite (PHS). Já as três vagas no Senado estavam preenchidas pelos titulares: Artur Virgílio Neto (PSDB); Alfredo Nascimento (PR), que entre 30 de março de 2007 e 31 março de 2010 ocupou o cargo de ministro dos Transportes e foi substituído pelo suplente João Pedro (PT); e Jefferson Peres (PDT), que faleceu e foi substituído em 23 de maio de 2008 pelo suplente Jefferson Praia (PDT).

O jornal “A Crítica” nasceu em 1949, por iniciativa do jornalista Umberto Calderaro Filho. Atualmente, ainda uma empresa familiar, constitui o periódico diário de maior circulação e influência política no Amazonas. O arquivo das edições impressas de “A Crítica” está digitalizado, mas não disponível on line¹. Por isso, a busca das matérias sobre a ZFM publicadas entre 2007 e 2010, após autorizada pela empresa, foi feita na sede do jornal, em Manaus. Todas as edições diárias do caderno de Economia, assim como os cadernos especiais

¹ As pesquisas envolvendo jornais regionais são mais raras justamente porque eles não costumam disponibilizar seus arquivos na internet, o que dificulta e encarece a fase de coleta de dados (MAY et al, 2011).

de aniversário da Suframa, foram lidas uma a uma, porque interessava-nos qualquer matéria que tratasse da ZFM e do PIM com um todo, assim como de um aspecto particular (por exemplo, notícias sobre uma determinada empresa ou sobre uma greve).

A “Suframa Hoje” é uma publicação institucional da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), autarquia ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) responsável pela gestão da ZFM. A revista é distribuída gratuitamente nas empresas, órgãos públicos, sindicatos e associações trabalhistas e patronais que interagem com a ZFM. Criada em 2000, sua periodicidade é irregular: ela teve quatro edições em 2007, seis em 2008, seis em 2009 e três em 2010. Parte das edições da revista está disponível em formato eletrônico no site da Suframa, mas esse arquivo é incompleto: faltam os números 37 (fevereiro de 2008), 40 (setembro de 2008), 41 (novembro de 2008) e 42 (dezembro de 2008), cujas versões impressas foram cedidas à pesquisadora pelo Departamento de Comunicação da Suframa, além do número 46 (setembro de 2009), do qual já não há exemplares disponíveis.

A escolha por se trabalhar prioritariamente com os pronunciamentos de parlamentares, as edições diárias do maior jornal local e a revista institucional da Suframa se deu porque essas são três arenas nas quais o discurso de legitimação dos incentivos fiscais da ZFM circula de forma privilegiada. A bancada do Amazonas esforça-se para proteger e prorrogar as vantagens comparativas das indústrias de Manaus no Congresso Nacional; o jornal “A Crítica” faz a mediação com os (e)leitores locais, constituindo-se como porta-voz dos interesses da elite local, mas também como espaço público de conflitos (CASTELLS, 1999; CHAPARRO, 2007); e a “Suframa Hoje” reflete as práticas institucionais da Suframa de promoção da ZFM.

Para subsidiar as análises, além de pesquisa bibliográfica e documental, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores e empresários da ZFM e observações diretas em reuniões e eventos corporativos. Desses, vale destacar: o Fórum Internacional de Sustentabilidade, que reuniu 300 dirigentes empresariais em Manaus em março de 2010; a VI Feira Internacional da Amazônia (Fiam), também em Manaus, em outubro de 2011, organizada pela Suframa; e o seminário “Economia verde na Amazônia: desafios na valorização da floresta em pé”, organizado pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP) em São Paulo, em novembro de 2011, que contou com a presença de representantes do Amazonas.

Os resultados dessas análises e a discussão deles, assim como seus pressupostos teórico-metodológicos, estão detalhados nos capítulos a seguir.. No primeiro, o objeto da pesquisa é teoricamente construído, a partir da abordagem do discurso enquanto prática social e retórica, que busca entender processos institucionais e arranjos de poder. O texto apresenta a tipologia dos discursos ambientais modernos proposta por John Dryzek (2005) e o conceito de *story line* desenvolvido por Marteen Hajer (1995, 2005, 2006, 2009), ambos inspirados no trabalho de Michel Foucault. A seguir, discute o papel dos *think tanks* na difusão de discursos ambientais gestados nos centros geopolíticos, que repercutem também nos ditos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Por fim, defende a hipótese de que os discursos hegemônicos de sustentabilidade têm se reconfigurado a partir da emergência da modernização ecológica.

O segundo capítulo apresenta o histórico da Zona Franca de Manaus (ZFM), detalhando o contexto local, nacional e global de sua criação. São discutidas as três fases do modelo, a composição e funcionamento do Polo Industrial de Manaus, as tentativas de prorrogação dos incentivos fiscais, a dependência estrutural da economia do Amazonas em relação à ZFM e o aparente consenso local que ela gera. Por fim, o texto revela o aparecimento da chamada questão ambiental no planejamento estratégico da Suframa e nos projetos para aproveitamento industrial da biodiversidade amazônica.

O terceiro capítulo analisa como a vinculação da ZFM à conservação da floresta busca validação científica, a fim de operacionalizar-se como estratégia central do lobby pela prorrogação dos incentivos fiscais – e, em uma segunda etapa, como elemento de agregação de valor aos produtos do Polo Industrial de Manaus. Aqui são discutidos a já citada pesquisa do Instituto Piatam e o plano de resíduos sólidos desenvolvido com apoio da Jica, além do crescimento desigual da capital amazonense e das demandas dos empresários de Manaus por grandes obras logísticas.

O quarto capítulo se detém na *story line* de dupla ameaça que agrega os defensores da ZFM, pautada no risco do desemprego e do desmatamento. O texto analisa como esse roteiro fatalista mobiliza metáforas do preservacionismo e constitui uma narrativa de batalha permanente, com heróis e inimigos bem definidos.

Por fim, o quinto capítulo sintetiza argumentos dos capítulos anteriores, para demonstrar como o discurso contemporâneo de defesa da ZFM vincula-se à emergência da

modernização ecológica, cuja face mais visível é a economia verde. O texto analisa os silenciamentos produzidos por esse discurso e como ele inibe o debate público sobre outros modelos de geração de emprego e renda no Amazonas. Boa leitura!

Capítulo 1: Os discursos ambientais

A Zona Franca de Manaus (ZFM) foi criada em 1967, seguindo o modelo das zonas de processamento de exportação, como veremos em detalhes no próximo capítulo. Por ora, o importante é registrar que a implantação da ZFM pela ditadura militar brasileira inseriu-se em um discurso nacionalista que apresentava a região amazônica como um território estratégico cobiçado pelo estrangeiro, vazio, que era preciso ocupar e desenvolver. Era um olhar marcadamente externo, intervencionista, no qual a floresta era concebida como um obstáculo ao progresso, uma barreira a ser transportada e “integrada” à sociedade urbana nacional (LITTLE, 2004). Esse ideário integracionista, marcado pelo determinismo biológico, pode ser percebido no discurso de posse do primeiro superintendente da Suframa, coronel Floriano Pacheco, que assumiu o cargo em 12 de maio de 1967:

Vale recordarmos o passado de esplendor [sic] do Amazonas que sobrepôs as fronteiras do Brasil, numa projeção da pujança do Velho Mundo, pela riqueza que inundou as margens do grande rio, numa demonstração de potencialidade e valor do homem nos tempos da borracha. / Depois, **o retrocesso lento, a predominância das forças poderosas da natureza**, com surtos esparsos na exploração de outros recursos para a sobrevivência da nossa gente que sempre existe, para a conservação dos limites da **Pátria**. / **Então, o vazio – depois e agora, a preocupação de como eliminá-lo**, de como ajudar, na hora da necessidade, a este povo tão castigado através do tempo. [...] Estamos certos de que o efetivo desenvolvimento da Zona Franca propiciará a Manaus, [sic] tudo quanto seu povo espera, transformará esta cidade histórica num **baluarte de irradiação do progresso** e de ocupação dos mais distantes campos de atividades do nosso país (PACHECO, 1967, p. 1, negrito nosso).

O então ministro do Interior, o general Afonso Augusto de Albuquerque Lima, presente na cerimônia de posse, reforçou a visão da Amazônia como um inferno verde a ser redimido pelo trabalho:

São, realmente, singulares as circunstâncias que me fazem comparecer à investidura do novo Superintendente da Zona Franca de Manaus, órgão que se propõe a contribuir decisivamente para o **desenvolvimento econômico e social** da denominada Amazônia Ocidental. [...] Acresce, entretanto, à conotação sentimental de que se reveste para mim este agradável momento, o prazer de encontrar-me, mais uma vez, na capital desta imensa região, **cujas potencialidades e dimensões verdadeiramente continentais**, constituem motivo de estímulo e encorajamento para todos aqueles que procuram atuar em termos de grandeza e de **integração nacional**. [...] Toda a Nação reconhece e todo o povo brasileiro admira a magnitude das populações deste **misterioso mundo amazonense**. **A luta, aqui, entre o homem e o meio, tem sido dramaticamente desigual**. A tenacidade dos lutadores e as **dimensões ciclópicas** deste vasto cenário vêm, entretanto, de longa data, sensibilizando os homens do Governo. [...] Sem demagogia nem somente explorando a evocação do negativismo, tenhamos expressões de otimismo ante a tentativa sincera que os governos federal e estadual fazem para **redimir uma região de grande interesse nacional** (LIMA, 1967, negritos nossos).

A visão do grande vazio despovoado não foi apagada do imaginário popular nacional e internacional sobre a Amazônia e o oportuno fantasma da ocupação internacional continua presente, por exemplo, no debate sobre a atuação das organizações não governamentais ambientalistas na região, alimentado principalmente pelos militares (ZHOURI, 2010). Desde os anos 1970 tem ganhado força, porém, a percepção da floresta como fonte de biodiversidade e provedora de serviços ambientais, como uma herança cultural e biológica da humanidade que precisa ser preservada para as próximas gerações (SANTILLI, 2005).

As mudanças nos discursos mais gerais sobre a Amazônia, marcados por continuidades e rupturas, parecem ter sido acompanhadas por um deslocamento (também heterogêneo) do discurso de legitimação dos incentivos fiscais gozados pelas indústrias de Manaus. Como veremos em profundidade no segundo capítulo, na lógica das zonas de processamento de exportação difundida pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Onudi), esses incentivos têm caráter provisório. No caso da ZFM, eles deveriam terminar em 1997, mas foram prorrogados até 2013, no bojo da elaboração da Constituição Federal de 1988. Quinze anos depois, já no governo Lula, o prazo foi estendido para 2023, como parte da chamada Reforma Tributária. E, desde 2011, tramita no Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de autoria do Executivo que amplia a duração da Zona Franca de Manaus por mais 50 anos, ou seja, até 2073. O lobby para que essa PEC seja aprovada, que será detalhado e discutido no terceiro e quarto capítulo, fundamenta-se no argumento de que a existência do Polo Industrial de Manaus (PIM) é a principal responsável pelo fato de aproximadamente 98% das florestas do Amazonas estarem conservadas, graças à geração de empregos urbanos.

Como e por que um discurso de legitimação que se apoiava na ideia de progresso foi perdendo força para uma defesa baseada no discurso de sustentabilidade? Como se deu o processo geral de ambientalização dos discursos das empresas, governos e movimentos sociais e de que maneira ele influenciou o lobby das empresas localizadas em Manaus? Por que determinados discursos ambientais perderam força e outros se tornaram hegemônicos? Que comportamentos e interesses esses discursos hegemônicos normalizam e quais excluem? Essas são algumas questões formuladas a partir da análise crítica do discurso, que se fundamenta no trabalho de Michel Foucault (ARTS e BUIZER, 2008; TONKISS, 2001).

Explicitar a opção teórico-metodológica pela análise do discurso pode ter o efeito de confundir, mais do que explicar. A começar, porque “a análise do discurso não é um método

coerente, mas uma ampla família de abordagens” (HAJER, 2005, p. 314, tradução nossa²). A continuar, porque dessa família fazem parte abordagens diversas, algumas delas com profundas diferenças ontológicas e epistemológicas.

Em um esforço de categorização, Baas Arts e Marleen Buizer (2008) dividiram a análise do discurso em quatro correntes. Eles adotaram como principal elemento distintivo a própria percepção do que é o discurso e, a partir daí, denominaram cada corrente de “discurso enquanto comunicação”, “discurso enquanto texto”, “discurso enquanto moldura” e “discurso enquanto prática social” (ARTS e BUIZER, 2008, p. 2, tradução nossa³). O principal expoente da primeira tendência seria Habermas, com seu modelo pragmático de democracia deliberativa, que pressupõe a existência da sociedade civil e no qual está em jogo a capacidade de apresentar o melhor argumento. Já a análise do discurso como texto estaria mais próxima da Linguística, que não ignora o contexto, mas se foca no que de fato foi escrito ou dito. A Psicologia seria o berço da análise do discurso enquanto moldura, entendido como algo mais abstrato, baseado na experiência das pessoas, do qual elas podem ou não estar conscientes, mas que influencia o modo como falam e agem. Por fim, a abordagem mais ampla seria a do discurso enquanto prática social, geralmente ligada ao trabalho de Michel Foucault, que busca entender arranjos institucionais e processos de poder.

Inspirados em Foucault, Marteen Hajer e Wytse Versteeg (2005, p. 175, tradução nossa⁴) definiram discurso como “um conjunto de ideias, conceitos e categorias pelas quais os fenômenos sociais e físicos ganham sentido, e que são produzidas e reproduzidas por meio de um conjunto identificável de práticas”. Para os autores, “discursos formatam o que pode ou não ser pensado, delimitam o leque de opções políticas e em consequência funcionam como precursores de resultados políticos” (HAJER e VERSTEEG, 2005, p. 178, tradução nossa⁵).

Segundo Fran Tonkiss (2001), há duas características do discurso que são pressupostos da chamada análise crítica: ele é uma prática social (do que se desprende que não basta estudar as palavras em si, mas também as relações de poder entre quem as usa) e

2 Do original: ““discourse analysis is no one coherent method, but a wide family of approaches”.

3 Do original: “discourse as communication”, “discourse as text”, “discourse as frame”, “discourse as social practice”.

4 Do original: “an ensemble of ideas, concepts and categories through which meaning is given to social and physical phenomena, and which is produced and reproduced through an identifiable set of practices”.

5 Do original: “[...] discourses shape what can and cannot be thought, delimit the range of policy options and thereby serve as a precursor to policy outcomes”.

uma prática retórica (está orientado a um objetivo, dentro de uma técnica). Vamos nos deter um pouco nesses dois elementos: primeiramente, a noção de discurso enquanto prática social, que desfaz a dicotomia entre discurso e prática; a seguir, o que se entende por prática retórica e como essa compreensão busca problematizar o argumento do oportunismo. Nesse processo de construção teórica do objeto de pesquisa, mobilizaremos também os conceitos de poder simbólico, campo e *habitus* de Pierre Bourdieu (1989, 1998, 2004).

Bourdieu não costuma figurar na lista de teóricos vinculados à análise crítica do discurso. Mas não nos assustam as potenciais reprimendas a quem ousa dialogar com os clássicos sem a atitude reverencial paralisante, ampliando os referenciais teóricos de sua pesquisa. O próprio Bourdieu (2004, p. 41) oferece salvo conduto acadêmico a esta ousadia da multirreferencialidade, ao justificar a recusa em responder se ele próprio se considerava marxista ou weberiano:

Acho inclusive que um dos obstáculos ao progresso da pesquisa é esse funcionamento classificatório do pensamento acadêmico – e político –, que muitas vezes embaraça a invenção intelectual, impedindo a superação de falsas antinomias e de falsas divisões. A lógica do rótulo classificatório é exatamente a mesma do racismo, que estigmatiza, aprisionando numa essência negativa. Em todo caso ela constitui, a meu ver, o principal obstáculo ao que me parece ser a relação adequada com os textos e pensadores do passado. De minha parte, mantenho com os autores uma relação muito pragmática: recorro a eles como “companheiros”, no sentido da tradição artesanal, como alguém a quem se pode pedir uma mão nas situações difíceis.

Isso não significa, claro, que desconhecemos a controvérsia científica acerca da compatibilidade das abordagens de Foucault e Bourdieu. Ambos foram contemporâneos e amigos pessoais, mas desenvolveram suas pesquisas de forma paralela (CALLEWAERT, 2003). Segundo Gustave Callewaert (2003, p. 131 e 132), Bourdieu chegou a criticar publicamente Foucault⁶ por realizar um trabalho puramente filosófico, enfraquecendo a ciência social empírica:

Para Bourdieu, estes aspectos pouco claros na atitude de Foucault relativamente às questões de poder e do saber contribuíram para a emergência da atual moda de análise do discurso sócio-construtivista e idealista, que no seu entender pretende substituir a sociologia pela análise do discurso, procedendo como se os fenômenos sociais fossem a mesma coisa que os discursos acerca desses fenômenos; de acordo com Bourdieu, seria mais útil que essa moda contribuísse para uma sociologia do conhecimento que procurasse transcender a antinomia entre uma história das ideias internalista e uma história das ideias exteriorista.

⁶ Essas críticas teriam se tornado mais frequentes após a morte de Foucault, em 1984, aos 57 anos de idade. Bourdieu continuou ativo até 2002, ano em que faleceu (CALLEWAERT, 2003).

De fato, em “A Economia das Trocas Linguísticas”, Bourdieu (1998, p. 23 e 24) defende o rompimento com o que chamou de filosofia social:

Para romper com essa filosofia social é preciso mostrar que, embora seja legítimo tratar as relações sociais – e as próprias relações de dominação – como interações simbólicas, isto é, como relações de comunicação que implicam o conhecimento e o reconhecimento, não se deve esquecer que as trocas linguísticas – relações de comunicação por excelência – são também relações de poder simbólico onde se atualizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos. Em suma, é preciso superar a alternativa comum entre o economicismo e o culturalismo, para tentar elaborar uma economia das trocas simbólicas.

O próprio Foucault (2005), em seus famosos cursos anuais, reiteradamente alertou os participantes sobre o risco de fazer deduções fáceis, aplicando automaticamente ideias gerais para explicar realidades particulares. Ele listava como uma precaução metodológica a importância de se ter bases empíricas, de se analisar processos históricos, para entender como os mecanismos de poder atravessam agentes reais.

Conforme adiantamos, a noção de discurso enquanto prática social busca justamente desfazer a dicotomia entre discurso e prática, idealismo e realismo. Para Foucault (1987, p. 124), discurso é “um conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação”. Enunciado, aqui, refere-se a conteúdos informativos e suas possibilidades de utilização: a frase “A Terra é redonda” não é o mesmo enunciado antes ou depois de Copérnico, por exemplo. Já sistema de formação refere-se aos elementos (como modalidades de enunciação, conceitos e escolhas temáticas) submetidos a determinadas regras que condicionam sua existência, manutenção, modificação ou desaparecimento. Foucault (1987, p. 142) argumentou que:

Assim concebido, o discurso deixa de ser o que é para a atitude exegetica: tesouro inesgotável de onde se pode tirar sempre novas riquezas, e a cada vez imprevisíveis; providência que sempre falou antecipadamente e que faz com que se ouça, quando se sabe escutar, oráculos retrospectivos; ele aparece como um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas “aplicações práticas”), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política.

Na mesma linha, Bourdieu (2004, p. 162) afirmou que:

[...]as categorias de percepção, os sistemas de classificação, isto é, em essências, as palavras, os nomes que constroem a realidade social tanto quanto a exprimem, constituem o alvo por excelência da luta política, luta pela imposição do princípio de visão e divisão do legítimo, ou seja, pelo exercício legítimo do efeito de teoria.

Analisar criticamente um discurso, portanto, é descrever jogos de relações (FOUCAULT, 1987, 2002). É compreender que discurso e prática, texto e contexto não se dissociam. Pois, conforme sintetizou Bourdieu (1989, p. 9), “os ‘sistemas simbólicos’, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados”.

O dualismo entre discurso e prática, em termos teóricos e metodológicos, equivale ao dualismo entre estrutura e agente⁷ (ARTS e BUIZER, 2008). Afirmar que o discurso é também uma prática retórica, muitas vezes, é confundido com o entendimento de que a relação das pessoas com os discursos é de pura subordinação ou cinismo oportunista. Bourdieu (2005, p. 163) fez um alerta sobre esse engano tão comum:

Em termos mais concretos, a legitimação da ordem social não é produto, como alguns acreditam, de uma ação deliberadamente orientada de propaganda ou de imposição simbólica; ela resulta do fato de que os agentes aplicam às estruturas objetivas do mundo social estruturas de percepção e apreciação que são provenientes dessas estruturas objetivas e tendem por isso a perceber o mundo como evidente.

Conforme argumentaram Arts e Buizer (2008), a análise crítica do discurso rejeita tanto o *homo economicus* quanto *homo sociologicus*. Nem mero calculador racional, tentando tirar o maior proveito individual possível das situações e acontecimentos, nem marionete regida por regras gerais que lhe escapam.

A noção de *habitus* visa superar a oposição entre indivíduos (“individualismo metodológico”) e sociedade (“totalitarismo”). Combatendo o determinismo estruturalista, Bourdieu (1989, p. 22) queria chamar atenção para o poder de criação dos agentes, sem negar a existência de heranças e condicionantes sociais: “as condutas podem ser orientadas em relação a determinados fins sem ser conscientemente dirigidas a esses fins, dirigidas por esses fins. A noção de *habitus* foi inventada, digamos, para dar conta desse paradoxo”.

O *habitus* pode ser descrito como “a história no seu estado incorporado” (BOURDIEU, 1989, p. 82). Por exemplo: aquele que tira o chapéu para cumprimentar está retomando (ainda que sem saber) o gesto medieval dos guerreiros que tiravam o elmo para demonstrar intenções pacíficas. Bourdieu (1989, p. 100) alertou, contudo, que “é preciso

⁷ Adotamos agente no sentido dado por Bourdieu (1989, p. 87): “As pessoas tendem a entrar na pele do personagem social que se espera deles e para o qual se acham designados (vocação). Mas nem por isso são atores desempenhando papéis: são agentes”.

tomar cuidado para não procurar nas produções do *habitus* mais lógica do que existe nelas: a lógica da prática é ser lógico até o ponto em que ser lógico deixaria de ser prático”.

Dizer que determinada pessoa, grupo ou instituição adotou tal ou qual argumento, filiou-se a tal ou qual discurso por interesse ou oportunismo, não é de todo incorreto. Mas esse raciocínio, do ponto de vista da análise crítica do discurso, peca pelo reducionismo e previsibilidade (HAJER, 2005). O conceito de campo ajuda a compreender que simplesmente não há ações desinteressadas, já que ele (o campo) é um produto histórico que tem o interesse como condição de funcionamento:

Há, portanto, tantos campos quantas são as formas de interesse. O que explica que os investimentos que alguns fazem em certos jogos, no campo artístico, por exemplo, apareçam como desinteressados quando percebidos por alguém cujos investimentos, cujos interesses estarão aplicados num outro jogo, no campo econômico, por exemplo (esses interesses econômicos podem ser vistos como desinteressantes por aqueles que colocaram seus investimentos no campo artístico). (BOURDIEU, 2004, p. 65).

O conceito de campo busca explicar que “as lutas que têm lugar no campo intelectual têm o poder simbólico como coisa em jogo, quer dizer, o que nelas está em jogo é o poder sobre um uso particular de uma categoria particular de sinais e, desse modo, sobre a visão e o sentido do mundo natural e social” (BOURDIEU, 1989, 72). Essas disputas pelo poder de explicar e definir realidades se dão tanto dentro dos campos (que nunca são homogêneos) quanto na relação entre campos diferentes. E é por meio dos jogos de oposições e distinções que elas se concretizam. Assim, por exemplo, na França e na Alemanha do entre guerras, a direita nacionalista cultivava o irracionalismo e o culto à natureza, enquanto o racionalismo e a fé no progresso e na Ciência constituíam o ideário da esquerda. Depois de 1945, porém, a direita conservadora alemã e francesa adotou o discurso do racionalismo e progresso, e a esquerda se viu relegada a “práticas que pertenciam exclusivamente ao polo oposto, como o culto (ecológico) da natureza, o regionalismo e um certo nacionalismo, a denúncia do mito do progresso absoluto, a defesa da ‘pessoa’, tudo isso banhado de irracionalismo” (BOURDIEU, 1989, p. 180).

O poder simbólico não se exerce, portanto, apenas por meio de coerção, nem deve ser entendido pela ideia de manipulação tão cara aos teóricos da sociedade de massas. Ele funciona dentro do que Bourdieu (1998, p. 37) chamou de economia das trocas linguísticas:

Toda dominação simbólica supõe, por parte daqueles que sofrem seu impacto, uma forma de cumplicidade que não é submissão passiva a uma coerção externa nem

livre adesão a valores. Através de um lento e prolongado processo de aquisição, tal reconhecimento se inscreve em estado prático nas disposições insensivelmente inculcadas pelas sanções do mercado linguístico e que se encontram, portanto, ajustadas fora de qualquer cálculo cínico ou de qualquer coerção conscientemente sentida, às possibilidades de lucro material e simbólico que as leis de formação dos preços característicos de um determinado mercado garantem objetivamente aos detentores de um certo capital linguístico.

Foucault (2005, p. 30) também chamou atenção ao fato de que “não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele”. O que explicam as escolhas e os comportamentos humanos são “ideias (coletivas), interpretações e significados incorporados a (partes do) mundo. Discursos são percebidos como simultaneamente o resultado e o mediador da ação humana” (ARTS e BUIZER, 2008, p. 2, tradução nossa⁸).

1.1. Tipologia dos discursos ambientais contemporâneos

Em geral, afirma-se que o movimento ambientalista, enquanto tal, nasceu nos anos 1960, nos países desenvolvidos. Nele, a geração pós-guerra, já tendo satisfeito suas necessidades materiais, teria começado a se preocupar com valores “pós-materiais”, como bem-estar, felicidade e paz⁹.

A fotografia do planeta Terra tirada pela agência espacial norte-americana exatamente na década de 60 se tornou um símbolo dessa emergência da chamada questão ambiental. Ela serviu como metáfora para o roteiro (*story line*) da humanidade que vive em um mesmo planeta-nave, com recursos limitados, e que, portanto, precisa se unir para usá-los com responsabilidade (HAJER, 1995).

Em sua já clássica análise sobre a controvérsia da chuva ácida na Inglaterra e na Holanda, Maarten Hajer (1995) desenvolveu o conceito de *story line*, que ele definiu como uma forma condensada de narrativa que mobiliza metáforas e ajuda a formar coalizões. As *story lines* são roteiros simplistas e recorrentes, que fazem a mediação necessária ao debate público:

O fato de que pessoas com antecedentes amplamente variados ainda encontrem meios de se comunicar é notável, mas merece surpreendentemente pouca atenção na análise de políticas. O conceito de *story line* ajuda a explicar esse "milagre

8 Do original: “[...] (collective) ideas, interpretations and meanings attached to (parts of) the world. Discourses are perceived as both the outcome and medium of human action”.

9 Esta teoria se baseia na pesquisa de Ronald Inghelhart e já foi muito criticada, principalmente porque pressupõe hierarquia das necessidades (HAJER, 1995).

comunicativo". Afinal de contas, uma *story line* combina elementos de vários discursos em um conjunto mais ou menos coerente, ocultando a complexidade discursiva (HAJER, 2006, p. 70, tradução nossa)¹⁰.

Uma *story line* funciona como redutora de complexidade e aglutinadora social exatamente por ser pouco precisa, permitindo que diferentes grupos e pessoas se identifiquem com ela (HAJER, 1995, 2006; DRYZEK, 2005). Neste sentido, ela possui o caráter polissêmico que Bourdieu (1998, p. 27) atribuiu à linguagem religiosa:

A polissemia da linguagem religiosa e o efeito ideológico da unificação dos opostos ou da denegação das divisões por ela produzidos se devem ao fato de que, à custa das reinterpretações, supostas na produção e na recepção da linguagem comum por locutores situados em posições diferentes no espaço social - dotados, portanto, de intenções e de interesses diferentes -, ela consegue falar a todos os grupos e todos os grupos a podem falar, ao contrário da linguagem matemática, que só pode assegurar a univocidade da palavra "grupo" controlando estritamente a homogeneidade do grupo dos matemáticos.

A tensão permanente entre complexidade e simplificação é inerente ao discurso. Ela representa a articulação impossível, porém necessária, entre a descontinuidade, dispersão, incompletude, equívoco e contradição, que são elementos constitutivos do sujeito e do sentido, e a unidade, a completude e a coerência que o texto e o autor perseguem (e têm a ilusão de alcançar) (ORLANDI, 2003).

Baseado na compreensão do discurso enquanto prática social (e retórica) e mobilizando o conceito de *story line*, John Dryzek (2005) propôs uma tipologia dos discursos ambientais modernos. Ele estabeleceu quatro categorias gerais de abordagem das consequências socioambientais do industrialismo: 1) "solucionador de problemas" ("problem solving"); 2) "sobrevivencialismo" ("survivalism"); 3) "sustentabilidade" ("sustainability"); e "radicalismo verde" ("green radicalism") (DRYZEK, 2005, p. 15). E, em uma tabela que opõe reformista a radical e prosaico a imaginativo, Dryzek classificou essas quatro categorias básicas:

Tabela 1.1 – Classificações gerais dos discursos ambientais proposta por Dryzek (2005)

	Reformista	Radical
Prosaico	Solucionador de problemas	Sobrevivencialismo
Imaginativo	Sustentabilidade	Radicalismo verde

Fonte: Dryzek, 2005, p. 15, tradução nossa.

10 Do original: "The fact that people from widely varying backgrounds still find ways to communicate is remarkable, but receives surprisingly little attention in policy analysis. The concept of story line helps to explain this 'communicative miracle'. After all, a story line combines elements of the various discourses into a more or less coherent whole, thus concealing the discursive complexity".

Dentro dessas quatro categorias gerais, Dryzek (2005) definiu e analisou subcategorias. A abordagem do sobrevivencialismo foi a única que ele não ramificou; ao invés disso, apresentou em detalhes seu discurso oponente (chamado de prometeico). A categoria “solucionador de problemas” foi dividida em três: racionalismo administrativo, pragmatismo democrático e racionalismo econômico. A da sustentabilidade ramificou-se em duas: desenvolvimento sustentável e modernização ecológica; assim como a do radicalismo verde, dividida em consciência verde e política verde.

Tabela 1.2 – Subcategorias de discursos ambientais propostas por Dryzek (2005)

Sobrevivencialismo	Solucionador de problemas	Sustentabilidade	Radicalismo verde
sobrevivencialistas	racionalismo administrativo;	desenvolvimento sustentável;	consciência verde;
X	pragmatismo democrático;	modernização ecológica	políticas verdes.
prometeicos	racionalismo econômico		

Fonte: adaptado de Dryzek (2005).

Para cada uma das subcategorias expostas acima, Dryzek (2005) listou as entidades básicas reconhecidas e/ou construídas por esses discursos, os pressupostos sobre as relações naturais nos quais eles se apoiam, os agentes destacados e suas principais motivações e, ainda, as metáforas chaves e outros dispositivos retóricos. Ele também procurou avaliar o efeito desses discursos por meio de seus processos de institucionalização, dos seus reflexos sociais e culturais e das discussões críticas que geraram.

O **sobrevivencialismo** é o discurso dos limites ecológicos. Não por acaso, a Biologia é a disciplina de formação da maior parte dos seus porta-vozes e a capacidade de carga de um ecossistema é um conceito da Ecologia que o sobrevivencialismo adotou. Grosso modo, ela diz respeito ao máximo crescimento populacional aceito por um determinado sistema, sem que ele entre em colapso e afete a vida da espécie em questão (Dryzek, 2005).

Nessa linha, em 1972, o chamado Clube de Roma¹¹ divulgou o relatório *The limits to growth*¹², escrito por cientistas do *Massachusetts Institute of Technology – MIT*¹³. A

11 O Clube de Roma era uma organização internacional composta de industriais, políticos e acadêmicos (DRYZEK, 2005).

12 Na tradução literal: “Os limites ao crescimento”.

publicação, que se tornou um *best-seller*¹⁴ em diversos países, apoiava-se na ideia neomalthusiana de que o rápido crescimento da população humana levaria a uma escassez dos recursos naturais. Por isso, a agenda implícita era a do controle de natalidade e do chamado crescimento zero (DRYZEK, 2005; HAJER, 1995).

Quatro anos antes, em 1968, Garret Hardin publicou “A Tragédia dos Comuns”, outra obra estruturante do e estruturada pelo discurso sobrevivencialista. O livro usou a metáfora de uma vila medieval na qual cada camponês estaria diante da decisão de colocar ou não mais uma vaca no campo. O autor argumentou que enquanto o benefício da decisão positiva seria individual, os custos seriam compartilhados. Na obra, todos os camponeses decidem colocar uma vaca a mais e o campo fica saturado (DRYZEK, 2005).

Dentro da corrente do sobrevivencialismo, a chamada Economia Ecológica introduziu na arena política os conceitos de manejo e de sustentabilidade. A lógica era respeitar os limites de crescimento econômico que o planeta consegue suportar, sem colocar em risco a vida humana e de outras espécies. A Sociedade Internacional para a Economia Ecológica e sua revista científica de mesmo nome nasceram em 1989, tendo Nicholas Georgescu-Roegen e Herman Daly como expoentes (DRYZEK, 2005).

Em síntese, as relações no sobrevivencialismo são vistas a partir do conflito e da hierarquia. Capacidade de carga dos ecossistemas e populações¹⁵ são conceitos chave. As elites pensantes, compostas por biólogos e cientistas que trabalham com modelagem computacional, têm papel central. As metáforas recorrentes são a vila medieval, a Terra enquanto espaçonave e a humanidade enquanto câncer (DRYZEK, 2005) [ver quadro 2.1, ps. 33 e 34].

O discurso **prometeico** foi (re)articulado como reação à emergência do discurso sobrevivencialista, nos anos 1970. Ele diz respeito à crença na capacidade infinita da Terra de nos suprir, a partir da inteligência humana¹⁶. O argumento é o de que quando um recurso

13 Na tradução literal: Instituto de Tecnologia de Massachusetts, nos Estados Unidos. O relatório foi escrito por especialistas em cibernética que estavam trabalhando em projeto pioneiro de modelagem computacional para prever impactos dos chamados problemas ambientais globais (DRYZEK, 2005).

14 *The Limits to Growth* vendeu quatro milhões de cópias em quatro anos (DRYZEK, 2005).

15 "O sobrevivencialismo trata a maioria das pessoas como 'população', efetivamente negando o protagonismo delas, a capacidade para agir" (DRYZEK, 2005, p. 42, tradução nossa). Do original: "Survivalism treats most people as 'population', effectively denying them agency, the capacity to act".

16 Prometeu é o mito grego do deus que roubou o fogo de Zeus e o entregou aos homens (DRYZEK, 2005).

entrar em risco de extinção, os seres humanos descobrirão ou inventarão uma alternativa a ele (DRYZEK, 2005).

Um dos estudos que baseia o discurso prometeico é *Scarcity and Growth*¹⁷, publicado em 1963 por Harold Barnett e Chandler Morse. Ele parte da ideia de que o preço é indício de escassez: quando baixa, é sinal de que a oferta está alta. A partir desse raciocínio, os autores mostram uma linha histórica de preços decrescentes dos chamados recursos naturais e argumentam que essa trajetória é indício de que a oferta está aumentando, ou seja, de que esses “recursos” são abundantes. Os economistas prometeicos criticaram *The Limits to Growth* por não considerar as variáveis de preço nem de avanço da tecnologia nas modelagens realizadas pelos cientistas do MIT (DRYZEK, 2005).

Já nos anos 1980, Julian Simon tornou-se um dos expoentes do pensamento prometeico. Ele desenvolveu o argumento que a poluição estava diminuindo, visto que a expectativa de vida estaria aumentando no mundo todo. Para suportar esta ideia, Simon afirmou que há vários tipos de poluição e ponderou que enquanto os incineradores de resíduos sólidos aumentavam a poluição atmosférica, eles diminuía o lixo nas ruas (e concluiu que o balanço parecia positivo, tomando a expectativa de vida em conta) (DRYZEK, 2005).

Quando Julian Simon morreu, em 1998, o cientista político Bjorn Lomborg tomou seu lugar. Ele escreveu *The Skeptical Environmentalist*¹⁸, livro que teve bastante repercussão na imprensa internacional. A obra usava argumentos parecidos aos de Simon (aumento da expectativa de vida, por exemplo) para mostrar que a crise ambiental era uma falácia. Em dezembro de 2003, Lomborg tornou-se diretor do Instituto de Avaliação Ambiental da Dinamarca (DRYZEK, 2005).

Em resumo, o discurso prometeico vê a natureza como matéria prima a serviço dos mercados. Indivíduos, preços, tecnologia e energia são conceitos centrais. A agência, aqui, existe apenas enquanto *homo economicus*, enquanto ação individual egoísta que, no conjunto, por meio da mão invisível do mercado, trará um balanço positivo para todo o grupo. A metáfora do discurso prometeico é a máquina: algo construído pelos humanos, cuja complexidade eles conseguem controlar (DRYZEK, 2005) [ver quadro 2.1, ps. 34 e 35].

17 Tradução literal: “Escassez e crescimento”.

18 Tradução literal: “O ambientalista cético”.

Já o **racionalismo administrativo**, nas palavras do próprio John Dryzek (2005, p. 75, tradução nossa¹⁹):

pode ser definido como o discurso solucionador de problemas que enfatiza o papel do especialista em detrimento do cidadão ou produtor/consumidor na solução de um problema social, e que destaca as relações sociais de hierarquia em detrimento das de igualdade ou competição.

O racionalismo administrativo materializado na estratégia de manejo dos recursos naturais é anterior às políticas ambientais propriamente ditas. Enquanto ação de Estado (cujo exemplo mais clássico é o governo dos Estados Unidos da América desde os anos 1920²⁰), ele se preocupava com a exploração racional de florestas e de recursos aquáticos, a serviço dos interesses industriais e não segundo preocupações com conservação ou poluição (DRYZEK, 2005).

O mecanismo mais usado pelo racionalismo administrativo é a regulação. Ela se concretiza em instrumentos como os estudos de impacto ambiental, que também têm como berço os Estados Unidos da América, e as comissões de aconselhamento científico²¹. Nas análises de custo-benefício feitas em 2003 pela agência ambiental norte-americana no âmbito do programa *Clear Skies*²², durante a administração Bush, por exemplo, a valoração monetária da vida humana tinha uma taxa de desconto para a idade (ou seja, quanto mais velha a pessoa, menos dólares ela valia) (DRYZEK, 2005).

A metáfora do racionalismo administrativo é a da mente humana, que controla o corpo assim como a mente administrativa controla o Estado. Os agentes são os especialistas e gestores, motivados pelo chamado interesse público (aqui definido por eles próprios, de forma unilateral) (DRYZEK, 2005) [ver quadro 2.1, ps. 34 e 35].

O **pragmatismo democrático** é apresentado por Dryzek (2005) como um substituto melhorado do racionalismo administrativo. As duas conotações mais comuns da palavra pragmatismo são válidas para a denominação dessa corrente: tanto a da abordagem prática, orientada para a realidade, quanto a da escola filosófica (da qual Charles Pierce é referência)

19 Do original: "Administrative rationalism may be defined as the problem-solving discourse which emphasizes the role of the expert rather than the citizen or producer/consuming in social problem solving, and which stress social relationships of hierarchy rather than equality or competition".

20 A criação do Serviço de Proteção das Florestas nos Estados Unidos da América pode ser considerada um exemplo (DRYZEK, 2005).

21 No Reino Unido, por exemplo, existe a Comissão Real sobre Poluição Ambiental ("Royal Commission on Environmental Pollution" (DRYZEK, 2005, p. 82).

22 Tradução literal: "Céus Limpos".

que afirma que a vida se constitui em resolver problemas em um mundo de incertezas, o que fazemos por meio da experiência e do aprendizado decorrente dela (DRYZEK, 2005).

De acordo com Dryzek (2005, p. 99, tradução nossa²³), “o pragmatismo democrático pode ser caracterizado em termos de solução interativa dos problemas dentro da estrutura básica institucional das democracias capitalistas liberais”. Exemplos de instrumentos vinculados a esse discurso são as legislações *right to know*²⁴ e as audiências públicas. Elas, em geral, são parte de mecanismos oriundos do racionalismo administrativo, como os estudos de impacto ambiental. Via de regra, nada garante que as sugestões advindas de uma audiência pública serão de fato levadas em consideração²⁵ (DRYZEK, 2005).

O pragmatismo democrático está também ligado à emergência dos discursos sobre governança e redes. Outro exemplo dado por Dryzek (2005) da institucionalização desse discurso é a criação do sistema de certificação florestal *Forest Stewardship Council – FSC* (no Brasil traduzido como Conselho de Manejo Florestal)²⁶.

Ainda segundo Dryzek (2005), o maior limite do pragmatismo democrático é a existência do poder político, que ele geralmente ignora. Quando Weber falou sobre o crescimento da burocracia, ele a viu como inevitável (embora não inofensiva). Para lidar com a complexidade, era preciso dividir os temas e regular. As políticas ambientais surgiram bem depois dos escritos weberianos, mas seguiram a lógica da estratificação apontada por eles. Essa segmentação funciona como um mecanismo de despolitização e de centralização das tomadas de decisão: na prática, o todo não está aberto para o debate público (DRYZEK, 2005).

23 Do original: “Democratic pragmatism may be characterized in terms of interactive problem solving within the basic institutional structure of liberal capitalist democracy”.

24 Tradução literal: direito a conhecer. O acesso à chamada informação ambiental é uma bandeira de diversos movimentos ditos ambientalistas. Eles buscam quebrar barreiras ao monitoramento social de políticas públicas, como o sigilo de documentos justificado com o argumento da segurança nacional (o que acontece com os documentos públicos relativos à energia nuclear no Reino Unido, por exemplo) (DRYZEK, 2005).

25 José Sérgio Leite Lopes et al (2006) fez um estudo etnográfico das audiências públicas ocorridas durante o processo de licenciamento das usinas nucleares de Angra dos Reis. Ele denunciou o tom de autoridade ilustrado das falas e o favorecimento aos construtores tanto no regulamento das audiências quanto na composição das mesas, nos tempos de falas concedidos, no controle da entrada dos participantes, na distribuição do material e no cenário. Os autores fizeram questão de ressaltar, porém, que desigualdade de participação não significou apatia dos moradores contrários às obras.

26 Andréa Zhouri (2004, p. 69 e 70) usou o FSC como exemplo do deslocamento do "ambientalismo de denúncia", nos anos 1980, para o "ambientalismo de resultados", nos anos 1990. Maurício Voivodic (2010, p. 7) estudou os mecanismos internos de funcionamento do FSC, um sistema "criado e governado por atores da sociedade civil" que não dispõe "de poder governamental para regulamentar a forma de atuação do setor privado" mas "define regras socioambientais de produção que são seguidas por milhares de empresas em centenas de países".

O pragmatismo democrático possui duas metáforas principais. A primeira é de um conjunto de forças, com direções e intensidades diferentes, agindo sobre um mesmo ponto. A segunda é a do processo democrático como um processo científico: baseado no debate, pesquisa, experimento, avaliação. As metáforas do termômetro (aquecimento e resfriamento dos conflitos) e das redes (conexão, descentralização) também cumprem seu papel nesse discurso (DRYZEK, 2005) [ver quadro 2.1, ps. 34 e 35].

O **racionalismo econômico** é marcado pelo uso de mecanismos de mercado para atingir fins supostamente públicos. Seu instrumento básico é a privatização da natureza: tanto porque é preciso haver direitos de propriedade para existir mercado, quanto porque isto representa uma solução para a tragédia dos comuns²⁷.

Mesmo nos casos em que não conseguem impor a propriedade privada, os racionalistas econômicos encontram outras maneiras de viabilizar a mercantilização. Conforme sintetizou Dryzek (2005, p. 128, tradução nossa²⁸):

Se você não pode privatizar, de qualquer forma comercialize. A posição racionalista econômica linha dura é que os direitos de propriedade sobre o ar e a água precisam ser estabelecidos e cumpridos, nada mais. No entanto, dadas as dificuldades substantivas dessa posição linha dura, os racionalistas econômicos têm geralmente se voltado para a segunda melhor opção: mercados gerenciados por governos ou, falhando isto, incentivos de quase-mercado.

Exemplos de institucionalização do racionalismo econômico mais moderado são as cotas negociáveis de poluição ou de pesca, os chamados impostos verdes, o dito consumo consciente, assim como os selos verdes e as certificações ambientais. Também fazem parte dessa abordagem os mecanismos de pagamentos por serviços ambientais²⁹, como as

27 Alguns agentes do racionalismo econômico chegam a defender a privatização de espécies, como as baleias: pessoas interessadas em conservá-las poderiam comprá-las, assim como aqueles interessados em caçá-las. Outro exemplo extremo vem do governo da Escandinávia, que ofereceu pagar ao governo da Polônia para que parassem de poluir o ar (já que a poluição chegava ao território escandinavo) (DRYZEK, 2005).

28 Do original: "If you can't privatize it, market it anyway. The hard-line economic rationalist position is that private property rights in air and water need to be established and enforced, nothing more. However, given the substantial difficulties with this hard-line position, economic rationalists have often turned to the next best thing: government-managed markets and, failing that, quasi-market incentives".

29 Os chamados pagamentos por serviços ambientais apareceram como estratégia de conservação e de combate à pobreza por meio de iniciativas tanto do movimento social, quanto do Estado e de empresas. Sven Wunder (2006) defendeu o uso da expressão pagamento por serviços ambientais, em detrimento de mercado de serviços ambientais, recompensa ou compensação por serviços ambientais. No primeiro caso, porque a maior parte dos projetos já testados (nas áreas do chamado sequestro de carbono, proteção da biodiversidade em unidades de conservação e em bacias hidrográficas ou turismo ecológico) eram acordos bilaterais, nos quais regras de mercado, como a concorrência, não faziam sentido. No segundo e terceiro, porque o uso da palavra recompensa pode gerar a expectativa de que qualquer serviço possa ser pago, enquanto compensação traz a ideia do custo de oportunidade, ou seja, pode dar a entender, por um lado, que será remunerado só o que estiver em risco e, por outro, que o valor será pequeno, apenas um consolo.

Reduções de Emissão por Desmatamento e Degradação (REDD e suas versões REDD+ e REDD++)³⁰.

A metáfora do discurso do racionalismo econômico é a máquina, a mesma dos prometeicos. A diferença é que os racionalistas econômicos acreditam que a máquina precisa de uns ajustes para funcionar bem: basicamente, privatização. Eles são bons de retórica e uma evidência disto é que popularizaram o termo pejorativo “comando e controle” para designar ações de regulação, que criticam. No racionalismo econômico, não há cidadão, apenas produtores e consumidores (DRYZEK, 2005) [ver quadro 2.1, ps. 34 e 35].

O discurso do **desenvolvimento sustentável** é essencialmente integrador, pressupõe uma retórica de reafirmação, de que é possível conciliar economia, sociedade e natureza sem a necessidade de grandes mudanças. Apoiando-se em histórias de sucesso, em exemplos positivos, ele tenta dissolver os conflitos entre visões antagônicas como a dos sobrevivencialistas e a dos prometeicos (DRYZEK, 2005).

O que o desenvolvimento sustentável significa na prática, porém, ainda está em disputa. Houve tentativas recentes de aprimorar o conceito, tornando-o científico e/ou operacional. Uma delas aconteceu em meados dos anos 1990, com financiamento da Academia Nacional de Ciências norte-americana. Foi investido um milhão de dólares na empreitada e o resultado se limitou a um compilado de preocupações e sugestões. Outra iniciativa, financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1996, apenas listou o sentido de desenvolvimento sustentável em diversas ciências (DRYZEK, 2005).

30 O conceito de REDD foi introduzido nas negociações da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática em 2005, na proposta submetida pelos governos da Costa Rica e de Papua Nova Guiné, intitulada Redução de Emissões de Desmatamento nos Países em Desenvolvimento e Abordagens para Estimular a Ação (THE FOREST DIALOGUE, 2010). É preciso lembrar que na primeira fase do Protocolo de Kyoto (2008 – 2012) o chamado desmatamento evitado não foi considerado dentro das regras dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), que permitem que países do Anexo I abatam parte de suas metas de redução de gases de efeito estufa por meio da aquisição de créditos de carbono (tecnicamente, reduções certificadas de emissão) provenientes de projetos de “sequestro de carbono” implantados em outros países (MOUTINHO e SCHWARTZMAN, 2005). Os debates técnicos sobre REDD no âmbito da Convenção do Clima continuaram e, em junho de 2009, o GT Ad Hoc de Ações de Cooperação no Longo Prazo apresentou o primeiro texto de negociação sobre o chamado REDD-plus (ou REDD+ e/ou REDD++). A inclusão de conservação e do manejo sustentável na proposta do REDD atendeu à preocupação de que o mecanismo, como originalmente proposto pela Costa Rica e pela Papua Nova Guiné, beneficiasse exclusivamente regiões com grande pressão sobre a floresta, na medida em que premiava apenas quem conseguisse reduzir as taxas de desmatamento (THE FOREST DIALOGUE, Ibid.).

Não por acaso, o desenvolvimento sustentável é ambíguo em relação à existência de limites ao crescimento econômico e populacional. O caráter mais vago, polissêmico, que tenta reformular o ideário de progresso sem negá-lo, é uma das explicações para a grande difusão desse discurso:

O desenvolvimento sustentável, no próprio nome, liga-se à Ideia do progresso, e o progresso é uma das noções mais fortes do mundo moderno. Quaisquer que sejam as outras diferenças, os industrialistas vitorianos, marxistas, sociais democratas, liberais democratas e liberais do mercado, todos sempre acreditaram no ideal essencial da história se movendo no sentido da melhoria social. O desenvolvimento sustentável traz essa ideia para uma era ambiental (Dryzek, 2005, p. 156, tradução nossa³¹).

O fortalecimento do discurso de desenvolvimento sustentável ao longo das últimas quatro décadas, aos poucos, deu mais visibilidade aos governos e às grandes empresas, eclipsando os ambientalistas clássicos. Conforme destacou Dryzek (2005, p. 154, tradução nossa³²): “No que diz respeito aos sistemas sociais, o desenvolvimento sustentável agora toma a economia capitalista como um dado (o que não era verdade no discurso mais radical dos anos 1970)”.

O roteiro básico do desenvolvimento sustentável é que os países não podem continuar no mesmo caminho que estão e que a redução da pobreza contribui para a solução das questões ambientais, já que são os pobres que (por necessidade e desinformação) super exploram os recursos naturais. A metáfora chave desse discurso é o organismo, que cresce interconectado (e não apenas no sentido físico, mas também de aprendizado) (DRYZEK, 2005) [ver quadro 2.1, ps. 34 e 35].

Outro discurso de sustentabilidade, a **modernização ecológica** “tem um foco bem mais estreito que o desenvolvimento sustentável, voltado para o que exatamente precisa ser feito com a política econômica capitalista, especialmente no que se refere aos Estados Nação desenvolvidos” (DRYZEK, 2005, p. 169, tradução nossa³³).

31 Do original: “Sustainable development in its very name links itself to the Idea of progress, and progress is one of the most powerful notions in the modern world. Whatever their other differences, Victorian industrialists, Marxists, social democrats, liberal democrats, and market liberal have all believed in the essential ideal of history moving in the direction of social improvement. Sustainable development carries this idea into an environmental era”.

32 Do original: “When it comes to social systems, sustainable development now takes the capitalist economy pretty much for granted (this was not true in the more radical discourse of the 1970s)”.

33 Do original: “But ecological modernization has a much sharper focus than does sustainable development on exactly what needs to be done with the capitalist political economy, especially within the confines of the developed nation-state”.

Não causa espanto, portanto, que os instrumentos da modernização ecológica sejam compatíveis com os do racionalismo econômico no que diz respeito à mobilização de mecanismos de mercado. Entre os princípios mais recorrentes desse discurso, podemos citar: o do poluidor pagador; o de que prevenir é mais barato do que remediar; o de que um meio ambiente limpo produz trabalhadores mais felizes e produtivos; e o de que há um mercado para produtos e serviços verdes (DRYZEK, 2005).

Como o desenvolvimento sustentável, a modernização ecológica está ligada à ideia de progresso social e se constitui como um discurso de reafirmação, pelo menos para os moradores dos chamados países desenvolvidos. Os porta-vozes desse discurso fazem questão de lembrar que economia e ecologia são palavras que têm uma origem comum: o radical grego *oikos*, que significa casa. A metáfora chave, aqui, portanto, é a da casa arrumada (DRYZEK, 2005) [ver quadro 2.1, ps. 34 e 35].

A **consciência verde** é a subcategoria de “radicalismo verde” que enfatiza mais as mudanças no plano individual, enquanto que a subcategoria política verde prioriza a mudança estrutural (DRYZEK, 2005). Dentro de consciência verde, Dryzek (2005) incluiu movimentos como a ecologia profunda, o ecofeminismo, o biorregionalismo, a cidadania ecológica, os estilos de vida verde, a ecoteologia e o romantismo.

Na chamada ecologia profunda, as características mais marcantes apontadas por Dryzek (2005) foram a consciência de fazer parte do Ser natureza e a defesa da igualdade entre as espécies (combate ao antropocentrismo). No ecofeminismo, o destaque foi para a identificação do patriarcado como causa também dos problemas ambientais e a vinculação da libertação da natureza à libertação das mulheres. No biorregionalismo, ganhou ênfase a defesa de que as pessoas devem ter consciência da bacia hidrográfica ou do bioma em que vivem, identificar-se com eles e viver de modo a respeitar seu equilíbrio. Na cidadania ecológica, o foco esteve na oposição ao discurso do racionalismo econômico: valorização do papel do cidadão em detrimento do consumidor e reconhecimento do direito de todos ao meio-ambiente saudável. Nos chamados estilos de vida verde, apareceram as mudanças de hábito de consumo, como o vegetarianismo, a reciclagem e o ciclismo. Na ecoteologia, Dryzek (2005) chamou a atenção para a crítica ao antropocentrismo da religião judaico-cristã e a valorização de religiões orientais como o taoísmo, o budismo e o hinduísmo. E, por fim, no romantismo o destaque foi para a oposição à emergência da sociedade moderna, da ciência iluminista e das políticas liberais decorrentes (DRYZEK, 2005).

Dentro das várias correntes listadas como consciência verde, há muitas convergências. Uma delas é que tanto no bioregionalismo quanto na cidadania ecológica há a proposta de que os governos organizem as políticas públicas por biorregiões. Mas também existem várias divergências. Para as ecofeministas, por exemplo, o controle de natalidade defendido pelos ecologistas profundos é mais uma forma de aumentar o controle sobre o corpo, a fertilidade e a sexualidade das mulheres (DRYZEK, 2005).

Como característica de fundo comum, porém, está a vinculação à corrente filosófica do idealismo, que se opõe ao materialismo. Para os idealistas, o que conforma a sociedade e forma a história não são principalmente as forças econômicas, mas as ideias (DRYZEK, 2005) [ver quadro 2.1, ps. 34 e 35].

Como manifestações do discurso **política verde**, Dryzek (2005) lista os partidos verdes, a ecologia social, os movimentos por justiça ambiental³⁴, o chamado ambientalismo global dos pobres, os movimentos pelos direitos dos animais e os movimentos antiglobalização. Mais uma vez, ele reconhece que o espectro é amplo e que entre essas manifestações há interfaces e oposições (DRYZEK, 2005).

Em comum, parece haver certa inspiração anarquista, de quebra de hierarquia e valorização das transformações em pequena-escala, das comunidades locais quase autossuficientes. Isso aliada a uma conexão global dos movimentos sociais que teria origem nos protestos de Seattle em 1999, durante o encontro da Organização Mundial de Comércio – e que teria se fortalecido a partir dos diversos Fóruns Sociais Mundiais que nasceram no mesmo contexto (DRYZEK, 2005) [ver quadro 2.1, a seguir].

34 Dryzek (2005) mostra a justiça ambiental como um movimento dos países desenvolvidos, que teria evoluído do "não no meu quintal" para o "não no quintal de ninguém". Ou seja, iniciado como processos locais de resistência a impactos ambientais industriais e crescido como um movimento político transfronteiriço. É uma caracterização mais restrita do que o conceito de justiça ambiental notabilizado por Joan Martinez Alier (2007): como movimentos socioambientais emergentes no chamado Terceiro Mundo, que resistem aos impactos dos processos de avanço do capitalismo liberal unindo a luta pelos direitos humanos à Ecologia. Um exemplo destacado pelo próprio Martínez Alier é o do movimento pela criação das reservas extrativistas na Amazônia brasileira, na década de 1980, que culminou com o assassinato de Chico Mendes.

Quadro 1.1 – Síntese da análise dos discursos ambientais propostos por Dryzek (2005)

	<i>Entidades reconhecidas e/ou construídas</i>	<i>Pressupostos sobre as relações naturais</i>	<i>Agentes e seus motivos</i>	<i>Metáforas chave e outros dispositivos retóricos</i>
Sobrevivencialismo	Estoques finitos de recursos, capacidade de carga dos ecossistemas, populações, elites.	Conflito, hierarquia e controle.	Elites; motivação é ganhar.	Colapso, tragédia dos comuns, Terra esfaçoave, câncer, vírus, computadores, imagens de destruição e redenção.
Discurso prometeico	Natureza como matéria prima, mercados, preços, energia, tecnologia, pessoas.	Hierarquia dos humanos sobre tudo o mais, competição	Indivíduo motivado pelo auto-interesse material	Mecânica, tendências.
Racionalismo administrativo	Capitalismo liberal, Estado administrativo, especialistas, gestores.	Natureza subordinada à gestão humana, pessoas subordinadas ao Estado, que é controlado por especialistas e gestores.	Especialistas e gestores motivados pelo interesse público (definido por eles próprios).	Mistura de preocupação e confiança, mente administrativa
Pragmatismo democrático	Capitalismo liberal, cidadãos.	Igualdade entre os cidadãos, relações políticas interativas, misturando competição e cooperação.	Agentes diversos; motivação é mistura de auto-interesse material e múltiplas concepções do interesse público.	Política pública como resultante do balanço de forças, política como experimento científico, termostato, rede.
Racionalismo econômico	<i>Homo economicus</i> , mercados, preços, propriedade, governos (não cidadãos).	Competição, hierarquia baseada em expertise, subordinação da natureza.	<i>Homo economicus</i> : auto-interesse; alguns funcionários do governo podem ser motivados por interesses públicos.	Mecânica, estigmatizar regulação como "comando e controle", conexões com liberdade, histórias de terror.
Desenvolvimento sustentável	Sistemas sociais e ecológicos aninhados e em rede, economia capitalista, ambiguidade sobre a existência de limites ao crescimento.	Cooperação; crescimento econômico, proteção ambiental, justiça distributiva e sustentabilidade a longo prazo caminham juntos.	Muitos agentes e diferentes níveis; motivados pelo bem público.	Crescimento orgânico; natureza como capital natural; conexão como progresso; esperança.
Continua...				

Continuação...

Quadro 1.1 – Síntese da análise dos discursos ambientais propostos por Dryzek (2005)

	<i>Entidades reconhecidas e/ou construídas</i>	<i>Pressupostos sobre as relações naturais</i>	<i>Agentes e seus motivos</i>	<i>Metáforas chave e outros dispositivos retóricos</i>
Modernização ecológica	Sistemas complexos; natureza como uma planta de tratamento de lixo; economia capitalista; o Estado.	Parcerias público-privadas; subordinação da natureza; proteção ambiental e prosperidade econômica caminham juntas.	Parceiros, motivados pelo bem público.	Casa arrumada, conexões ao progresso, esperança.
Consciência verde	Limites globais, natureza, ideias.	Relações naturais entre humanos e natureza foram violadas; igualdade entre pessoas e natureza.	Sujeitos, alguns mais conscientes do ponto de vista ecológico que outros; agência existe na natureza, também.	Ampla gama de metáforas biológicas e orgânicas; paixão; apelos a emoções e intuições.
Política verde	Limites globais; natureza como ecossistemas complexos; humanos com amplas capacidades; estruturas sociais, econômicas e políticas.	Igualdade entre as pessoas; complexas interconexões entre humanos e natureza.	Muitos indivíduos e atores coletivos, motivação multidimensional; agência na natureza subestimada, mas não necessariamente negada.	Metáforas orgânicas; apelos à aprendizagem social; eles com o progresso.

Fonte: adaptado de Dryzek (2005).

12. Think tanks

A tipologia dos discursos ambientais proposta por Dryzek (2005), como toda classificação, tem uma forte carga de aleatoriedade e reducionismo. Mas ela cumpre um papel didático importante, desde que o pesquisador a compreenda exatamente desta forma: como uma proposta de categorias analíticas, não empíricas.

Em suas considerações finais intituladas *Ecological Democracy*³⁵, Dryzek (2005) ressaltou que as fronteiras entre os discursos classificados por ele são tênues. Para exemplificar, ele afirmou que uma modernização ecológica fraca se parece com o

35 Tradução literal: democracia ecológica.

racionalismo administrativo forte e que ambos podem adotar medidas propostas pelo racionalismo econômico.

Outra ressalva importante é que os estudos de Dryzek dos chamados discursos ambientais modernos se limitam aos países ditos desenvolvidos. Segundo o próprio (DRYZEK, 2005, p. 10, tradução nossa³⁶): “Na maioria dos casos minha cobertura geográfica abrange a Europa, América do Norte, Austrália, e a arena global, apesar de que às vezes ela é apropriada para se olhar para outros lugares”.

Então, por que recorrer a Dryzek como fonte teórica auxiliar para o estudo do discurso sobre uma Zona Franca em uma área periférica de um país periférico? Porque, em grande medida, os discursos ambientais dos centros geopolíticos repercutem também nos ditos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, em um processo que não é de difusão automática nem de assimilação passiva, mas que possui esforços direcionados, materializados na figura dos *think tanks*.

Think tanks são definidos como organizações de pesquisa e análise de políticas públicas (DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA, 2002). Ou, ainda, como grupos e associações com o formato de uma organização não-governamental que funcionam como núcleos de produção de propostas, como ponte entre a academia e o governo (HASS, 2002; MAGLIANO e SILVA, 2007). O termo *think tank*³⁷ remete aos gabinetes em que, durante a Segunda Guerra Mundial, os generais norte-americanos definiam as estratégias de combate (MAGLIANO e SILVA, 2007; ABELSON, 2002).

Os *think tanks* são vistos como um “fenômeno absolutamente americano” (HASS, 2002, p. 5) que se tornou global (ABELSON, 2002)³⁸. As origens dessas organizações nos Estados Unidos da América estariam ligadas à cultura da filantropia corporativa, ao enfraquecimento dos partidos políticos e “à inclinação do público e de seus representantes eleitos de confiarem no setor privado para que este seja a interface e a assistência ao governo” (MCGANN, 2002, p. 18).

36 Do original: “My geographic coverage for the most part encompasses Europe, North America, Australia, and the global arena, though sometimes it is appropriate to look elsewhere”.

37 Tradução literal: tanque do pensar.

38 Nos anos 1990, a Embaixada dos Estados Unidos em Honduras financiou dois *workshops* para fomentar a criação de um *think tank* hondurenho. Houve convite para participação de outros países da América Latina. Do Brasil, esteve presente um representante da Fundação Getúlio Vargas (BETANCHOURT, 2002).

Os estudiosos (ABELSON, 2002; WEAVER, 1989) costumam classificar os *think tanks* em três tipos: a) universidade sem alunos, o primeiro modelo de *think tank* que teria surgido no início do século XX e que se voltaria principalmente para a pesquisa política; b) instituições de pesquisa contratadas por governos, a segunda geração de *think tank*, que teria despontado após a Segunda Guerra Mundial e cujo foco seria a prestação de serviços de assessoria ao governo federal norte-americano em assuntos de política externa; c) os *think tanks* ativistas ou *advocacy think tanks*, que passaram a disputar visibilidade com os chamados grupos de interesse e teriam ganhado força a partir dos anos 1970³⁹.

Para terem suas propostas consideradas por agentes chave nos governos, os *think tanks* lançam mão de diversos instrumentos de *marketing* e difusão. Segundo detalhou Richard Hass (2002, p. 6):

[...] não é fácil chamar a atenção dos "ocupados formuladores de políticas" que já se encontram submersos em informações. Para isso, as "think tanks" precisam explorar vários canais e estratégias de marketing - publicação de artigos, livros e, às vezes, dissertações; aparecer com regularidade na televisão, editoriais em jornais e revistas e em entrevistas na mídia impressa; produzir resumos e informativos de fácil leitura e páginas na Web. Audiências no Congresso oferecem outra oportunidade para influenciar as escolhas políticas.

Strobe Talbott (2002, p. 23), então presidente do *Brookings Institution* e ex-vice-secretário de Estado norte-americano na administração do presidente Bill Clinton (1994-2001), também enfatizou a importância da disseminação das análises e recomendações políticas realizadas pelo *think tank*:

Há alguns anos, quando percebemos que os formuladores de políticas e suas equipes não tinham tempo para ler livros e relatórios longos, o *Brookings* começou a publicar suas descobertas em formatos mais curtos e mais acessíveis, intitulados *Policy Briefs* (Resumos Políticos). Outras "think tanks" também começaram a fazer isso.

Os estudiosos do *Brookings* frequentemente comunicam suas conclusões diretamente aos formuladores de políticas através de testemunhos no Congresso, consultas particulares e reuniões com membros do Congresso e do Executivo. A comunicação ao público interessado não governamental é feita através de fóruns, mesas redondas e outros eventos.

Talbot (2002) destacou ainda a relação de dependência mútua que costuma existir entre os *think tanks* e a mídia jornalística comercial. Parte considerável do tempo dos

39 A maioria das *think tanks* dos Estados Unidos está ligada a departamentos de universidades. Abelson (2002, p. 12) acrescentou ainda uma quarta categoria, mais recente, denominada "*think tanks* produtos de legado", que seriam aquelas fundadas por ex-presidentes "que buscam deixar um legado duradouro na política exterior e doméstica".

profissionais dessas organizações é destinado à concessão de entrevistas à televisão⁴⁰, rádio, internet e mídias impressas, e à redação de artigos para jornais e revistas acadêmicas e de variedades. Inclusive costumam fazer parte da formação técnica dos gestores e porta-vozes das *think tanks* os cursos conhecidos como *media training*⁴¹ (WEAVER, 1989).

Não por acaso, portanto, as *think tanks* têm cumprido um papel relevante na produção e fortalecimento dos chamados discursos ambientais. O estudo *Scarcity and Growth*, estruturante da corrente prometeica, por exemplo, foi financiado e divulgado em diversos países pelo *Resources for the Future*⁴², localizado em Washington. Também na capital dos Estados Unidos, um *think tank* politicamente oposto, o *Worldwatch Institute*⁴³, dirigido por Lester Brown, publicava anualmente o *State of the World*⁴⁴, um relatório de tom sobrevivencialista que tinha a função de alertar para os limites ecológicos da Terra, a partir do monitoramento de indicadores de qualidade ambiental e de disponibilidade de recursos naturais (DRYZEK, 2005).

1.3. Do desenvolvimento sustentável à modernização ecológica

No chamado campo ambiental, características das diversas categorias propostas por Dryzek (2005) coexistem em um jogo de cooperação e competição. Mas, de maneira geral, pode-se afirmar que a abordagem da sustentabilidade tornou-se hegemônica a partir dos anos 1990 (DRYZEK, 2005; HAJER, 1995).

Esta hegemonia do tom conciliatório é visível inclusive na mudança geral de postura do chamado movimento ambientalista, que passou da denúncia à busca por alternativas, do confronto à parceria, em um processo de despolitização (TASSARA, 1992). Conforme ironizou Hajer (1995, p. 94, tradução nossa⁴⁵), “os causadores de problema dos anos 1970 se tornaram os resolvedores de problema dos anos 1980”.

A emergência do discurso de sustentabilidade, mais brando, também se manifestou na trajetória das grandes conferências ambientais da Organização das Nações Unidas (ONU).

40 O *Brookings Institution* inaugurou em 2000 um estúdio particular de rádio e televisão na sua sede, em Washington, para facilitar a realização de entrevistas com a mídia (TALBOTT, 2002).

41 Cursos caros, geralmente oferecidos por jornalistas experientes e renomados, que ensinam políticos e empresários a melhorar sua *performance* em entrevistas jornalísticas.

42 Tradução literal: Recursos para o Futuro.

43 Tradução literal: Instituto Observatório Global.

44 Tradução literal: Estado do Mundo.

45 Do original: “The problem-makers of the 1970s had become the problem-solvers of the 1980s”.

Enquanto a Rio-92 recebeu o nome oficial de Cúpula das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio+10⁴⁶ se chamou Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (DRYZEK, 2005).

Já a Rio+20, que se realizou em 2012 novamente no Rio de Janeiro, embora tenha mantido o nome oficial adotado dez anos antes (com a ressalva que o termo Cúpula foi substituído por Conferência⁴⁷), teve como eixo temático privilegiado a chamada economia verde (BÄR, JACOB e WERLAND, 2011). O que pode ser indício de validade de uma hipótese que formularemos melhor abaixo: a de que dentro do discurso de sustentabilidade, a subcategoria modernização ecológica vem ganhando espaço.

Antes, porém, é necessário nos determos um pouco mais no discurso do desenvolvimento sustentável, que Dryzek (2005) comparou ao da democracia, já que ambos seriam hegemônicos, propositalmente imprecisos e conseqüentemente apropriados e disputados por diferentes agentes e projetos políticos. Embora o conceito de desenvolvimento sustentável esteja em construção desde a década de 1970, ele ainda não representa uma categoria normativa e, para muitos, sequer uma categoria analítica (LEFF, 2001; PIRES, 1998).

Quando é necessário explicar o desenvolvimento sustentável, costuma-se trabalhar com a definição utilizada pela União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN): processo que melhora as condições de vida das pessoas e, ao mesmo tempo, respeita os limites da capacidade de cargas dos ecossistemas (SACHS, 1993). Não raro, o termo é expresso como uma equação matemática de adição, como resultado da soma entre eficiência econômica, equidade social e preservação ambiental (CARVALHO, 2001).

O discurso do desenvolvimento sustentável tem se apoiado no de governança, no princípio chamado ganha-ganha (DRYZEK, 2005). Essa filosofia de origem burguesa se assemelha ao ideário de funcionamento do mercado discutido por Stuart Hall (2003),

46 Realizada em 2002, em Johannesburgo, na África do Sul.

47 Em inglês, passou de Summit a Conference, uma mudança que expressa a baixa expectativa em torno dos resultados do evento e, especialmente, em relação à presença de líderes políticos (PEREIRA, 2011).

segundo o qual é possível conciliar o auto-interesse de cada pessoa/grupo social e obter satisfação para todos, sem conflitos⁴⁸.

Assim, a crítica que William Walters (2004, p. 37, tradução nossa⁴⁹) fez ao discurso de governança poderia ser também aplicada ao discurso do desenvolvimento sustentável:

A governança é sedutora. Quem poderia preferir o caos ou discordar da governança? Quem não apoia comunidades fortes? Quem não pensa que responsabilidade e civismo devem ser valorizados? Quem não é a favor de uma maior confiança entre as pessoas? Questões de conflito político são reduzidas, deslocadas, ou sublimadas por um apelo a valores e virtudes universais, e pela necessidade de cultivar os mecanismos e instituições que os promovam.

No estudo de caso das coalizões presentes no Congresso Nacional durante o processo de formulação da política nacional de biodiversidade e florestas, Suely Vaz Guimarães Araújo (2007, p. 231) encontrou evidências que reforçam a tese da difusão e perda do valor explicativo do discurso do desenvolvimento sustentável. Apoiada nas categorias propostas por Dryzek (2005), ela concluiu que:

o discurso do desenvolvimento sustentável, em maior ou menor grau, perpassa as manifestações de todas as coalizões, incluindo alguns membros dos desenvolvimentistas tradicionais. O problema é que os filtros conceituais de cada coalizão geram concepções completamente distintas do que são padrões sustentáveis de desenvolvimento. Decididamente, a retórica do desenvolvimento sustentável não é um meio eficiente para diferenciação dos grupos que atuam na política nacional de biodiversidade e florestas.

Na mesma linha, não seria incorreto afirmar que o deslocamento do discurso de defesa da Zona Franca de Manaus se vincula ao discurso do desenvolvimento sustentável, ao sustentar que a existência das empresas é a responsável pela conservação da floresta. Seria, porém, pouco preciso. A modernização ecológica⁵⁰, aqui, parece ter um poder analítico mais relevante.

De acordo com Hajer e Versteeg (2005), nos ditos países desenvolvidos – e pioneiramente na Alemanha e no Japão - a modernização ecológica se tornou o discurso

48 No discurso de governança os pobres são vistos como um grupo a ser incluído no processo decisório, mas não se concebe que sua exclusão e pobreza venham de causas estruturais. Ou seja: que os direitos e interesses deles, portanto, sejam incompatíveis com a ordem vigente de poder (WALTERS, 2004).

49 Do original: "Governance is seductive. Who would possibly prefer chaos or discord to governance? Who does not support strong communities? Who does not think responsibility and civility are to be prized? Who is not in favor of greater trust amongst people? Questions of political conflict are obviated, displaced, or sublimated by an appeal to universal values and virtues, and the need to cultivate the mechanisms and institutions which promote them".

50 Que, como já visto, assim como desenvolvimento sustentável, é também uma subcategoria dentro do discurso de sustentabilidade (DRYZEK, 2005).

dominante na arena ambiental desde o final dos anos 1980. Seu nascimento deve ser entendido como reação aos discursos de desindustrialização que marcaram os debates ambientais na década de 1970 (MOL e SPARGAAREN, 2000).

Hajer (1995) apontou três momentos chave do processo de consolidação do discurso da modernização ecológica. O primeiro foi a publicação do *World Conservation Strategy*⁵¹ em 1980, escrito pela IUCN, pelo *World Wildlife Fund*⁵² (WWF) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), com apoio da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco). O referido relatório mapeava os ecossistemas e espécies em risco de extinção no mundo e esboçava os princípios do desenvolvimento sustentável. O segundo momento diz respeito ao trabalho desenvolvido pela comissão de meio ambiente da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), baseado no argumento de que a poluição era um problema de ineficiência econômica e que poderia ser resolvido pelo princípio do poluidor-pagador. Em 1984, a OCDE organizou a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Economia, cuja conclusão foi que “o meio ambiente e a economia, se bem geridos, reforçam-se mutuamente; e apoiam a e são apoiados pela inovação tecnológica” (HAJER, 1995, p.97, tradução nossa⁵³). O terceiro e último momento foi marcado pela publicação de relatórios sobre desenvolvimento, segurança e meio ambiente por diferentes comissões da ONU: *North-South: a Programme for Survival*⁵⁴ (1980); *Common Security*⁵⁵ (1982); *Common Crisis*⁵⁶ (1983) e o mais célebre deles, *Our Common Future*⁵⁷ (1987).

Joseph Huber e Martin Jänicke teriam sido os primeiros cientistas a utilizarem o termo, no início da década de 1980; ao falarem sobre modernização ecológica, ambos teriam enfatizado o papel da inovação tecnológica na “solução” dos “problemas ambientais”

51 Tradução literal: Estratégia Mundial para Conservação.

52 Tradução literal: Fundo Mundial da Vida Selvagem. O WWF, no Brasil, adotou a tradução oficial de Fundo Mundial para a Natureza.

53 Do original: “the environment and the economy, if properly managed, are mutually reinforcing; and are supportive of and supported by technological innovation”.

54 Tradução literal: “Norte-Sul: um programa para a sobrevivência”.

55 Tradução literal: “Segurança comum”.

56 Tradução literal: “Crise comum”.

57 Tradução literal: “Nosso futuro comum”. Também conhecido como Relatório Brundtland, porque foi elaborado pela Comissão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, dirigida pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Esse relatório é canonicamente citado como o documento precursor do conceito de desenvolvimento sustentável.

(DRYZEK; 2005; HAJER, 1995; MOL e SONNENFELD, 2000). Já no século XXI, Marteen Hajer (2005, p. 25, tradução nossa⁵⁸) contribuiu para ampliar esse entendimento:

De maneira geral, a modernização ecológica pode ser definida como o discurso que reconhece o caráter estrutural da problemática ambiental, mas ainda assim assume que as instituições políticas, econômicas e sociais existentes podem internalizar o cuidado com o meio ambiente.

A modernização ecológica introduziu conceitos que tornaram os danos ambientais calculáveis, combinando termos das Ciências Biológicas com valores monetários. A emergência desse discurso nas políticas ambientais tem se materializado na adoção de impostos ambientais, no comércio de cotas de poluição, no princípio da precaução (mais barata que a reação) e no do poluidor pagador. Ela também se fez sentir na já citada mudança da postura dos movimentos ambientais (do boicote à certificação), no crescimento da importância dos cientistas na tomada de decisões pelos administradores públicos e na abertura de formas mais participativas de elaborar, executar e monitorar políticas ambientais. A busca por tecnologias industriais de baixo impacto, a reciclagem e as auditorias relativas à geração de resíduos são outros elementos do cardápio da modernização ecológica, no qual a proteção ambiental é vista como um jogo onde potencialmente todos ganham, desde que dele participem – logo, é uma questão eminentemente gerencial (DRYZEK, 2005; HAJER, 1995; MOL e SONNENFELD, 2000).

As principais críticas à modernização ecológica estão relacionadas à sua origem tecnocrática; ou seja, ao fato de que ela adéqua o ambientalismo às necessidades do mercado, não concebe as relações de poder e o papel dos agentes, nem dá a devida atenção aos contextos sociais e às preocupações éticas (BRULLE, 2010). Hajer (1995), Mol e Spargaaren (2000) incorporaram essas críticas ao estabelecerem dois tipos de modernização ecológica: uma técnico-corporativista (fraca) e outra reflexiva (forte⁵⁹), marcada pela aprendizagem social, por políticas culturais e por novos arranjos institucionais.

A partir desta divisão, Ângela Oels (2005) afirmou que as políticas de Estado têm sido influenciadas principalmente pela modernização ecológica fraca. Segundo a autora, a ênfase tecnocorporativista estaria atuando como suporte da lógica neoliberal: “a modernização ecológica (fraca) cria mercados (por exemplo, de licenças para poluição) para

58 Do original: "In the most general terms ecological modernization can be defined as the discourse that recognizes the structural character of the environmental problematique but none the less assumes that existing political, economical and social institutions can internalize the care for the environment".

59 Os três autores se auto-enquadraram como representantes da dita modernização ecológica reflexiva.

resolver os problemas ambientais, uma característica importante do governo liberal avançado” (OELS, 2005, p. 197, tradução nossa⁶⁰).

Para além de ser uma categoria analítica e normativa melhor acabada do que a de desenvolvimento sustentável, a modernização ecológica vem ganhando terreno no campo ambiental. É como se o processo mais geral de consolidação da hegemonia do discurso de sustentabilidade estivesse, aos poucos, revelando sua face. Um rosto que tem a cara da chamada economia verde.

O termo vem sendo difundido pelo Pnuma desde 2008, com a criação da chamada Iniciativa sobre Economia Verde, que já publicou dois documentos oficiais, ambos coordenados por Pavan Sukhdev, um alto executivo do mercado financeiro. O primeiro, em 2009, intitulou-se “A economia dos ecossistemas e da biodiversidade⁶¹”. O segundo, “Rumo à economia verde”, publicado em 2011, é mais extenso: suas cerca de 600 páginas estão divididas em três seções: a) investimentos em “capital natural” (como agricultura, água, florestas e pesca); b) investimentos em eficiência energética e de recursos (como energias renováveis, lixo, construções, transporte e turismo); c) e transição para a economia verde (sobre financiamento e condições políticas favoráveis a esses investimentos⁶²) (RIBEIRO, 2011; VILLAMAR, 2011).

Nas palavras de Sílvia Ribeiro (2011, p. 23 e 24, tradução nossa⁶³), esse “novo acordo verde global”:

Pretende enfrentar a crise financeira e climática redirecionando os investimentos em “capital natural”, dando estímulos fiscais a empresas para energias “limpas” (como os agrocombustíveis), ampliando os mercados de carbono. O Brasil, que já tinha amplos investimentos nesses setores e muitos recursos naturais para enfiar nos mercados, propôs que a economia verde fosse tema central da conferência Rio+20, o que foi posteriormente aprovado pelas Nações Unidas.

60 Do original: "(weak) ecological modernization creates markets (for example for pollution rights) to solve environmental problems, a main feature of advanced liberal government".

61 O que, de acordo com Jin Thomas (2011), é uma ironia, porque a lógica da economia verde é a da pasteurização, não da diversidade. A começar pela escolha monocromática: o verde convertido em biomassa, na cor das cédulas de dólar, enquanto a biodiversidade costuma estar associada ao colorido.

62 O relatório se apoia em categorias da economia liberal, como a dos mercados perfeitos. Ele afirma que o agravamento da chamada crise ambiental se deu por falta de informação, o que levou a um investimento equivocado do capital financeiro. A grande solução proposta no documento é investir 2% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial na chamada economia verde (LANDER, 2011).

63 Do original: "Plantea enfrentar la crisis financiera y climática redirigiendo las inversiones al “capital natural”, dando estímulos fiscales a empresas para energías “limpias” (como agrocombustibles), ampliando los mercados de carbono. Brasil, que ya tenía amplias inversiones en esos sectores y muchos recursos naturales para meter a los mercados, propuso que la economía verde fuera tema central de la conferencia Río+20, lo cual fue posteriormente aprobado por Naciones Unidas".

No informe oficial “Documento de contribuição brasileira à Conferência Rio+20” (BRASIL, 2011), o governo brasileiro apresenta a economia verde como um programa para se atingir o desenvolvimento sustentável. E, tentando rebater as críticas de que o uso do termo significa uma proeminência do econômico sobre o ambiental e o social (ou seja, o desequilíbrio do já clássico tripé do desenvolvimento sustentável), o informe brasileiro propõe uma acrescimo: economia verde inclusiva.

Em entrevista a Osvaldo Leon, Boaventura de Souza Santos (2011, p. 7) afirmou que “a economia verde é a consciência máxima do capitalismo”, seu olhar para as crises ecológica, financeira e energética em busca de lucro e novos negócios. Há outros pesquisadores de tradição marxista, porém, que preferem não combater de antemão o uso da expressão, mas, assim como o governo brasileiro, qualificá-la. Sandra Guzmán (2011), por exemplo, destacou a importância do reconhecimento dos limites ecológicos ao consumo: não adianta substituir um milhão de veículos movidos a gasolina por dois milhões de veículos a etanol. Victor Báez Mosquera (2011, p. 48) elencou demandas para que a economia verde não seja “mais do mesmo”: uma delas é que as transnacionais tenham uma postura de respeito às leis trabalhistas e ambientais tanto em suas matrizes nos países desenvolvidos quanto nas sucursais, no outrora chamado Terceiro Mundo.

Capítulo 2: A Zona Franca de Manaus

A Zona Franca de Manaus (ZFM) foi criada pelo Decreto-Lei 288, de fevereiro de 1967. Mas o projeto de lei que lhe deu origem (o PL 1.310/1951) é anterior à ditadura militar e foi apresentado ao Congresso Nacional pelo deputado federal Francisco Pereira da Silva (PSD/AM), durante o segundo período do governo de Getúlio Vargas. A política desenvolvimentista que marcou os 19 anos do varguismo no Brasil já esboçava o projeto integracionista da Amazônia, que viria a ser reforçado pelos militares. Conforme apontou Deusamir Pereira:

No dia 10 de Outubro de 1940, Getúlio Vargas fez um pronunciamento em Manaus, no Teatro Amazonas, que ficou conhecido como o “Discurso do Rio Amazonas”, no qual destacou que **os problemas do povoamento da área, do cultivo racional e da integração com as nações limítrofes**, mereciam a atenção do governo central e eram **condições necessárias para haver um desenvolvimento na região e uma integração no “movimento de reconstrução nacional”**. Esse posicionamento deu base para que algumas políticas desenvolvimentistas, que já estavam sendo operadas pelo Ministério da Agricultura, começassem a vir à tona. É dessa época a instalação do Instituto Agrônomo em Belém (PA), com a finalidade de realizar o estudo de plantas que produzissem a goma elástica e outras espécies extrativas na região; a tentativa de instalação de grandes colônias nacionais, principalmente, no Amazonas e no Pará; a instalação de entrepostos federais de pesca em Manaus (AM) e em Maracanã (PA), como parte do Programa de Fomento à Pesca; e a implantação de diversos postos indígenas como estratégia de proteção à fronteira (PEREIRA, 2004, p. 70, negritos nossos).

O PL 1.310/1951 só foi aprovado em junho de 1957, convertendo-se na Lei 3.173, já no governo de Juscelino Kubitschek, no âmbito de seu Plano de Metas. Apesar de essa lei ter sido regulamentada três anos depois pelo Decreto 47.757/1960, a efetiva operacionalização da ZFM viria a ocorrer apenas no governo da ditadura militar, durante a execução do primeiro Plano de Ação Econômica (PAE 1964 -1966), sob a presidência do general Castelo Branco, que tinha sido comandante militar da Amazônia (PEREIRA, 2004; DESPRES, 1991).

A criação da Zona Franca de Manaus foi recebida com entusiasmo pela elite local, que vivia um período de recessão econômica (SERAFICO, 2011). Não por acaso, a ZFM costuma ser nomeada como terceiro ciclo, ou seja, como a alternativa econômica que sucedeu o dito ciclo das drogas do sertão do período colonial (FERREIRA, 1972) e o chamado ciclo da borracha do final do século XIX e início do XX (PEREIRA, 2004).

O apogeu da economia da borracha na Amazônia costuma ser delimitado entre 1870 e 1910. Nesse período, para trabalhar nos seringais, muitos migrantes nordestinos, especialmente cearenses, foram trazidos para o Maranhão, Pará, Acre e Amazonas. Eles eram

atraídos pela possibilidade de trabalho, mas principalmente expulsos por severas secas e pela concentração fundiária que castigavam o Nordeste (FRAXE, 2004; IANNI, 1978).

Na Amazônia, então, havia muitas terras públicas devolutas disponíveis e pouca mão-de-obra para trabalhar nos seringais. Esse contexto favorável aos migrantes deixava os “patrões da borracha” apreensivos, já que abria oportunidade para o seringueiro se emancipar e explorar a seringa por conta própria. Para controlá-lo, os patrões instituíram um sistema de escravidão por dívida⁶⁴ que ficou conhecida como aviamento. Aparentemente, essa cadeia de endividamento era sustentada pelo capital comercial: o seringueiro devia ao seringalista, que por sua vez devia ao aviador (dono do mercado local e dos regatões - barcos de distribuição), que devia ao exportador. Na ponta da corrente, porém, estava a indústria de artefatos de borracha da Europa e dos Estados Unidos, influenciada pela nascente indústria automobilística. Era ela quem ditava o ritmo de produção da borracha na mata: ou seja, a cadeia de aviamento era na verdade comandada pelo capital industrial (IANNI, 1979).

As riquezas produzidas nos seringais amazônicos ficaram concentradas nas poucas grandes cidades da região, especialmente Manaus e Belém, e também contribuíram para consolidar a macro economia do Centro-Sul do país (PEREIRA, 2004). Em Manaus, são célebres as imagens de comerciantes vestidos à moda parisiense, apesar do calor local, fumando charutos feitos com notas de dólares, no largo São Sebastião, em frente ao requintado Teatro Amazonas.

Mas o poder dessa elite local não iria durar muito tempo: a partir de 1910, a produção brasileira passou a sofrer concorrência da borracha extraída das seringueiras plantadas na Malásia e no Ceilão, em um sistema de produção mais eficiente e com preços mais atraentes. A chamada crise da borracha, que viveu um período curto de trégua durante a Segunda Guerra Mundial (SERAFICO e SERAFICO, 2005), atingiu as capitais amazônicas, que haviam crescido e se modernizado (onde viviam o exportador e os donos das casas de aviação), as cidades menores (onde moravam os seringalistas) e as colocações ribeirinhas (onde estavam os seringueiros).

Com a recessão econômica, muitos habitantes abandonaram a região. Quem ficou nos municípios e vilas rurais passou a se dedicar ao extrativismo variado (coleta, caça e pesca), à

⁶⁴ Os regulamentos dos seringais que estabeleciam a escravidão por dívida não eram oficiais, mas de fato tinham força de lei: com consentimento do governo, a polícia chegava a perseguir os seringueiros “fugitivos” (WAGLEY, 1988).

roça e às criações. Já sem o controle do “patrão”, mas também sem as mercadorias e serviços oferecidos por ele, os seringueiros são obrigados a diversificar sua produção, fortalecendo a cultura de subsistência e a dependência dos recursos florestais (ALMEIDA, 2004).

Assim, no ideário de progresso dentro do qual se inscreveu o governo militar, a implantação da ZFM foi apresentada como uma solução para retirar a Amazônia ocidental da estagnação econômica ao qual ela estava condenada. De acordo com Leo Despres:

A ideologia de desenvolvimento da Amazônia ocidental, conforme evidenciada pelos programas federais e o investimento de capital público na ZFM, é aquela que **busca deslocar o centro dinâmico da economia para longe da indústria extrativista do passado**. Foi dada prioridade para a industrialização de substituição de importações, por meio do apoio à implantação de indústrias urbanas do setor privado voltadas à produção e exportação de uma ampla gama de bens de consumo duráveis destinados principalmente a mercados localizados fora da região (DESPRES, 1991, p. 36, negritos nossos, tradução nossa)⁶⁵.

Assim, a ZFM tornou-se um emblema das expectativas de integração da Amazônia brasileira ao centro de poder político-econômico do Brasil diante das supostas ameaças de internacionalização da região. O Decreto-Lei 288/1967 foi redigido no contexto da Operação Amazônia, cujo lema era “Integrar para não entregar”. Conforme sintetizou José Seráfico (2005, p. 101): “[...] a Operação Amazônia compatibiliza o discurso nacionalista do militarismo com as reivindicações acerca do desenvolvimento regional da Amazônia e com o processo de transnacionalização do capital.”

2.1. As fases da ZFM

A Zona Franca de Manaus foi estabelecida com a finalidade de “criar no interior da Amazônia um centro **industrial, comercial e agropecuário** dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento” (BRASIL, 1967, art. 1º, negrito nosso). Isso se daria por meio do estabelecimento de uma área de livre comércio de importação e exportação, com incentivos fiscais diferenciados e com prazo determinado, dentro do modelo das Zonas de Processamento de Exportação, como será visto em detalhes no próximo item.

O que importa destacar agora é que a regulamentação da ZFM, em 1967, visava à atração de investimentos não só industriais, mas também comerciais e agropecuários. A

65 Do original: “The ideology of development in the western Amazon, as evidenced by Federal programs and the investment of public capital in the ZFM, is one that seeks to shift the dynamic Center of the economy away from the extractive industries of the past. It has given priority to import-substitution industrialization by promoting the implantation of urban-based industries in the private sector for the production and export of a wide range of consumer durables to markets that are mainly located outside the region”.

inserção do chamado agronegócio no modelo original da ZFM fazia parte de um conjunto maior de ações do governo militar para expandir a fronteira agrícola em direção à Amazônia. Nelas, o incentivo à colonização vinha acompanhado de facilidades para a destruição da floresta: a terra só era considerada beneficiada - contendo benfeitorias - se tivesse sido desmatada (COSTA, 1992; IANNI, 1978; VELHO, 1976). Esse modelo de desenvolvimento foi denominado “Amazônia das Estradas” (BURSZTYN, TOURRAND e SAYAGO, 2004, p. 20).

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), de fato, administra um Distrito Agropecuário (DAS) de aproximadamente 600 mil hectares, localizado nas zonas rurais de Manaus e Rio Preto da Eva, município vizinho à capital. Ele tem “468 quilômetros de estradas vicinais, sendo cortado no sentido Norte/Sul pela BR-174 e em parte no sentido Leste/ Oeste, pela rodovia AM-010 (Manaus – Itacoatiara)” (SUFRAMA HOJE, 2009a, p. 23).

Mas a produção do DAS é pouco expressiva, voltada principalmente ao mercado interno da capital amazonense, sem conseguir sequer abastecê-lo a contento⁶⁶. Nas palavras do então deputado petista Sinésio Campos (2011, p. 29):

Não se cuidou de forma responsável do modelo e outro exemplo disso é o Polo Agropecuário. Foi criado, se iniciou a implantação, mas não foi dado prosseguimento. As empresas que receberam incentivos e financiamentos fizeram alguns galpões para avicultura, mas abandonaram os projetos e o polo não prosperou. Isso é uma questão de gestão.

Nas três fases já vivenciadas pela ZFM, segundo a divisão proposta por Marcelo Seráfico (2011), fica evidente que a face agropecuária do modelo foi a que menos se concretizou: a) primeira fase - comercial (1967 – 1975); b) segunda fase - comercial e industrial (1976 – 1990); c) terceira fase - industrial (1991 – em vigor).

A Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL, 2007) também dividiu a existência da Zona Franca de Manaus em três períodos, bastante similares aos propostos por Seráfico. O primeiro durou até o final da década de 1970 e foi marcado pelo início da efetivação da ZFM, com a atração de capital comercial interessado na total liberdade de importação de produtos.

⁶⁶ A maior parte das verduras, frutas, legumes, grãos e carne consumidos em Manaus vêm de outras regiões do Brasil, muitos deles por transporte aéreo, o que explica o alto custo de vida na cidade.

Em 1975, com o aumento do preço do petróleo e da taxa de juros norte-americano e o consequente agravamento da dívida externa brasileira, o governo federal implantou cotas de importação na ZFM, administradas pela Suframa. Ainda assim, o setor comercial continuou forte, porque as restrições à importação nos outros estados eram maiores. Na mesma linha, os militares passaram a fomentar mais a industrialização em Manaus, dentro da lógica de substituição de importações e exigindo números mínimos de nacionalização na produção (SERAFICO, 2011).

A efetiva implantação do Polo Industrial de Manaus (PIM) e a consolidação da cidade como destino turístico comercial, à qual vinham consumidores brasileiros em busca de mercadorias importadas, marcam a segunda fase da ZFM – que para a Cepal se inicia na década de 1980 e para Seráfico começa desde 1976. Conforme apontaram Aristides Oliveira Jr. e José Alberto da Costa Machado (2009), a capital amazonense só começou a atrair empresas multinacionais de grande porte graças ao aumento das barreiras às importações no restante do país:

Somente na segunda metade da década de 70, Manaus passaria a albergar um quantitativo de indústrias expressivo. Considerando um mercado nacional fechado às importações e uma indústria nacional abrigada da competição de concorrentes estrangeiros sob uma política de protecionismo intensa, o corolário previsível foi a generalização de sistemas de produção fabris caracterizados pela intensividade no uso do fator trabalho e demonstrando reduzida produtividade (OLIVEIRA JR e MACHADO, 2009, p. 36).

A terceira fase da ZFM - que tanto para a Cepal quanto para Seráfico se inicia em 1991 e permanece em vigor - também é marcada pela mudança da política nacional em relação às importações, em um movimento oposto. No primeiro governo eleito democraticamente após a ditadura militar, o presidente Fernando Collor de Mello segue a cartilha da chamada política neoliberal, abrindo a economia nacional aos produtos importados e forçando um processo de reestruturação produtiva nas indústrias instaladas no país (BOTELHO, 2006; SERAFICO, 2011).

O Polo Industrial de Manaus viveu então um período de crise, marcado por demissões em massa, como se verá com mais detalhes ainda neste capítulo. Mas ele se recuperou a partir das mudanças nas exigências de nacionalização na produção, com a criação dos Processos Produtivos Básicos (PPBs), que davam mais facilidade à importação de componentes. E, principalmente, a partir da “introdução de novas técnicas de gestão da produção, de modernização dos processos produtivos e busca dos padrões internacionais de qualidade”

(BOTELHO, 2006, p. 35), enquadrando-se em um momento histórico que Manuel Castells (2007) denominou de sociedade da informação.

2.2. Zonas de Processamento de Exportação

Quando a ZFM foi criada, a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Onudi) possuía uma política de incentivo à implantação das chamadas Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs). Duas características importantes desse modelo de zonas francas propagado pela Onudi eram: a) voltava-se à exportação de bens industrializados; b) a isenção ou redução de taxas e impostos configurava-se como um incentivo inicial, com prazo determinado (PEREIRA, 2004).

É preciso lembrar que em 1967, o cenário político-econômico mundial estava marcado pela chamada Guerra Fria, na qual o governo brasileiro manteve-se alinhado aos Estados Unidos da América, em detrimento do campo soviético. Vivia-se, então, um período de descentralização industrial, com a migração de plantas de produção de empresas sediadas nos ditos países desenvolvidos para as chamadas regiões subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, em busca principalmente de novos mercados consumidores e de mão de obra mais barata, ou seja, de maior lucratividade e competitividade (SERAFICO e SERAFICO, 2005).

Esse processo de transnacionalização da economia foi facilitado por avanços na área de transportes e de comunicações. Não por acaso, a chamada revolução tecnológica informacional aconteceu nesse período histórico de reestruturação do capitalismo, após a Segunda Guerra Mundial, que foi a “mãe de todas as tecnologias”⁶⁷ (CASTELLS, 2007, p. 78).

Nesse processo usualmente denominado de globalização, a relação entre técnica e espaço estabeleceu-se justamente pela propagação desigual da técnica. Ou seja: a migração das plantas de finalização dos produtos de empresas estrangeiras para países periféricos não significou, via de regra, o adensamento da cadeia produtiva nem a transferência de tecnologia, conforme anunciava a propaganda do modelo de substituição de importações (DESPRES, 1991).

⁶⁷ A década de 70 marca o início do que Castells (2007, p. 92) denominou de "a Revolução da Tecnologia da Informação". Nela surgiram os microprocessadores e o computador pessoal, por exemplo. A Arpanet, precursora da Internet, passou a funcionar em 1969, ligada ao Ministério da Defesa dos Estados Unidos da América.

Em outras palavras, a divisão internacional criou uma divisão territorial do trabalho, gerando hierarquia entre lugares e redefinindo a capacidade de agir das pessoas, firmas e instituições (SANTOS, 2004). Conforme alertou Milton Santos (2004, p. 43): “Mesmos os países responsáveis pelos maiores avanços tecnológicos jamais apresentaram um quadro de homogeneidade na sua implantação”.

A ZFM foi uma das primeiras experiências de governos nacionais de atração de investimento de capital privado internacional baseada na cartilha da Onudi, com isenção fiscal e facilidade de infraestrutura. Quando ela foi criada, apenas Irlanda, China⁶⁸ e a Índia possuíam experiências neste sentido, mas outros 30 países em desenvolvimento já tinham anunciados planos de adotar mecanismos semelhantes (SERAFICO e SERAFICO, 2005).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que em 2006 havia 3,5 mil zonas francas espalhadas em 130 países, com cerca de 66 milhões de trabalhadores. Desde 2001, elas se reúnem anualmente na Convenção Mundial das Zonas Francas, uma tentativa de articulação e defesa de interesses comuns (SERAFICO, 2011). Das 17 ZPEs formalmente existentes no Brasil em 2010, nenhuma de fato havia ainda sido implantada (VALLE, 2010).

Apesar de ter sido criada no contexto da política de propagação das ZPEs fomentada pela Onudi, a ZFM possui status jurídico próprio e não é legalmente caracterizada como uma zona de processamento de exportação. De fato, é interessante notar que os principais agentes políticos defensores do projeto ZFM opuseram-se veementemente à Lei nº 508/2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs no Brasil e, posteriormente, tentaram influenciar a Medida Provisória complementar editada pelo presidente Lula⁶⁹, a fim de garantir as vantagens comparativas das indústrias localizadas em Manaus.

Em pronunciamento no plenário do Senado Federal realizado em junho de 2008, o senador Artur Virgílio (PSDB/AM) explicita essa oposição:

[...] É um projeto que não é bom para o País, que ofende fundamentalmente, se der certo, a economia do meu Estado [sic]; que não é bom para a indústria tradicional brasileira; que estabelece a perspectiva de montagem chinesa, com pouca agregação

68 As primeiras Zonas Francas baseadas no modelo de ZPEs teriam sido justamente as da Irlanda e de Taiwan, ambas criadas em 1957 (SERAFICO, 2011).

69 A MP 418/2008 tinha o objetivo de suprir lacunas da chamada Lei das ZPEs, já que a Lei nº 508/2007 foi originada de um projeto de lei que começou a tramitar 11 anos antes de sua aprovação (PL nº 146/1996) e que sofreu diversos vetos do presidente Lula (RECEITA FEDERAL, 2007).

de valor econômico, de valor industrial, de valor de mão-de-obra; em que, instadas estas ZPEs da proximidade dos mercados consumidores mais densos do País, no cerne da malha rodoviária nacional, perto do que possa haver de ferrovia no País, usufruindo dos melhores portos - se é que há melhores portos neste País, arruinado do ponto de vista da sua infraestrutura -, óbvio que se produz lá os mesmos produtos do Polo Industrial de Manaus; e se vai acabar obtendo para lá vantagem comparativa, vantagem concorrencial acima daquelas que os nossos incentivos nos possam garantir [...] (NETO, 2008).

No ano seguinte, a deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) retoma o argumento no plenário do Congresso Nacional, desta vez na Câmara dos Deputados: “Entendo que toda iniciativa para levar desenvolvimento, sobretudo às regiões mais longínquas do País, são medidas que devemos saudar. Entretanto, nós da Zona Franca de Manaus temos uma preocupação profunda em relação à competição que pode se iniciar com as ZPEs” (GRAZZIOTIN, 2009).

O temor de que a regulamentação das ZPEs diminuísse a lucratividade das empresas instaladas em Manaus também foi tema do caderno de Economia de “A Crítica”. Entre janeiro de 2007 e dezembro de 2010, o jornal publicou 12 matérias sobre o tema⁷⁰, nas quais os deputados federais e senadores do Amazonas foram apresentados como “defensores da ZFM” diante da “ameaça ao modelo” representada pelas ZPEs:

Mesmo sem conhecer os detalhes do documento, Artur Neto mostra-se cético, pois, segundo ele, o Governo não parece disposto a fazer concessões. “Querem criar várias zonas francas no País. É o que ocorrerá com as ZPEs. Como sempre tenho feito, lutarei com todas as minhas forças, contra esse golpe que se prepara contra o Pólo Industrial de Manaus”, declarou (SUCURSAL DE BRASÍLIA, 2007, p. A15)

2.3 Polo Industrial de Manaus

O que atraiu as indústrias para a Zona Franca de Manaus foram as “condições de isenção ou redução de taxas alfandegárias, impostos e de outros custos sobre a entrada e saída de bens [...]” (SERAFICO e SERAFICO, 2005, p. 103), além da concessão de terrenos a “preços simbólico, com infraestrutura de captação e tratamento de água, sistema viário urbanizado, rede de abastecimento de água, rede de telecomunicações, rede de esgoto sanitário e drenagem pluvial” (SUFRAMA, 2012a). O quadro 3.1 sintetiza a política tributária diferenciada da ZFM:

⁷⁰ Foram publicadas seis matérias sobre as ZPEs em 2007, quatro em 2008, uma em 2009 e uma em 2010. Nesse mesmo período, “A Crítica” publicou no total 626 matérias que se relacionavam à Zona Franca de Manaus em seu caderno de Economia (234 em 2007, 169 em 2008, 116 em 2009 e 107 em 2010).

Quadro 3.1 – Incentivos fiscais gozados pelas indústrias da ZFM

Tributos federais	Redução de até 88% do Imposto de Importação (I.I.) sobre os insumos destinados à industrialização
	Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (I.P.I.)
	Redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, inclusive adicionais de empreendimentos classificados como prioritários para o desenvolvimento regional, calculados com base no Lucro da Exploração até 2013
	Isenção da contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins nas operações internas na Zona Franca de Manaus
Tributos estaduais	Restituição parcial ou total, variando de 55% a 100% – dependendo do projeto – do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)
Tributos municipais	Isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial urbana, Taxas de Serviços de Coleta de Lixo, de Limpeza Pública, de Conservação de Vias e Logradouros Públicos e Taxas de Licença para empresas que gerarem um mínimo de quinhentos empregos, de forma direta, no início de sua atividade, mantendo este número durante o gozo do benefício. (Lei Municipal nº 427/1998)

Fonte: adaptado de Suframa (2012a)

Dentro do ideário neoliberal de independência dos mercados, há um esforço em eclipsar o fato de que o Polo Industrial de Manaus existe em virtude de uma política governamental de incentivos às empresas. Ele pode ser percebido na mudança da rotulagem de origem dos produtos industriais da ZFM, obrigatória por lei. Até 2005, a frase que acompanhava o símbolo da garça estilizada era “Produzido na Zona Franca de Manaus”, o que tornava mais evidente a existência das reduções e isenções fiscais. A garça se manteve, mas a partir de 2006 os dizeres foram substituídos por “Produzido no Polo Industrial de Manaus” (ver figura 3.1) (BOTELHO, 2006).



Figura 2.1 – Marca de origem da ZFM

Fonte: Suframa (2012c)

Há inclusive propostas legislativas em tramitação no Congresso Nacional para que o nome Zona Franca de Manaus seja banido em todas as esferas, não apenas na rotulagem de

origem dos produtos. A matéria “PIM ou PDEI⁷¹, eis a questão”, apresenta duas delas, ambas de autoria de parlamentares amazonenses:

Um surdo embate se desenrola nos bastidores da Câmara Federal em torno do nome Zona Franca de Manaus (ZFM). De um lado está a Proposta de Emenda Constitucional 59/2004, do senador Arthur Neto (PSDB), e do outro o projeto de lei 5.712/2009, da deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB). As duas iniciativas visam modificar o nome Zona Franca e **espantar o que os autores chamam de preconceito contra o principal modelo de desenvolvimento econômico do Amazonas.**[...] De acordo com a Suframa, o termo PIM passou a ser adotado na década de 1990, logo depois que ocorreu, no governo Collor, o processo de abertura comercial, quando as empresas começaram a ganhar espaço no mercado nacional e internacional. **“Foi uma estratégia de comunicação e marketing, com o objetivo de fazer com que o restante do Brasil e o mundo passassem a ver a ZFM como um polo de indústrias,** diferente da conotação meramente comercial que se costuma atribuir ao termo zona franca”, completa Yanck [Oldemar Yanck, superintendente adjunto da Suframa] [DANTAS, 2009, p. E6, negritos nossos].

Apesar do regime tributário especial da ZFM, que seus “defensores” preferem não evidenciar, o Amazonas tem sido o maior contribuinte do governo federal na Região Norte. Ele foi responsável, por exemplo, por cerca de 60% do valor arrecadado em tributos federais em 2005 na região (BOTELHO, 2006). Em 2007, para cada R\$ 1,00 concedido em renúncia fiscal de tributos federais, o Polo Industrial de Manaus (PIM) arrecadou R\$ 1,15 (OLIVEIRA JR. e MACHADO, 2009).

Por outro lado, a ZFM vem contribuindo para o desequilíbrio da balança comercial brasileira. Nas palavras de José Alberto Machado, que já ocupou o cargo de coordenador geral de Estudos Econômicos e Empresariais da Suframa: “Um fato que precisa ser levado em conta é que o déficit da Zona Franca é muito grande, e ele contribui para a desindustrialização do país, ou seja, quando a ZFM exporta pouco e importa muito insumo está contribuindo para isso” (MACHADO, 2011, p. 16).

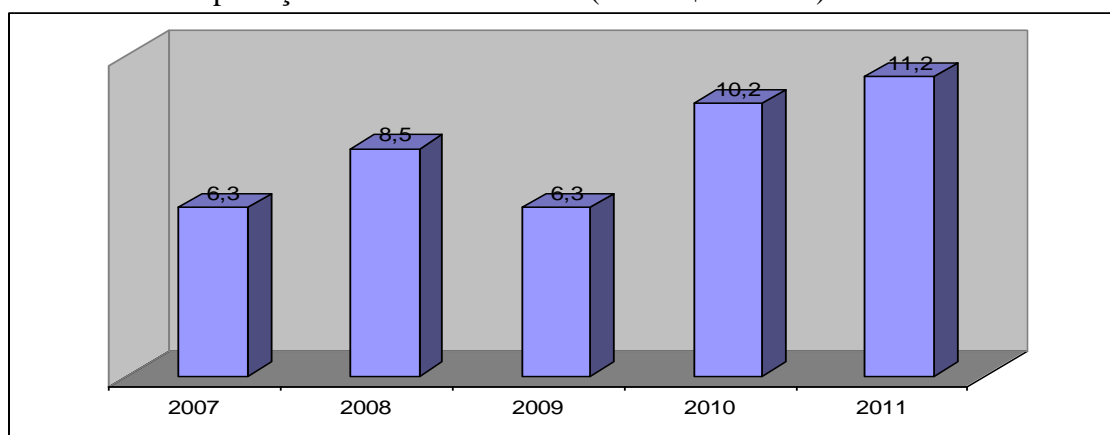
Cerca da metade dos insumos utilizados nas indústrias de transformação do PIM são importados (MACHADO, 2011). Isso explica por que as greves dos fiscais federais agropecuários do Ministério da Agricultura em 2007 e a dos auditores fiscais da Receita Federal em 2008 renderam, respectivamente, nove e quatro matérias no caderno de Economia do jornal “A Crítica”. Sem os servidores federais para fazerem as inspeções devidas por lei, as cargas importadas ficaram retidas no porto e no aeroporto de Manaus, comprometendo o cronograma de produção das indústrias:

71 PIM, como se sabe, é Polo Industrial de Manaus. PDEI significa Polo de Desenvolvimento Econômico Incentivado, nomenclatura proposta pela deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM).

Cargas acumuladas no valor de US\$ 70 milhões nas alfândegas do porto e aeroporto e um prejuízo de no mínimo US\$ 5 milhões ao dia. Esse é o balanço dos impactos provocados pela greve dos fiscais da Receita Federal, que já dura 18 dias. Segundo o Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus (Sinaees), que divulgou a estimativa, caso a greve dos auditores continue na próxima semana, as perdas financeiras das empresas podem se traduzir em demissões (REDAÇÃO, 2008, p. A14).

De fato, de 2007 a 2011 o total gasto pelas indústrias localizadas em Manaus com a compra de insumos estrangeiros aumentou aproximadamente 78%. O gráfico 3.1 detalha esse crescimento:

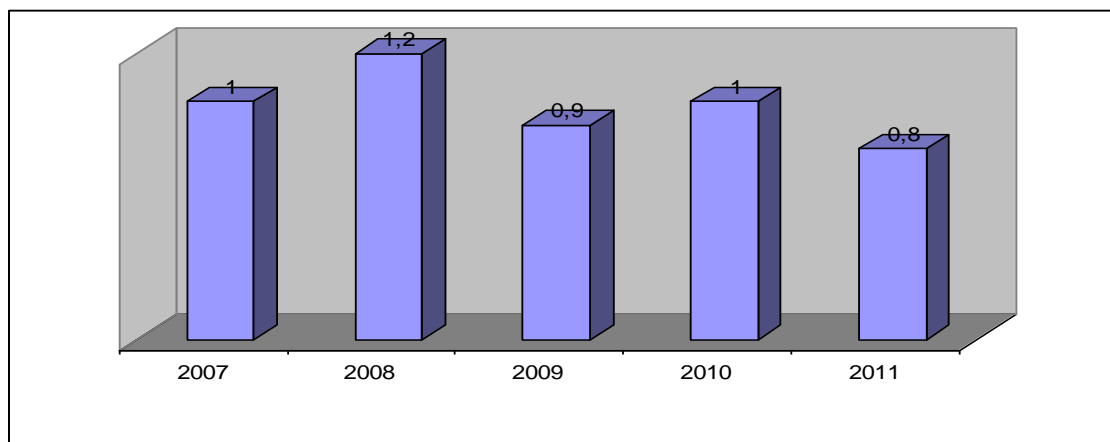
Gráfico 2.1 – Importação de insumos no PIM (em US\$ 1 bilhão)



Fonte: adaptado de Suframa (2012b, p. 5)

No mesmo período, as vendas do PIM para o exterior caíram cerca de 20%, conforme mostra o gráfico 3.2:

Gráfico 2.2 – Exportações de produtos do PIM (em US\$ 1bilhão)

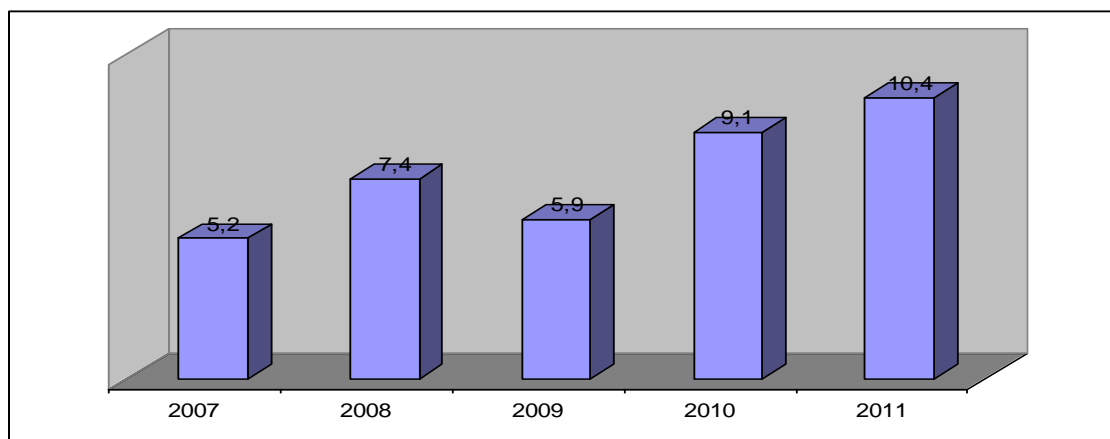


Fonte: adaptado de Suframa (2012b, p. 7)

Os produtos industriais fabricados na ZFM são consumidos majoritariamente dentro do Brasil, especialmente no Centro-Sul do país (MACHADO, 2011). Embora exista uma

diretriz no planejamento estratégico da Suframa de estímulo às exportações, a defasagem na balança comercial do PIM aumentou entre 2007 e 2011, conforme evidencia o gráfico 3.3:

Gráfico 2.3 – Defasagem na balança comercial do PIM (em US\$ 1bilhão)



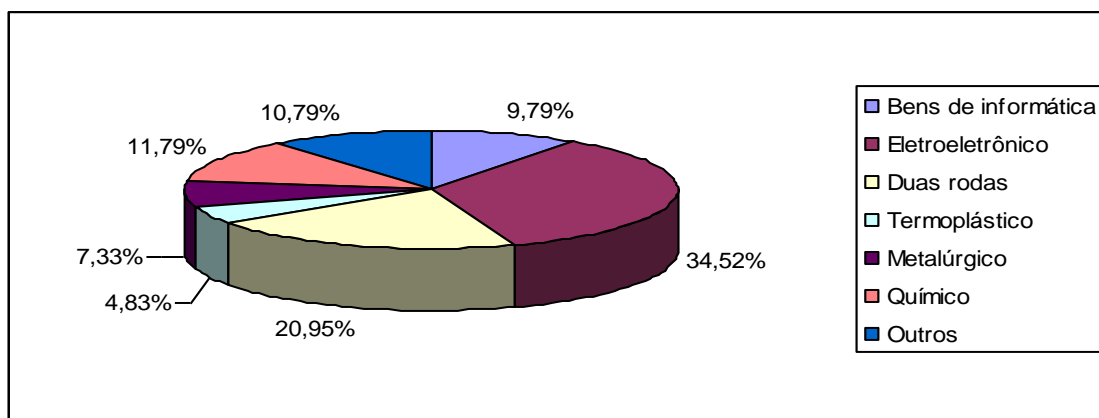
Fonte: adaptado de Suframa (2012b, ps. 5 e 7)

A explicação para a grande dependência de insumos importados passa também pelo perfil das cerca de 600 indústrias localizadas em Manaus, que atuam principalmente nas áreas de eletroeletrônica, veículos de duas rodas, produtos ópticos, produtos de informática e indústria química. Juntas, elas geraram 119,9 mil empregos diretos (considerando também trabalhos temporários e terceirizados) e, estima-se, 400 mil empregos indiretos em 2011 (SUFRAMA, 2012b). O efetivo de mão-de-obra aproveitado pelo PIM flutuou bastante ao longo da história da ZFM, o que será discutido com mais detalhes no próximo capítulo.

Verificando a participação dos segmentos industriais no faturamento do PIM em 2011 (ver gráfico 3.4), é possível perceber a predominância de empresas que utilizam pouco os chamados recursos naturais amazônicos como matéria prima⁷²:

72 Em “Outros” estão os segmentos: relojoeiro; bebidas; madeireiro; papel e papelão; vestuário e calçados; produtos alimentícios; editorial e gráfico; têxtil; mineral não metálico; mobiliário; beneficiamento de borracha; ótico; brinquedos; isqueiros, canetas e barbeadores descartáveis; e naval.

Gráfico 2.4 – Participação por segmento no faturamento do PIM em 2011.



Fonte: adaptado de Suframa (2012b, p. 27)

Esse faturamento de 2011 representou um total de 41,2 bilhões de dólares, valor recorde em relação ao faturamento dos anos anteriores: US\$ 25,7 bilhões em 2007, US\$ 30,2 bilhões em 2008, R\$ 25,9 bilhões em 2009 e US\$ 35,1 bilhões em 2010. Se considerados em reais, em valores atualizados para 2011, esses números parecem menos positivos: R\$ R\$ 62,9 bilhões em 2007, R\$ 56,7 bilhões em 2008, R\$ 55,9 bilhões em 2009 e R\$ 65,3 bilhões em 2010 (MACHADO, 2011)⁷³.

A indústria de transformação respondeu em 2009 por 32% do Produto Interno Bruto (PIB) do Amazonas (IBGE, 2011). A economia do estado é dependente do polo industrial da capital, que movimenta os outros setores:

O salário dos trabalhadores do PIM se converte em consumo. O crescimento populacional traduz-se em demandas por produtos e serviços. Estas suscitam, além do aumento da receita, gastos do setor público com salários, infraestrutura, saúde, educação, saneamento, habitação, lazer, etc. Em conjunto, as demandas da população e do Poder Público abrem novas oportunidades de investimentos e lucro para a empresa privada. Revela-se, assim, uma relação de dependência estrutural mesmo onde existe uma situação de independência formal dos incentivos fiscais. (SERAFICO, 2011, p. 155).

O PIB do Amazonas, por sua vez, tem uma contribuição reduzida para o PIB nacional – e essa baixa participação tem se mantido ao longo da última década. Em 2002 e 2003, o PIB estadual representou 1,5% do PIB brasileiro; em 2004 e 2005, subiu para 1,6%; em 2006, alcançou o pico de 1,7%, para voltar a 1,6% em 2007 e a 1,5% em 2008 e 2009 (IBGE, 2011).

⁷³ Segundo José Alberto da Costa Machado (2011, p. 15), que não chegou a fazer a conversão e atualização do faturamento do PIM em 2011, os números anunciados pela Suframa estão baseados “em uma conta fictícia”, já que a maior parte das vendas da ZFM se dão em reais no mercado interno, mas são informadas em dólar. Assim, quando a cotação do dólar em relação ao real está mais baixa, tem-se a impressão de que o faturamento das indústrias de Manaus aumentou mais.

3.4. Prorrogações dos incentivos fiscais

Conforme visto, o período de implantação da ZFM, definido pelo governo, militar foi de 30 anos, seguindo o modelo das ZPEs difundido pela Onudi. Ou seja: os incentivos fiscais deveriam terminar em 1997. Com a redemocratização do país e a realização da Assembleia Geral Constituinte, uma emenda de autoria do então deputado federal Bernardo Cabral (PMDB/AM), convertida no artigo 40 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ACDT) da Constituição Federal de 1988, prorrogou esses incentivos até 2013. Quinze anos depois, como parte da chamada Reforma Tributária, a aprovação da Emenda Constitucional 42, em 2003, adiou por mais dez anos o término da Zona Franca de Manaus, agora estendido até 2023 (BOTELHO, 2006). Diante da pouca expressividade da ZFM para a economia nacional e dada a dependência econômica do Amazonas em relação ao Polo Industrial de Manaus, é fácil entender os esforços que os parlamentares federais do estado têm empreendido a fim de prorrogar mais uma vez o prazo de validade do modelo.

Para isso, o Congresso Nacional precisa aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), o tipo de proposição legislativa com mais exigências no processo de tramitação. As dificuldades se evidenciam desde os requisitos para apresentação das PECs: é preciso ter a assinatura de pelo menos um terço dos senadores ou dos deputados federais; ou ser uma proposta do presidente da República ou, ainda, de metade das Assembleias Legislativas Estaduais. A partir daí, as PECs vão para análise e votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados – a não ser quando são de autoria de senadores, único caso em que são submetidas primeiramente à CCJ do Senado Federal. No plenário tanto da Câmara quanto do Senado, as PECs passam por dois turnos de discussão e votação, devendo em cada um deles ter voto favorável de pelo menos três quintos dos membros de cada Casa. Além disso, é comum acontecer um “pingue-pongue”: se a Câmara altera uma PEC enviada pelo Senado (vice-versa), ela volta à Casa anterior e recebe o tratamento de uma proposição nova (SENADO FEDERAL, 2011). É por isso que o tempo médio para aprovação final de uma PEC costuma ser de sete anos (PAULO, 2011).

Em maio de 2012, havia em tramitação no Congresso Nacional pelo menos cinco Propostas de Emenda à Constituição (PECs) de autoria de senadores e deputados federais do Amazonas que prorrogavam a ZFM: a) a PEC 17/2008, do senador Artur Virgílio (PSDB/AM), com extensão dos incentivos fiscais até 2033; b) PEC 21/2010, do senador Jefferson Praia (PDT/AM), com os incentivos válidos até 2063; c) PEC 29/2010, também do

senador Artur Virgílio, esta com prazo até 2073; d) PEC 506/2010, do deputado Silas Câmara (PTB/AM), prorrogando os incentivos por tempo indeterminado; e) PEC 57/2011, da senadora Vanessa Grazziotin, também propondo a extensão até 2073. Além de mais antiga, a PEC 17/2008 era a proposição com tramitação mais adiantada: já tinha sido aprovada nos dois turnos no plenário do Senado (GUIMARÃES, 2011) e na CCJ da Câmara. A PEC 506/2010 já havia conseguido aprovação na CCJ da Câmara dos Deputados e aguardava votação no plenário (AGÊNCIA CÂMARA, 2012). As outras três PECs estavam na etapa inicial de análise pela CCJ do Senado.

Havia, ainda, uma sexta “PEC da Zona Franca de Manaus” em tramitação: a de nº 103/2011, apresentada pela presidente Dilma Rousseff. Quando esteve em Manaus em outubro de 2011, no aniversário da cidade, ela assinou não apenas essa PEC, prorrogando os incentivos fiscais por mais 50 anos (até 2073, portanto), mas também um projeto alterando o Decreto-Lei nº 288/1967, a fim de incluir na ZFM os municípios de Iranduba, Novo Airão, Manacapuru, Careiro da Várzea, Itacoatiara, Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo. Esses sete municípios fazem parte da chamada “região metropolitana de Manaus”. Não por acaso, Dilma realizou as assinaturas durante a cerimônia de inauguração da ponte construída sobre o Rio Negro, que liga a capital amazonense a Iranduba, uma polêmica obra que custou R\$ 1 bilhão e levou quatro anos para ser construída (LIMA, 2011).

A prorrogação da ZFM e sua extensão para a região metropolitana de Manaus eram promessas de campanha de Dilma Rousseff (LINS, 2010). Durante a disputa eleitoral, o candidato José Serra chegou a declarar na capital amazonense que, se eleito, estenderia a ZFM pelo dobro do tempo anunciado pela concorrente: ou seja, por mais 100 anos (COELHO, 2010). Mas sua promessa teve baixo apelo entre o eleitorado local, já que ele e seu partido (PSDB) estavam identificados com São Paulo, o grande “inimigo” da ZFM, conforme será evidenciado no quarto capítulo.

Foi no Amazonas que Dilma, a primeira mulher eleita presidente no Brasil, obteve sua maior votação proporcional, alcançando 80,93% dos votos válidos (TSE, 2012). Em discurso celebrando o resultado das eleições, a deputada federal Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) destacou o fato de que a candidata do PT obteve a maioria dos votos em todas as seções eleitorais do estado:

Isso ocorreu porque a situação do Amazonas é muito peculiar. Temos lá uma Zona Franca, dirigida e coordenada pelo Governo Federal. E o Presidente Lula, com sua

visão geopolítica extremamente abalizada, atuou nesses anos fortalecendo a Zona Franca de Manaus. Meu Estado [sic] reconhece isso, e, mais do que isso, diz: queremos que continue essa política de fortalecimento da Zona Franca, com geração de emprego e renda no Estado do Amazonas (GRAZZIOTIN, 2010).

Na cerimônia em questão, de inauguração da ponte sobre o Rio Negro, Dilma estava acompanhada do ex-presidente Lula. Na ocasião, os dois chegaram a usar cocares - e a imagem deles com o adorno indígena alcançou grande repercussão na mídia nacional. Quando ainda era presidente, Lula se auto-intitulou “garoto propaganda do Amazonas” (PATRICIA, 2008d). Ele também se elegeu presidente da República com maioria dos votos válidos dos eleitores amazonenses (69,9%), em 2002. E se reelegeu em 2006 com um número ainda maior: 78% dos votos válidos (TSE, 2012). É preciso lembrar que foi no primeiro ano do governo Lula, em 2003, que a ZFM foi prorrogada de 2013 para 2023.

Apesar de relativamente nova, a PEC 103/2011, apresentada pela presidente Dilma, já foi aprovada na CCJ da Câmara dos Deputados. Com o apoio político explícito do Poder Executivo, fica mais fácil aprovar a extensão dos incentivos fiscais do PIM até 2073. Tanto que em Manaus, a prorrogação da ZFM é tratada como fato. Isso pode ser observado na resposta dada por um alto executivo de uma grande indústria de eletroeletrônicos em Manaus, quando perguntado (por questionário eletrônico) o que aconteceria com a unidade da empresa no Amazonas com o fim dos incentivos fiscais constitucionalmente previstos para 2023: “Prezada, por norma mundial da Empresa, estamos proibidos de responder seu questionário. Atenciosamente, XXX⁷⁴. Obs: **a Zona Franca vai até 2073**” (informação pessoal, negrito nosso).

2.5. Elite local

Os empresários de Manaus, de fato, estão confiantes que a ZFM será prorrogada por mais 50 anos. Mas sabem que isso não garante as vantagens comparativas que justificam a presença das multinacionais no Amazonas, sempre sob risco iminente de serem defasadas pela chamada guerra fiscal, que se intensificou a partir da abertura econômica iniciada pelo governo Collor nos anos 1990:

A abertura econômica não apenas criou um novo cenário para as empresas do País, mas também abriu oportunidades de investimentos para as empresas estrangeiras e lançou os Estados e municípios brasileiros na concorrência por elas. Isso redundou na denominada guerra fiscal, produto da criação pelos entes federativos – estados e municípios – de incentivos fiscais que induzam as empresas – o capital, portanto –

74 O nome do entrevistado não foi divulgado para garantir o sigilo da fonte.

a se deslocarem de umas para outras regiões do território nacional (SERAFICO, 2011, p. 92).

Um exemplo dessa disputa pela atração de capital industrial internacional foi a lei e o decreto estadual publicados pelo governo do Paraná, reduzindo de 7% para 3% o ICMS dos produtos de informática fabricados lá. Pressionado pelos empresários da ZFM, o governo do Amazonas entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin 3936) contra essas medidas, que foi julgada procedente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) (PAULO, 2007).

No lobby pela manutenção – e, se possível, ampliação – das vantagens fiscais gozadas pelo PIM, o empresariado dos setores secundário e terciário no Amazonas conta com a atuação de oito entidades de classe: Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam), Associação Comercial do Amazonas (ACA), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Amazonas (Fecomércio-AM), a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus (CDLM), a Associação dos Fabricantes de Bens de Informática e Componentes da Amazônia (Aficam), a Associação de Comércio Exterior da Amazônia (Aceam) e a Câmara de Comércio Brasil –Japão. Há, ainda, uma organização guarda-chuva denominada Santa Aliança. Marcelo Seráfico (2011, p. 191) analisou o perfil das nove organizações listadas acima:

Destas, quatro (ACA, FIEAM, FECOMÉRCIO e CDLM) são vinculadas ao empresariado local, quatro a empresas nacionais e transnacionais localmente instaladas (CIEAM, AFICAM, ACEAM e Câmara do Comércio Brasil-Japão) e uma (Santa Aliança) é uma reunião de representantes das demais, com o acréscimo da Federação da Agricultura do Estado do Amazonas (FAEA).

Os empresários do Amazonas, portanto, constituem “fiéis defensores da ZFM, mesmo não sendo seus principais protagonistas” (SERAFICO, 2011, p. 28). Em sua tese de doutorado, Marcelo Seráfico (2011, p. 29) mostrou como, a partir da criação da ZFM, o empresariado local “se reconfigurou socialmente e ajustou suas funções econômicas, perspectivas ideológicas e estratégias de ação política a um mecanismo de dinamização das forças produtivas cujo funcionamento depende de interesses que lhe são distantes, estranhos ou mesmo antagônicos”.

Leo Despres (1991, p. 32, tradução nossa⁷⁵) também observou como a ZFM baseou-se em um modelo centro-periferia no qual “os recursos humanos e naturais da região estavam submetidos ao proveito de uma economia nacional cujos centros decisórios localizavam-se principalmente no Sul industrial, particularmente São Paulo, ou fora do país”. Neste sentido, pode-se afirmar que a ZFM “se converteu em um espaço de dependência da elite local” (SERAFICO, 2011, p. 179):

São dois os tipos de impasse com os quais o empresariado local se defronta no que tange sua reprodução social. Primeiro, há os impasses de ordem política, relacionados ao fato de que as decisões relativas à manutenção da ZFM e sua condução cabem ao governo federal, portanto, a uma instância de poder político da qual se mantêm distantes. Segundo, há os impasses de ordem econômica atinentes, de um lado, ao próprio fato de que as mudanças na ZFM são subprodutos da dinâmica da economia global, particularmente, das estratégias de ajuste da política econômica nacional e das estratégias das corporações transnacionais relativas a conjunturas críticas da economia nacional e do mercado nacional (SERAFICO, 2011, p. 181).

Não por acaso, uma das exigências que as indústrias localizadas em Manaus precisam cumprir é manter pelo menos um diretor com residência na cidade. O que não significa que as empresas do PIM sejam de fato geridas no Amazonas: em 2007, apenas 18% tinham a capital amazonense como efetivo centro decisório (SERAFICO, 2011).

Isso ajuda a explicar por que o questionário online enviado aos diretores das 100 maiores empresas de Manaus obteve apenas sete respostas⁷⁶. Houve, ainda, três executivos que reagiram ao pedido de dados explicando que não tinham autonomia para responder às perguntas. Um deles chegou a telefonar, desculpando-se por depender de autorização da matriz para contribuir com a pesquisa.

Assim, embora não controle de fato a produção de riqueza no PIM, a elite amazonense depende do modelo ZFM e, por isso, mobiliza-se a favor da sua continuidade. O medo de inovar e colocar em risco seus privilégios faz com essa mobilização seja altamente conservadora, excluindo demandas por alternativas econômicas ou mesmo por inovações (ainda que apenas institucionais) na própria ZFM (SERAFICO, 2011). Conforme observou

75 Do original: “[...] the human and nature resources of the region were to become harnessed to a national economy for which the centers of decision were located primarily in the industrial South, particularly São Paulo, or outside the country”.

76 O questionário foi enviado na fase exploratória da pesquisa e continha nove perguntas abertas e uma fechada. A listagem dos correios eletrônicos dos dirigentes locais das 100 empresas com maior faturamento no PIM foi fornecida pela própria Suframa.

Antônio José Botelho (2006, p. 189), “o que demora a se consolidar é uma consciência de que o Projeto ZFM é um meio, e talvez até um fim, mas nunca somente um fim em si mesmo”.

Essa postura de defesa acrítica também pode ser observada em outros setores da sociedade amazonense que historicamente têm atuado a favor da manutenção da ZFM, como a imprensa e os políticos. Ela fica evidente no editorial publicado pelo jornal A Crítica⁷⁷ em 2009, intitulado “Sempre em defesa da ZFM”, por ocasião do aniversário de 42 anos da Zona Franca:

Incentivador dos maiores dos projetos de desenvolvimento da Amazônia e do Amazonas, o jornal A CRÍTICA sempre deu **total apoio** à instalação, manutenção e expansão da Zona Franca de Manaus (ZFM). **Páginas, editoriais, manchetes, notas em colunas, cadernos especiais** dedicados ao assunto ao longo desses 42 anos de existência do modelo, dando espaço para que as diversas **vozes dos segmentos que o representam** pudessem se manifestar e aprimorar o setor industrial (A CRÍTICA, 2009, p. A13, negritos nossos).

A célebre afirmação de que toda unanimidade é burra, atribuída a Nelson Rodrigues, deveria causar preocupação diante do posicionamento dos deputados federais e senadores do Amazonas a respeito da ZFM. José Antônio Botelho (2006, p. 203) foi um dos que constatou que, “embora impressionantemente”, a Zona Franca é um “estrondoso consenso tanto na retórica dos partidos de esquerda quanto de direita, dentro do Amazonas”.

A bandeira comum, aparentemente suprapartidária, foi explicitada em diversos pronunciamentos da bancada federal do Amazonas no Congresso Nacional ao longo de 2007 a 2010. A própria deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) reconheceu que ia “[...] muito a esta tribuna falar sobre a Zona Franca de Manaus, **como faz a totalidade dos Parlamentares do Estado do Amazonas**” (GRAZZIOTIN, 2007, negrito nosso).

Também no plenário da Câmara dos Deputados, ao ser eleito, Átila Lins (PMDB/AM) declarou: “É claro que vamos continuar na defesa permanente da Zona Franca de Manaus, que gera emprego e renda no Estado. [...] A nossa permanente atuação em defesa da Zona Franca será uma rotina nesta Casa” (LINS, 2010b). Na mesma linha, o deputado Francisco Praciano (PT/AM) discursou agradecendo a reeleição: “Minha agenda como Parlamentar nos próximos quatro anos terá, com toda a certeza, os seguintes itens de luta: primeiro, a Zona Franca de Manaus. Atualmente, qualquer Parlamentar do Estado do Amazonas tem de colocar na sua

77 O jornal “A Crítica” nasceu em 1949, por iniciativa do jornalista Umberto Calderaro Filho. Atualmente, ainda uma empresa familiar, constitui o periódico diário de maior circulação no Amazonas.

pauta de atuação - obrigatoriamente! - a continuidade da Zona Franca de Manaus” (PRACIANO, 2010).

2.6. Trabalhadores

As centrais sindicais reforçam o lobby pela prorrogação da ZFM. Nacionalmente, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical estão em campos opostos; mas, no Amazonas, elas coincidem na defesa dos incentivos fiscais do Polo Industrial de Manaus. Enquanto a Força Sindical chegou a encampar bandeiras empresariais como a mudança no Processo Produtivo Básico (PPB) para fabricação de ar-condicionado, a fim de permitir maior uso de componentes importados (PAULO, 2007b), a CUT anunciou um protesto em frente à bolsa de valores de Nova Iorque “alertando para o risco que a Amazônia corre se acabar a Zona Franca de Manaus (ZFM)” (REDAÇÃO, 2007, p. A15).

Aqui, novamente, o apoio está longe de significar falta de conflitos. Um deles é o achatamento salarial dos operários do PIM, apesar do aumento no faturamento e na produtividade das indústrias. Em 2003, 40,81% dos trabalhadores industriais em Manaus estavam na primeira faixa salarial, de até dois salários mínimos. Em 2011, esse percentual cresceu para 61,31%. Já a segunda faixa salarial, de dois a quatro salários mínimos, caiu de 36,29% para 23% dos trabalhadores, no mesmo período (MACHADO, 2011).

No caderno especial publicado por A Crítica em comemoração aos 42 anos da ZFM, a matéria “Faturamento disparou, mas rendimento do salário caiu” detalha a perda do poder de compra dos operários do PIM:

De 1997 a 2007 o faturamento das empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) saiu de US\$ 11,7 bilhões para US\$ 25,6 bilhões. Nesse mesmo período o poder de compra dos trabalhadores ficou para trás. Pelos números levantados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o rendimento médio real (valor nominal descontado da inflação) que era R\$ 1.633 caiu para R\$ 1.327, uma redução de 18,74% (REDAÇÃO, 2009, p. EP10).

Embora as greves gerais dos anos 1980 não tenham se repetido, no período de estudo os trabalhadores do PIM protestaram contra as perdas salariais. Em 2008, por exemplo, ocorreram paralisações em pelo menos 11 fábricas de Manaus (REDAÇÃO, 2009b, p. EP12). Em uma delas, uma empresa de componentes para equipamentos eletrônicos (Gatsby), alguns funcionários relataram as péssimas condições de trabalho a que estavam submetidos:

Segundo os relatos, a falta de espaço entre as linhas de produção faz com que os funcionários tenham de trabalhar de lado, em extremo desconforto; algumas áreas da produção não são climatizadas, expondo trabalhadores a calor intenso; fora do período de almoço, os colaboradores teriam permissão para ir ao banheiro apenas uma vez durante o expediente. / Mas de todas as queixas, maior ênfase foi dada à má qualidade da alimentação. Os trabalhadores afirmam já ter encontrado tapirus e outros animais na comida. “Já acharam lagartas na salada e até uma esponja no feijão”, informaram (REDAÇÃO, 2008b, p. A15).

Além disso, o trabalho nas linhas de montagem pode causar doenças ocupacionais como as lesões por esforço repetitivo (PATRÍCIA, 2008a; 2008b). De acordo com estimativas do Sindicato dos Metalúrgicos, vinculado à CUT, na última década as doenças ocupacionais e os acidentes de trabalho deixaram 35 mil operários com sequelas no PIM (SANTANA, 2011). Esse risco era maior até os anos 1980, na chamada “fase de ouro” do Polo Industrial de Manaus, caracterizada por um “fordismo periférico, em que grande parte da produção era montada de forma manual e congregava um contingente significativo de trabalhadores” (SCHERER, 2004, p. 130). Nesse período, Iraíldes Caldas Torres (2010, p. 6) observou que a divisão sexual do trabalho marcava o chão de fábrica:

A grande parte da força de trabalho era constituída por mulheres na faixa etária de 15 a 25 anos predominantemente, pois as empresas de produtos eletroeletrônicos preferiam a mão-de-obra feminina pelo fato desta apresentar uma habilidade manual que se fazia necessária ao processo de montagem desses produtos, como por exemplo, a paciência, a atenção e destreza, valores atribuídos à mulher. Some-se a isto os baixos salários auferidos à força de trabalho feminina que constituía mão-de-obra farta e desqualificada.

No início dos anos 1990, conforme já visto, a maior concorrência dos produtos importados forçou a indústria nacional a um processo de reestruturação produtiva. No PIM, o aumento da automação e a adoção dos princípios de gestão enxuta inspirados no toyotismo geraram desemprego e contribuíram para desmobilizar a organização sindical (SILVA, 2004).

Já no início do século XXI a geração de empregos industriais em Manaus voltou a crescer, como resultado da política de atração de investimentos promovida pela Suframa e pelo governo estadual. O foco eram as empresas estrangeiras baseadas em tecnologia de ponta e a tentativa de adensamento da cadeia produtiva local, com incentivo às indústrias de componentes. Individualmente, as empresas passaram a utilizar menos mão-de-obra, porém a quantidade de empresas se multiplicou (RIVAS, MOTA e MACHADO, 2009). Assim, de 2003 a 2011, o número de empregos diretos gerados pelo PIM (incluindo trabalhadores efetivos, temporários e terceirizados) saltou de 66,7 mil para 119,9 mil (MACHADO, 2011).

Conseguir um emprego em uma indústria de Manaus, porém, tornou-se uma tarefa mais difícil, especialmente para a mão-de-obra local. O preconceito com os trabalhadores amazonenses, de fato, é anterior à reestruturação produtiva: marca a história de implantação do PIM. Em seu estudo antropológico em duas indústrias de Manaus, Leo Despres (1991) constatou que em ambas não havia amazonenses ocupando cargos superiores ao de técnico. O pesquisador ouviu de um gerente que contratar moradores do interior era ruim porque eles ficavam fascinados pelas televisões e paravam para assistir, ao invés de trabalhar. Além disso, o gerente afirmou que esses operários eram insubordinados, pois não tinham medo de demissão, já que sempre poderiam pescar para sobreviver. É desse gerente um depoimento emblemático registrado por Despres: “Eu odeio ver as pessoas trabalharem na linha de produção. É um trabalho estúpido, chato, mecânico, que não requer inteligência” (DESPRES, 1991, p. 53, tradução nossa⁷⁸).

Com a chamada globalização do mercado de mão-de-obra especializada, aumentaram as barreiras para os trabalhadores não qualificados, mesmo para a execução de tarefas pré-programadas destinadas aos “robôs humanos”⁷⁹ (CASTELLS, 2007, p. 309). Conforme analisou Elenise Scherer (2004, p. 134):

Nos anos iniciais de instalação das fábricas da Zona Franca de Manaus admitia-se um trabalhador sem qualificação ou semiquualificado. Agora requer-se um trabalhador com um novo perfil: jovem, polivalente, multifuncional, consciente e responsável. A idade e o nível de escolaridade são critérios decisivos no momento de contratação. A destreza manual perde importância e agora é cada vez mais exigida a capacidade de raciocínio abstrato, para operar as máquinas computadorizadas.

Um levantamento do Departamento de Estatística e Economia da Universidade Federal do Amazonas, encomendado pela Secretaria Municipal do Trabalho, mostrou que 5,48% dos trabalhadores do PIM possuíam apenas o Ensino Fundamental e 83,77% haviam concluído o Ensino Médio. Baseado em dados de 2007, o estudo apontou ainda que o percentual com Ensino Superior completo era baixo: 10,75% (LIMA, 2010).

78 Do original: “I hate to see people work on the production line. It is stupid, dull, mechanical work, and it requires no intelligence”.

79 Manuel Castells (2007) classificou o lugar ocupado pelos trabalhadores na chamada nova divisão do trabalho segundo as tarefas desempenhadas por eles: a) tomada de decisão e planejamento – dirigentes; b) inovação – pesquisadores; c) adaptação e objetivos da inovação – projetistas; d) gerenciamento – integradores; e) execução de tarefas sob própria iniciativa e entendimento – geradores; f) execução de tarefas pré-programadas – robôs humanos.

A falta de mão-de-obra local especializada para trabalhar em postos mais qualificados do PIM (SILVA, 2008) pode ser lida como resultado do descaso do poder público e do privado com a qualidade de vida dos manauaras:

O perverso nisso é que o capital não esboçou qualquer preocupação com a vida desses trabalhadores. Sequer dotou a cidade de infraestrutura urbana à guisa de organização do seu tecido social; muito menos o poder público investiu em políticas públicas, principalmente no que diz respeito às políticas educacionais de acesso universalizado. Nem mesmo as empresas do Distrito Industrial investiram em qualificação profissional, ao contrário, mantiveram sempre a mão-de-obra inábil para o mercado atual. Daí que, quando ocorre o reordenamento ou redefinição do lugar do trabalho, é óbvio que a população não vai estar preparada, já que as forças de mercado e o poder público não se preocuparam com esta questão (TORRES, 2010, p. 9).

A análise acima, feita pela professora Iraíldes Caldas Torres, coincide com a do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Valdemir Santana. Em entrevista concedida à jornalista Terezinha Patrícia, ele creditou a falta de qualificação da mão-de-obra local ao baixo investimento em educação e treinamento feitos pelos governos municipal, estadual e federal, pela Suframa e pelas próprias empresas:

[Terezinha Patrícia] A nova convenção coletiva de trabalho aprovada no final de julho tem algum item sobre qualificação de mão-de-obra?

[Valdemir Santana] Pedimos que os patrões criassem sistemas para qualificar seus próprios trabalhadores. Também colocamos a obrigatoriedade de 80 horas/ano de qualificação para todos os trabalhadores. Eles negaram os dois pontos (PATRÍCIA, 2008c, p. E1).

Mesmo diante dos baixos salários, do trabalho monótono e das exigências de qualificação profissional, ser operário do PIM representa um ideal de ascensão social para muitos moradores de Manaus. Os trabalhadores da linha de montagem têm acesso ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e, em muitos casos, contam com benefícios privados adicionais como plano de saúde, transporte contratado pelas empresas, creche, almoço quente e direito de comprar a produção da fábrica a preço de custo⁸⁰ (DESPRES, 1991).

Ser um empregado do Distrito⁸¹, com carteira assinada, é ter uma imagem social valorizada, portanto. Apesar disso, os próprios operários parecem não vivenciar esse reconhecimento dentro do ambiente de trabalho. Em 1984, Leo Despres (1991) acompanhou

80 Leo Despres (1991) ressaltou que além de alguns serem obrigatórios por lei, todos os benefícios listados acima são vantagens também para o empregador, porque garantem a disciplina do trabalho.

81 Em Manaus, o PIM é popularmente conhecido como Distrito Industrial – ou, ainda, apenas pelo primeiro termo (“o Distrito”).

100 famílias de trabalhadores do PIM, de duas empresas, durante sete meses. Ele percebeu que os funcionários das linhas de produção não se identificavam com o emprego. Tanto é que muitos deles jamais haviam usado o clube da fábrica nos sábados ou domingos, justamente porque não queriam se lembrar do trabalho maçante que exerciam durante a semana. Os operários entrevistados por Despres (1991, p. 120) idealizavam o empreendedorismo informal, ressaltando aspectos econômicos (“o dinheiro entra todos os dias”; “quanto mais trabalha, mais ganha”), de mobilidade social (“o negócio pode crescer”) e de liberdade (“você controla o próprio tempo, faz amigos”).

2.7. Suframa

Conforme visto acima, a geração de empregos no Polo Industrial de Manaus voltou a crescer no século XXI. Mas, se dependesse dos investimentos anunciados a cada reunião do Conselho de Administração da Suframa (CAS), ela teria sido bem maior. Conforme ironizou Antônio José Botelho (2006, ps. 59 e 60, **negrito nosso**):

O projeto de investimentos que as empresas interessadas em se instalar no PIM apresentam à Suframa é otimista, superestima a geração de renda e o nível de emprego. Mas as empresas têm um projeto interno, mais realista, que não é divulgado ao público nem aos políticos. **Se todos os empregos prometidos tivessem sido gerados, não haveria desemprego em Manaus.**

O CAS é o órgão máximo de deliberação da Suframa, constituído por representantes de vários ministérios e dos governos estaduais da Amazônia Ocidental. É ele quem aprova os projetos de empresas que buscam se instalar na ZFM ou ampliar suas atividades nela. As reuniões do CAS têm periodicidade definida por um plano de trabalho anual (SUFRAMA, 2012e) e ganham ampla divulgação da imprensa local, como pode ser percebido neste exemplo: “A retomada da produção de condicionadores de ar no Polo Industrial de Manaus (PIM), em 2008, significará a recuperação de 5 mil empregos. A notícia foi dada, ontem, pela superintendente da Zona Franca de Manaus, Flávia Grosso, durante a 230ª reunião do Conselho de Administração da Suframa (CAS)” (PATRÍCIA, 2007, p. A14).

A Suframa é uma autarquia ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Ela foi criada a partir da mesma medida que implantou a ZFM (Decreto Lei 288/1967), para administrar a concessão dos incentivos fiscais e a interiorização dos benefícios tanto no Amazonas quanto nos outros quatro estados que compõem sua região de abrangência: Amapá, Roraima, Rondônia e Acre (SUFRAMA, 2012e). Assim, a Suframa

é formalmente responsável pela administração de sete áreas de livre comércio na Amazônia Ocidental: em Tabatinga/AM, Macapá/Santana/AP, Guajará-Mirim/RO, Cruzeiro do Sul/AC, Brasília/Epitacolândia/AC, Pacaraima/RR e Bonfim/RR (BOTELHO, 2006). Dessas, apenas as três primeiras estão em funcionamento (SUFRAMA, 2012e).

Há uma grande disputa política pelo cargo de superintendente da Suframa (COELHO, 2011). Segundo Marcelo Seráfico (2011, p. 128):

A cobiça pela autarquia pode ser explicada pela soma de recursos próprios decorrentes da cobrança da TAS – Taxa de Administração de Serviços. Esses recursos asseguram papel fundamental nos investimentos em infraestrutura e serviços públicos, na capital e no interior do Estado, tanto quanto nas outras unidades da Amazônia Ocidental e no Estado litorâneo do Amapá.

Como onde há poder e riqueza existe o risco de corrupção, não é de espantar que a história da Suframa seja marcada por denúncias. O empresário Gilberto Batista é um exemplo emblemático dessas distorções: nas duas primeiras fases da ZFM, graças a contatos na Suframa e na elite local, ele conseguia cotas de importação e também a aprovação de projetos industriais incentivados e, depois, as comercializava para grupos estrangeiros (SERAFICO, 2011).

Mas Batista não foi um caso isolado: durante a distribuição inicial de lotes do Distrito Industrial da ZFM, algumas empresas alugavam a área sob sua posse, gerando especulação imobiliária. Além disso, áreas verdes não foram respeitadas e ruas municipais foram privatizadas pelas indústrias (BOTELHO, 2006).

O escândalo mais recente foram as denúncias de enriquecimento ilícito, lesão ao patrimônio público e improbidade administrativa contra a então superintendente Flávia Grosso, apresentadas pelo Ministério Público Federal e acatadas pela Justiça. Funcionária de carreira da autarquia desde 1974, depois de oito anos e seis meses no cargo, Flávia Grosso foi obrigada a pedir exoneração em outubro de 2011 (PORTAL D24AM, 2012).

Apesar dos sinais de permanência de velhas práticas de gestão fraudulenta, a Suframa vem tentando se inserir nas chamadas novas tendências de administração. Desde 1994, por exemplo, o trabalho da autarquia é guiado por um plano estratégico aprovado em reunião do CAS e estruturado a partir dos seguintes conteúdos: valores; missão; visão de futuro; fatores críticos de sucesso; objetivos estratégicos; áreas estratégicas; linhas de ação; e grandes temas regionais. O plano atualmente válido foi aprovado em 2010 e é o quarto desde que a Suframa

iniciou o processo de planejamento estratégico – os documentos anteriores datam de 1994, 1997 e 2003 (BOTELHO, 2006; SUFRAMA, 2010).

“A consolidação das demandas ambientais” teria sido um importante “elemento de demanda de um novo plano” (SUFRAMA, 2010b, p. 4). Apesar de o termo desenvolvimento sustentável aparecer no primeiro plano estratégico (de 1994), foi só a partir do terceiro plano que a Suframa começou a incorporar “o mantra da equação sinérgica da viabilidade econômica, da correção ambiental e da justiça social” na avaliação dos negócios a receberem incentivos (BOTELHO, 2006, p. 229). No documento aprovado em 2003, “desenvolvimento sustentável” apareceu como uma das seis áreas de atuação estratégica da autarquia, ao lado de tecnologia e inovação, atração de investimentos, inserção internacional, logística e desenvolvimento institucional (BOTELHO, 2006).

Como possível reflexo, a quinta edição da Feira Internacional da Amazônia (Fiam), em 2009, organizada pela Suframa, pela primeira vez exibiu estandes de produtos orgânicos produzidos na Amazônia Ocidental (SUFRAMA, 2009b). Além disso, a Suframa contratou um inventário de emissões de gases de efeito estufa do evento, com o objetivo de depois “neutralizá-las” por meio do plantio de árvores (SUFRAMA, 2009c).

2.8. Biodiversidade

Apesar de o desenvolvimento sustentável formalmente ser uma das seis áreas de atuação estratégica da Suframa – e dos sinais de ambientalização de algumas ações da autarquia, como a organização da Fiam -, o tão falado aproveitamento da biodiversidade pelas empresas do PIM como oportunidades de investimento e lucratividade continua sendo apenas uma promessa. E as dificuldades para que ela se concretize podem ser evidenciadas a partir de dois exemplos emblemáticos: o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) e o Processo Produtivo Básico (PPB) dos Produtos de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos.

O CBA, localizado em Manaus, “é um Centro de Tecnologia que, por meio da inovação tecnológica, deve criar condições para o desenvolvimento ou aprimoramento de processos e produtos da biodiversidade amazônica” (SUFRAMA, 2012f). Ele foi criado em 2002 no âmbito do Programa Nacional de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade (Probem)⁸², mas só começou a funcionar em 2005 (BARBOSA, 2008). O

⁸² O Probem se estruturava em cinco áreas: “a) sistema de inventário da biodiversidade e coleta de amostras de espécies de interesse; b) sistemas de identificação de princípios ativos e de produtos derivados de interesse

Problema, instituído desde 1997, previu não apenas a construção do CBA, mas também a implantação de um polo das chamadas bioindústrias na ZFM (MELLO, 2006).

Apesar de possuir uma sede moderna, construída especialmente para esse fim, o CBA ainda carece de um quadro de servidores permanentes, de equipamentos e de orçamento (BRIANEZI, 2006). Uma das justificativas para o funcionamento precário é a falta de personalidade jurídica própria, já que o CBA constitui-se como um projeto da Suframa, dependente dos recursos da autarquia, sujeitos a contingenciamento pelo governo federal. Em 2008, por exemplo, dos R\$ 192,2 milhões que a Suframa dispunha para investimentos, apenas R\$ 1 milhão teria sido repassado ao CBA (SUFRAMA, 2008).

Por isso, exatamente em 2008, o governo federal criou um comitê interministerial⁸³ responsável por propor um modelo gestor para o CBA. As alternativas aventadas pelo grupo foram desde a administração por órgãos já existentes até a criação de uma fundação pública (REDAÇÃO, 2008c). Em 2010, após dois anos de trabalho, o comitê enfim encaminhou à Casa Civil a proposta de que o CBA se organize como uma empresa pública. Essa demanda até o final de 2012 ainda aguardava aprovação do Congresso Nacional⁸⁴ (SUFRAMA, 2010c).

Os centros de tecnologia implantados na ZFM que conseguiram se fortalecer, não por acaso, eram todos voltados à pesquisa e desenvolvimento (P&D) de produtos eletroeletrônicos. Isso porque, desde 1991, as empresas de bens e serviços de informática instaladas no PIM passaram a ser obrigadas a investir 5% do faturamento bruto no mercado interno em P&D na Amazônia. De acordo com a avaliação feita por Antônio Botelho (2006, ps. 272 e 273), o que poderia ter representado uma oportunidade para “infraestrutura tecnológica e empresas locais em prol da criação e difusão de informações e conhecimentos vertidos às potencialidades regionais” se efetivou como “apenas e quase tão somente a transferência de laboratórios das matrizes para o PIM, visando à execução de P&D vinculada

comercial; c) sistemas de absorção, desenvolvimento e transferência de tecnologias para extração, purificação, envasamento e certificação de qualidade de produtos; d) sistemas de domesticação e multiplicação de espécies de interesse comercial; e) formalização diversas modalidades de parceria, definindo-se os direitos e responsabilidades das partes envolvidas” (MELLO, 2006, ps. 208 e 209).

⁸³ O comitê em questão era coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e tinha ainda representantes dos ministérios do Meio Ambiente (MMA), da Ciência e Tecnologia (MCT), do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Saúde (MS) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (REDAÇÃO, 2008c).

⁸⁴ A expectativa era a de que o processo de criação da empresa pública demorasse entre dois e três anos para ser concluído (SUFRAMA, 2010c).

à fronteira tecnológica, onde a participação do capital intelectual local é restrita e desfocada das amazonidades”.

Em 2008 e 2009 a revista *Suframa Hoje* fez uma série de reportagens intitulada “Alta tecnologia que vem da floresta”. Ao longo de quatro edições da publicação (SUFRAMA, 2008b, 2008c, 2008d e 2009d), as matérias especiais apresentaram o perfil dos institutos públicos e privados de P&D existentes no Amazonas, Rondônia, Acre e Roraima. A reportagem principal, que abriu a série, listou e detalhou o trabalho de sete centros tecnológicos atuantes na ZFM em 2008, dos quais apenas o último incluía em seu escopo os chamados recursos florestais: Instituto Genius; Instituto Nokia; Fundação Paulo Feitosa; Instituto Samsung; Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Polo Industrial de Manaus (CT-PIM); Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Eletrônica e da Informação (Ceteli) e CBA (SUFRAMA, 2008b).

Além do CBA, o outro caso sintomático das dificuldades de concretização da propaganda de transformação da ZFM em um polo de “bioindústrias” é a revisão do Processo Produtivo Básico dos Produtos de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos - o chamado “PPB dos Cosméticos”. As alterações aprovadas em dezembro de 2007 (REDAÇÃO, 2007b) reduziram o percentual obrigatório de matéria prima regional utilizada e estabeleceram valores mínimos desses insumos em relação ao custo total do produto⁸⁵ (SUFRAMA, 2008f).

O PPB dos Cosméticos anterior havia sido aprovado em 2002 (SUFRAMA, 2008f). A Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC) era contrária à sua alteração (SERAFICO, 2011), provavelmente temendo a atração para a ZFM de indústrias internacionais que concorressem com as maiores indústrias brasileiras do setor, instaladas em São Paulo. O setor de cosméticos no Brasil, de acordo com dados divulgados pela própria ABIHPEC, cresceu anualmente, em média, 10% na última década (COELHO, 2010b).

Já a *Suframa* e o governo do Amazonas tinham a expectativa de que as alterações no PPB impulsionassem a consolidação do segmento de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos na ZFM (SUFRAMA, 2008f):

⁸⁵ Por exemplo: pelo novo PPB aprovado no final de 2007, um extrato de perfume tem que usar 5% de “insumos da floresta”, mas esses devem representar pelo menos 40% do custo do produto (SUFRAMA, 2008f).

Na estimativa do governador Eduardo Braga, o Polo de Cosméticos e Fitoterápicos pode ultrapassar os dois segmentos mais importantes do Polo Industrial de Manaus (PIM), hoje: televisores e motocicletas, que representam 60% dos investimentos e empregos. A consolidação da bioindústria está prevista para 2023, ano em que terminam os benefícios da Zona Franca de Manaus (PATRÍCIA, 2007b, p. A14).

A Suframa chegou a divulgar um anúncio publicitário comemorando a aprovação do PPB como “uma nova perspectiva econômica para a região amazônica” (SUFRAMA, 2008f, p. 24). A instalação de fábrica da Vita Derm em Manaus, aprovada pelo CAS, foi anunciada como fato consumado já em dezembro de 2007 (PATRÍCIA, 2007b). Mas até 2012 essa empresa de cosméticos brasileira continuava concentrando toda sua produção em São Paulo, apesar de ter uma linha de exportação denominada “Vita Amazônia” (VITA DERM, 2012).

Apesar da flexibilização do Processo Produtivo Básico, o segmento de cosméticos na ZFM continuou tão inexpressivo que nem apareceu na tabela de “empresas sediadas na Amazônia Ocidental com projetos simplificados aprovados pela Suframa até abril de 2012” (SUFRAMA, 2012g). As categorias listadas no documento eram apenas: bebidas e seus concentrados; editorial e gráfica; materiais elétrico, eletrônico e de comunicação; madeira; mecânico; metalúrgico; minerais não-metálicos; mobiliário; produtos alimentares; químico; produtos de matérias plásticas; vestuário, artigos de tecido e de viagem; material de transporte; construção; e diversos.

Capítulo 3: o argumento verde e a ambição de verdade

Diante do perfil detalhado da Zona Franca de Manaus (ZFM) apresentado no capítulo anterior, especialmente da falta de aproveitamento estratégico da biodiversidade amazônica e da dependência crônica de capitais externos, fica difícil entender como ela pode ser considerada um modelo de desenvolvimento sustentável. Conforme visto, os incentivos concedidos pela ZFM inicialmente direcionaram os investimentos para a importação de produtos industrializados e, depois, para sua produção no Amazonas, mas com componentes importados, destinada ao Centro-Sul do Brasil – no lugar de incentivar a produção industrial a partir dos recursos locais (SERAFICO, 2011).

O argumento de que o Polo Industrial de Manaus (PIM) protege a floresta, porém, é baseado justamente neste isolamento, filiando-se assim ao ideário preservacionista da natureza selvagem, conforme será discutido no quarto capítulo. Por hora, interessa saber que a tese principal que o sustenta é a de que o PIM diminuiu a pressão sobre os demais municípios do Amazonas, evitando o desmatamento, ao concentrar na capital os investimentos e os trabalhadores.

Essa vinculação entre a atividade industrial em Manaus e os relativamente baixos índices de desflorestamento no Amazonas é antiga. Conforme observou Marcelo Seráfico (2011, p. 216, **negrito nosso**):

Em documento dedicado à avaliação dos 30 anos da ZFM, comemorados em 1997, José Nasser, ex-presidente (1995 – 2007) da entidade, elenca as principais virtudes do modelo, aquelas que justificam sua defesa. São elas: a geração de empregos, a criação de um centro de consumo no coração da floresta, **a proteção ambiental da floresta amazônica**, a contribuição ao processo de substituição de importações e a assimilação tecnológica.

Segundo a então superintendente da Suframa, Flávia Grosso:

Já faz tempo que a sociedade regional começou a perceber o efeito virtuoso do Polo Industrial de Manaus (PIM) sobre a floresta do estado do Amazonas. Vivendo aqui e percebendo, na prática, pouco se atentava para as necessidades de se demonstrar empiricamente esses efeitos. À medida que as questões ambientais foram se consolidando nas agendas nacional e internacional começou-se a perceber que esse efeito representava um aspecto relevante na busca de sua defesa e das iniciativas para manutenção de sua competitividade (RIVAS et al, 2009a, p. 9).

A novidade, então, não seria o chamado argumento verde em si, mas a busca da sua validação científica a fim de operacionalizá-lo com um discurso de legitimação dos incentivos fiscais, ou seja, como uma estratégia central do lobby pela prorrogação da ZFM (BRIANEZI,

2010a). Nesse sentido, a Suframa, com financiamento de R\$ 600 mil da multinacional Nokia (BARBOSA, 2008), que tem fábrica na capital amazonense, encomendou ao Instituto Piatam⁸⁶ uma pesquisa para medir “o impacto virtuoso do Polo Industrial de Manaus sobre a proteção da floresta amazônica” (RIVAS et al, 2009a, p. 3). O resumo executivo desse estudo ganhou uma versão impressa de luxo em 2009, destinada especialmente “aos congressistas brasileiros, como subsídio aos debatedores sobre reforma tributária, no qual se busca manter a política federal para a Zona Franca de Manaus, em razão de seu efeito virtuoso na proteção da floresta amazônica” (RIVAS et al, 2009a, p. 5).

Um das principais conclusões dos pesquisadores do Piatam é que a existência do PIM colaborou com a redução de 85% a 86% do desmatamento em Manaus, evitando a perda de uma área florestada equivalente a 5,2 mil quilômetros quadrados em 1997. Para se chegar a esse valor, eles utilizaram análises econométricas no cálculo do “padrão médio de desmatamento nos municípios que não sofrem influência direta do PIM” (RIVAS et al, 2009b, p. 151). Em seguida, realizaram um “exercício contrafactual”: aplicaram a Manaus o índice obtido, considerando que este seria o desmatamento previsto caso a capital não possuísse indústrias, e o compararam com o desmatamento ocorrido de fato. Comprovaram, assim, a hipótese de que o PIM é “um exemplo de política pública que foi e é responsável pelo controle do desmatamento” (RIVAS et al, 2009b, p. 145).

A pesquisa também concluiu que no Amazonas, entre 2000 e 2006, “sem o PIM, a taxa de desmatamento no Estado poderia ser até 77,2% mais alta” (RIVAS et al, 2009b, p. 165). A metodologia de cálculo utilizada para estimar o chamado “efeito PIM”, ou seja, quão maior o desmatamento seria caso não houvesse indústrias, denominou-se “análise de painel dinâmica”. As variáveis utilizadas para cada município do estado foram: área desmatada (em Km²); número de rebanho bovino (por animal); o valor da produção de extração vegetal em madeira em toras (mil reais); PIB per capita; se recebeu ou não recursos da Suframa; além do desmatamento no estado do Amazonas defasado em um ano.

86 O nome completo do Instituto Piatam é Instituto de Inteligência Socioambiental Estratégica da Amazônia. Fruto de um projeto da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), criado em 2000 no escopo das ações de compensação ambiental pela construção do gasoduto Coari-Manaus, o Piatam se tornou um instituto independente em 2007, sempre com financiamento do Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural (CT Petro), gerido pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Seu objetivo é “realizar atividades de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento Institucional de cunho ambiental, a fim de promover a **modernização** organizacional e a formação de quadros técnicos e gerenciais para o setor público e empresas privadas” (PIATAM, 2012, negrito adicionado).

Os resultados do estudo do Piatam foram amplamente divulgados pelas organizações empresariais do Amazonas, com apoio do governo estadual, da bancada estadual no Congresso Nacional e da própria Suframa. A divulgação começou em Manaus, em setembro de 2008, na IV Feira Internacional da Amazônia (Fiam) (BARBOSA, 2008). Quase um ano depois, em agosto de 2009, a versão impressa com o resumo executivo da pesquisa, destinada aos parlamentares federais, foi lançada no Hall da Taquigrafia da Câmara dos Deputados, em Brasília. No mesmo dia, também no Congresso Nacional, houve uma audiência pública com os coordenadores do estudo, os pesquisadores Alexandre Rivas, José Aroudo Mota e José Alberto da Costa Machado, promovida conjuntamente pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, do Meio Ambiente, da Amazônia e das Mudanças Climáticas (REDAÇÃO, 2009a).

Em dezembro de 2009, o livro “Instrumentos Econômicos para a Proteção da Amazônia – A experiência do Pólo industrial de Manaus”, com o relatório completo da pesquisa, alcançou repercussão internacional. A comitiva do governo do Amazonas presente na 15ª Conferência das Partes da Convenção Quadro de Mudanças Climáticas divulgou a publicação em um evento paralelo à chamada COP-15, em Copenhague, na Dinamarca (REDAÇÃO, 2009b).

3.1. A ambição de verdade

A pesquisa do Piatam não foi divulgada apenas em eventos abertos. Ela cumpriu especialmente o papel de salvo conduto científico em reuniões fechadas e debates internos, nos quais os privilégios da ZFM estavam em jogo, principalmente no Congresso Nacional.

Durante as negociações prévias à votação da chamada Reforma Tributária, em 2008, por exemplo, parlamentares e empresários amazonenses se reuniram com o relator do projeto de lei. Eles levaram a tiracolo os dados sobre a suposta contribuição do PIM à preservação da floresta e, aparentemente, conseguiram impressionar o deputado:

O relator da reforma tributária, Sandro Mabel (PR-GO), já tem o argumento para convencer a Câmara dos Deputados a manter as vantagens comparativas e a competitividade da Zona Franca de Manaus, a partir das mudanças propostas pelo Governo Federal. É a velha e conhecida tese de que o Polo Industrial de Manaus (PIM) representa a última trincheira para evitar o desmatamento da floresta do Amazonas e de toda a região (PAULO, 2008, p. A16).

A deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) chegou a declarar em plenário que a edição especial distribuída aos congressistas, contendo o resumo executivo da pesquisa, era a “bíblia do modelo Zona Franca de Manaus”, visto que “contra fatos, não há argumentos” (GRAZZIOTIN, 2009b).

As conclusões principais dos pesquisadores do Piatam também parecem ter sido incorporadas ao repertório do senador João Pedro (PT/AM). Durante um pronunciamento sobre o aniversário de Manaus previamente escrito por seus assessores, ele recebeu o aparte do senador Romeu Tuma (PTB/SP) elogiando a ZFM e, de improviso, respondeu que: “A Zona Franca é muito importante, e o mais importante: por conta do parque industrial de Manaus, temos um Estado na Amazônia com o menor índice de devastação da sua floresta” (PEDRO, 2008).

O argumento de que as indústrias em Manaus evitam o desmatamento também foi apresentado como fato incontestável no plenário do Congresso Nacional por Artur Neto (PSDB/AM). Em um longo pronunciamento em que pedia a votação de uma das propostas de emenda constitucional que prorroga a ZFM⁸⁷, o senador justificou o apelo apresentando números sobre o faturamento do PIM e, em seguida, acrescentou a temática ambiental:

Isso é razão suficiente, afora uma que mobiliza o mundo inteiro em defesa desse polo, que é a contribuição que esse polo dá para manter a floresta inteira. / Se há devastação à nossa volta - e ela não depende da boa vontade dos homens e das pessoas públicas desses Estados -, o Amazonas mantém 98% da sua floresta em pé, **graças tão somente, pura e simplesmente**, à Zona Franca de Manaus. **Isso para quem gosta do modelo e para quem não gosta. Essa é uma verdade.** E verdade é: fulano de tal faleceu. Faleceu. Não se gosta. Fulano de tal foi nomeado não sei o quê. Gosta-se ou não se gosta. Mas é verdade que fulano foi nomeado e que beltrano faleceu. Então, para quem gosta e para quem não gosta, quem sustenta a floresta amazônica em pé no Estado do Amazonas é - para quem gosta e para quem não gosta - a Zona Franca de Manaus. **E ponto, ponto final** (NETO, 2010, negritos adicionados).

Essa mobilização da ciência como A Verdade está presente já na introdução do resumo executivo e do livro com a pesquisa completa do Instituto Piatam. O texto assinado pela então superintendente da Suframa, Flávia Grosso, afirmou que:

Entendeu-se, então, que era chegado o momento de ter feito um estudo consistente e, cientificamente sólido, **de modo a não restarem dúvidas, nem mesmo aos mais céticos**, de que, de fato, o PIM tem sim um grande efeito virtuoso sobre a floresta amazônica e, em especial, a do Estado do Amazonas (RIVAS et al, 2009a, p. 15; 2009b, p. 10, negrito adicionado).

87 A PEC 17/2008, de sua própria autoria, propunha a prorrogação da ZFM por mais dez anos (até 2033), conforme visto no primeiro capítulo.

A publicação com a íntegra da pesquisa traz ainda um prefácio escrito pelo então secretário estadual de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas, Denis Benchimol Minev⁸⁸. Nele também aparecem exemplos de uso autoritário do conhecimento científico:

Aos que veem o modelo Zona Franca com desconfiança, este livro adicionará o argumento ambiental **de forma definitiva e contundente** aos outros benefícios que trazemos ao País e, por quê [sic] não, para o mundo. A estes, Manaus e o Amazonas devem estar permanentemente abertos ao diálogo acerca das melhores formas de adaptação e evolução de nossa economia, **desde que reconheçam nossa contribuição ambiental** (RIVAS et al, 2009b, p. 19, negritos adicionados).

A ambição de poder é inerente ao conhecimento que se pretende científico (FOCAULT, 2005). Dela faz parte a busca por inserir-se “na ordem da aparência socialmente constituída” (BOURDIEU, 1989, p. 41), por naturalizar-se como evidente. E algo que se pretende incontestável, geralmente, constrói-se sobre o ideário da objetividade, revestido pela exatidão.

O risco de transformar estatísticas em fetiche costuma rondar a Economia, ciência na qual se apoia metodologicamente o estudo do Piatam - embora não seja exclusividade dessa disciplina. Em um debate realizado em maio de 2009 na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP), intitulado “Inovações no Relatório de Desenvolvimento Humano”, o economista Eduardo Giannetti da Fonseca, também formado em Ciências Sociais, criticou o fato de a dimensão da experiência humana estar ausente da chamada Economia clássica:

Se os filósofos pudessem perguntar aos elétrons o motivo pelo qual eles se movimentam daquele jeito, eles se recusariam a fazê-lo? Então, por que os economistas clássicos querem agir como físicos, não como os cientistas sociais que são? (FONSECA, relato oral).

Sílvio Funtowicz e Jerome Ravetz (2002) observaram que muitos cálculos que lidam com grandes incertezas têm como resultado números precisos, funcionando como produtores de confiança. Os autores ilustraram a busca por essa precisão artificial com uma anedota: o funcionário de um importante Museu de Ciências Naturais afirmou aos visitantes que os ossos do dinossauro em exposição teriam 56.000.012 anos. Espantado, um turista perguntou como o

88 No referido livro, uma nota de rodapé destaca que Denis Minev possui também credenciais acadêmicas, com dois mestrados internacionais (na Inglaterra e nos Estados Unidos). E o currículo dos pesquisadores responsáveis pelo estudo também está listado no início da obra, conferindo efeito de autoridade ao conteúdo que virá a seguir.

guia tinha certeza daquele número e ouviu como resposta: “Trabalho aqui há 12 anos e, quando cheguei, essas ossadas já tinham 56 milhões de anos”.

A interdependência e a variabilidade tendem a ser características comuns dos chamados problemas ambientais. Vivemos em um mundo complexo⁸⁹, que demanda “um princípio de explicação mais rico do que o princípio de simplificação (separação/redução)” (MORIN, 2005, p. 30). Mas, na falta de teorias baseadas em experimentos capazes de explicar e prever esses “problemas ambientais”, os cientistas costumam lidar com eles por meio de modelos matemáticos e simulações computacionais não testáveis. E aí mora o perigo de os computadores substituírem o rigor científico, como se a confiabilidade dessas modelagens não dependesse dos dados que as alimentam:

Para muitos ainda há algo mágico nos computadores, porque se acredita que podem fazer operações lógicas sem erros e com rapidez. Mas o que surge ao final do programa não é necessariamente uma boa predição científica; pode inclusive nem ser um prognóstico político particularmente bom (FUNTOWICZ e RAVETZ, 2002, p. 32, tradução nossa⁹⁰).

Isso não significa que os sistemas computacionais ou a lógica econômica não têm validade e devem ser descartados, mas sim que é preciso (re)conhecer os limites do saber disciplinar especializado e desconstruir o mito da neutralidade. As incertezas (tanto cognitivas quanto éticas) são inerentes ao processo científico, cuja validade se assenta não mais na Verdade, mas na qualidade da informação e nas estratégias mais democráticas de resolução de problemas (FUNTOWICZ e RAVETZ, 2002).

Em outras palavras: o fazer científico baseia-se no estabelecimento de probabilidades confiáveis, não em certezas⁹¹. Assim, no capítulo intitulado “Modelo comportamental matemático do Polo Industrial de Manaus”, o próprio pesquisador responsável, James Kahn, explicitou os limites do conhecimento científico construído por ele:

89 Walter William (2004) denunciou que a referência constante à crescente e generalizada complexidade do mundo, especialmente da sociedade, pode funcionar como uma meta-narrativa, cumprindo o papel que o termo civilização desempenhou no século XIX e que o termo modernização teve no século XX. Ou seja, a complexidade surge como justificativa natural para a governança, para as chamadas plataformas *multistakeholders* e para o discurso do “ganha-ganha”, fazendo-as parecerem um caminho necessário e lógico da História, não uma escolha política (entre outras possíveis).

90 Do original: “Para muchos aún hay algo mágico en las computadoras, pues se cree que realizan operaciones de razonamiento sin errores y con rapidez. Pero lo que surge al fin del programa no es necesariamente una predicción científica; puede incluso no ser siquiera un pronóstico político particularmente bueno”.

91 Conforme apontou Jodival Maurício Costa (2006, p. 3), “o grande problema da certeza é a sua unidireção. Quando há necessidade de uma certeza, muitas outras se perdem em detrimento desta que precisa se firmar”.

A discussão intuitiva e ambos os modelos matemáticos formais indicam que existe [sic] razões substanciais para acreditar que os incentivos econômicos têm um impacto sobre o desmatamento, que pode ser negativo ou positivo, mas é provável que seja negativo (assim sendo por meio da redução da taxa de desmatamento) (RIVAS et al, 2009b, p. 86, **negrito adicionado**).

Ao ser comunicado e circular por diferentes campos, porém, o processo científico (feitos - cuja validade está circunscrita nas opções teórico-metodológicas) tende a ser eclipsado por seus resultados (fatos - apresentados como universalmente válidos) (LATOUR, 1994a). Essa prática de extensão faz com que as ciências sejam apreendidas como algo mágico, distante da vida cotidiana (FREIRE, 1985; JACOBI et al, 2009). As teorias e tecnologias tornam-se, assim, caixas-pretas (LATOUR, 2000) que ocultam suas condicionantes:

Para falar de forma vulgar de um assunto que foi idolatrado demais, os fatos científicos são como peixes congelados: nunca devem ficar fora do congelador, por um instante que seja. O universal em rede produz os mesmos efeitos do que o universal absoluto, mas já não possui as mesmas causas fantásticas. É possível comprovar "em todos os lugares" a gravitação, mas com o custo da extensão relativa das redes de medidas e de interpretação. A elasticidade do ar pode ser verificada em toda parte, mas somente quando estamos conectados a uma bomba de vácuo que se disseminou pela Europa graças às múltiplas transformações dos experimentadores. Tentem comprovar o mais simples dos fatos, a menor lei, a mais humilde constante, sem antes conectar-se às diversas redes metrológicas, aos laboratórios, aos instrumentos (LATOUR, 1994a, p. 117).

O controle dos instrumentos e da teoria se transformou no poder de definir a realidade não só para os especialistas, mas para o público (FUNTOWICZ e RAVETZ, 2002). O que aparentemente seria democrático, dada a possibilidade de qualquer um ter acesso ao conhecimento e às tecnologias, mostra-se extremamente autoritário, visto que esse acesso de fato é desigual. E as formas mais comuns de comunicação e circulação mais amplas do conhecimento científico, para além do campo acadêmico, contribuem para aumentar essa desigualdade⁹².

Mesmo o chamado movimento ambientalista, que se constituiu a partir da crítica ao pensamento instrumental (LEFF, 2001), ganhou legitimidade apropriando-se do conhecimento científico com um viés utilitarista. De acordo com a síntese elaborada por Manuel Castells (1999, p. 155): “Embora cutuquem a dominação da vida pela ciência, os ecologistas valem-se da ciência para fazer frente à esta em nome da vida”.

92 Aqui reside uma ironia: as ciências precisam de ambientes democráticos para se desenvolver, porque se alimentam das controvérsias (MORIN, 2005). Mas a chamada divulgação científica tende a ser simplificadora e, portanto, autoritária (BOURDIEU, 2004b).

Nos debates sobre mudanças climáticas, por exemplo, diversas previsões (probabilidades) são apresentadas como dados (certezas). E isso ocorre tanto para sustentar a tese de que a ação humana sobre o planeta desregulou o clima global, quanto para defender que essa instabilidade não tem causas antrópicas. Nesse verdadeiro fogo-cruzado de especialistas, o público leigo tende a ser tratado como *tábula rasa*, como ignorantes que carecem de informações a partir das quais possam começar a agir racionalmente (NERLICH, KOTEKYO e BROWN, 2010)⁹³.

A falsa dicotomia entre feitos e fatos, visível na pesquisa sobre a contribuição do PIM à conservação da floresta, relaciona-se a duas tendências contraditórias que têm marcado a relação entre ciência e sociedade. Ao mesmo tempo, há a busca pelo aumento da complexidade (por superar os limites da mente humana) e pela simplificação (desejo de compreensão e controle dos fenômenos) (NOWOTNY, 2005).

Por um lado, o trabalho de objetivação, especialidade do campo científico, é sempre arbitrário, exercício de poder simbólico (BOURDIEU, 2004a). Por outro, é ele que permite a comunicação entre *habitus* diferentes e a normalização das práticas (por exemplo, a constituição do chamado Estado de Direitos⁹⁴) (BOURDIEU, 2004b). Estamos, portanto, diante de uma fina ironia: as mesmas condições que limitam o conhecimento humano são as que o tornam possível (MUCHAIL, 2004).

Tentando superar a divisão entre fatos e valores, Bruno Latour (2004, p. 120) propôs “uma ecologia política de coletivos de humanos e de não-humanos”. Nestes coletivos (ou assembleias), sempre abertos e dinâmicos, não há sociedade e natureza, seres e objetos. Existem, sim, propostas ou proposições, termo que remete ao caráter de articulações novas e imprevistas, incertas, pacíficas. No lugar de essências, as proposições possuem hábitos, por isso são mais flexíveis e negociáveis.

O reconhecimento das incertezas está no centro do pensamento de Latour. Não por acaso, ele afirma que se a ecologia política precisasse de um slogan, esse deveria ser “Ninguém sabe o que pode um meio ambiente...” (LATOURE, 2004, p. 148). Para Latour, o

93 Este raciocínio se apoia no chamado modelo informacional, que descreve a comunicação como um processo unilateral no qual um emissor, através de um meio, passa uma mensagem a ser decodificada por um receptor. Dentro desse paradigma mecanicista, os desentendimentos são vistos como ruídos, como falhas em um processo que se acredita que possa ser objetivo (MATTELLART, 2009).

94 De acordo com Bourdieu (2004b), é melhor ser julgado por uma lei arbitrária, mas conhecida, do que por um juiz soberano que inventa as próprias leis.

que costumamos chamar de crise ecológica é a crise da objetividade, a multiplicação dos chamados “objetos cabeludos”, que resistem ao enquadramento da “ciência dos objetos” ou da “política dos sujeitos” (LATOUR, 2004, p. 120).

Isto não significa, porém, que os coletivos visualizados por Latour sejam o reino do relativismo ou do idealismo, um espaço sem conflitos. Ao contrário, eles se constituem por experimentação e são, portanto, necessariamente imperfeitos e provisórios: deixam excluídos que reivindicarão seu lugar. Até porque a constituição dos coletivos traz à tona a problemática dos porta-vozes, que o sociólogo francês chamou de enigma da representação:

A representação dos porta-vozes humanos permanece um enigma tão profundo quanto o dos laboratórios. Que um homem fale em nome de vários outros, eis um mistério tão grande quanto o de um homem que fale de tal maneira que não fale mais, mas que os fatos através dele falem por si mesmos. Aquele que diz ‘o Estado sou eu’, ‘A França decidiu que’, não é mais fácil de ser decifrado do que aquele que inscreve num artigo a massa da Terra (...) (LATOUR, 2004, p. 133-134).

É preciso libertar-se da caverna que divide o mundo em duas câmeras: a da Natureza (as coisas como elas são) e a da Sociedade (as representações que fazemos delas). No mito de Platão, o filósofo aparecia como o salvador dos homens, aquele que faz a ponte entre o mundo social e o mundo da verdade, mas era assassinado pela horda de ignorantes que não tiveram a capacidade de compreendê-lo. Desde a Modernidade, o papel de sábio foi transferido aos cientistas, que agora desfrutam de prestígio e poder (LATOUR, 1994a, 1994b, 2000, 2004).

Romper com o bicameralismo platônico é recusar-se a aceitar passivamente ser refém da lógica utilitarista. Como destacou Latour (2004, p. 351), “a crise ecológica [...] apresenta-se antes de tudo como uma revolta generalizada dos meios. Nem nada, nem ninguém quer aceitar servir como simples meio para o exercício de uma vontade qualquer, tida como fim último”.

3.2. Crescimento desigual e desordenado

A pesquisa realizada pelo Instituto Piatam tinha como escopo medir a suposta contribuição do PIM para evitar o desmatamento em Manaus e no Amazonas. Se tomarmos como referência o já clássico e questionado tripé da sustentabilidade (RIVAL, 2010), poderemos afirmar que o estudo se focou na vertente ambiental, não abrangendo a avaliação dos impactos sociais e econômicos. Tanto que os pesquisadores Alexandre Rivas, Renata Mourão e Beatriz Rodriguez fizeram questão de salientar, no relatório final, que não utilizariam o “termo sustentável ou não-sustentável devido ao fato de que o conceito de

sustentabilidade requerer um aprofundamento teórico que vai além do escopo deste trabalho” (RIVAS et al, 2009b, p. 158).

Mas na divulgação e circulação dos resultados da pesquisa como um instrumento do lobby pela manutenção dos incentivos fiscais, conforme visto no item anterior, a ZFM foi, sim, retratada como um exemplo de desenvolvimento sustentável. Isso fica evidente no pronunciamento de Marcelo Serafim (PSB/AM) na Câmara dos Deputados:

A região amazônica é alvo de olhares do mundo inteiro. Aos borbotões, o mundo fala das questões ambientais e da preservação da floresta, comenta muito a redução dos níveis de desmatamento e a sustentabilidade. / Desenvolvimento sustentável, porém, somente será possível, Sr. Presidente - e é preciso que isso entre de vez na cabeça dos brasileiros -, quando o Brasil for totalmente amazônico. Repito: totalmente amazônico. / E ser totalmente amazônico é entender, entre outras coisas, que **o Pólo Industrial de Manaus é o maior modelo de desenvolvimento sustentável da região.** / A fórmula é simples: empresas que ali produzem ganham incentivos fiscais, como previsto na Constituição Federal, em troca da preservação ambiental. Ou seja, as empresas ali instaladas fazem crescer a produção industrial brasileira, mas sem derrubar as matas (SERAFIM, 2010, negrito adicionado).

A sustentabilidade reduzida a indicadores ecológicos também aparece na palestra dada em Manaus pelo diplomata André Correa Lago, em 2011. Ele participou do seminário "Economia verde na Amazônia: Desafios e Oportunidades Rumo à Rio + 20", evento da VI FIAM, organizada pela Suframa, e fez questão de exaltar a ZFM: “A Zona Franca é um pouco como o etanol. Ele começou não como um projeto sustentável, mas por causa da crise do petróleo. Mas foi as poucos se tornando cada vez mais sustentável” (LAGO, relato oral).

A comparação da suposta sustentabilidade da Zona Franca de Manaus com a da produção de etanol no Brasil é significativa. O setor sucroalcooleiro nacional se afirma como sustentável porque o agrocombustível feito de cana emite menos gases de efeito estufa que os combustíveis derivados do petróleo. Essa noção de sustentabilidade ignora os aspectos sociais da produção agrícola empresarial em grande escala, em sistema de monocultivo, que ameaça territórios tradicionais e explora os trabalhadores (REPÓRTER BRASIL, 2010). O plantio e o corte de cana-de-açúcar é a segunda atividade que mais escraviza no Brasil, atrás apenas da pecuária: entre janeiro de 2003 e outubro de 2011, 10,5 mil trabalhadores foram libertados da escravidão contemporânea no país, nas lavouras de cana (REPORTÉR BRASIL, 2012).

Na referida palestra, André Correa Lago afirmou ainda: “É fascinante esta questão da Zona Franca e também de Manaus. Hoje a nova visão da sustentabilidade vê que a cidade é

uma das formas mais sustentáveis de o ser humano se integrar. Nada emite menos que uma cidade, se ela for bem organizada” (LAGO, relato oral).

A ironia é que a capital amazonense está longe de poder ser considerada bem organizada, principalmente porque viveu uma verdadeira explosão demográfica a partir da criação da ZFM, com crescimento desordenado e agravamento das injustiças sociais no município. De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano de Manaus, divulgado em 2006, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio do município era de 0,774. Nos bairros mais pobres, ele se limitava a 0,660, aproximando-se dos valores encontrados na Bolívia. Nas áreas mais ricas da cidade, chegava a 0,941, equivalente aos padrões noruegueses (à época, o país com maior IDH do mundo) (JICA, 2010).

A convivência contrastante entre extrema riqueza e pobreza não é novidade na história de Manaus. No auge do chamado período da borracha, da virada do século XIX para o XX, a capital amazonense:

[...] conheceu o fausto. Teve a primeira Universidade do Brasil. Foi uma das primeiras cidades brasileiras a conhecer luz elétrica e bonde. O marco, entretanto, daquele fausto é o opulento Teatro Amazonas. Mas, não foi capaz de construir condições de sustentabilidade do processo de desenvolvimento econômico (PEREIRA, 2004, p. 267).

De acordo com dados do Censo 2010, 15% dos moradores de Manaus viviam em “aglomerados subnormais”, a definição oficial para favelas com pelo menos 50 habitantes. No Brasil como um todo, esse índice era de 6% (IBGE, 2010).

Ironicamente uma dessas favelas, localmente conhecidas como “invasões”, recebeu o nome de uma extinta indústria da ZFM, a Sharp. Isso porque os moradores ocuparam uma área ao lado do PIM, conforme destacou a reportagem de A Crítica:

A invasão foi criada em 1995 e tem como uma de suas peculiaridades o fato de todas as ruas terem recebido nome de empresas instaladas no PIM. Os líderes da invasão tomaram essa iniciativa. Daí porque nela há pessoas que moram na rua Xerox, Panasonic, Sony, Philco, Moto Honda, Oriente, Caloi, Multibras (hoje Masa), CCE, entre outras (REDAÇÃO, 2008d, p. ZF 15).

A explosão demográfica de Manaus parece estar relacionada à criação da ZFM⁹⁵ e, principalmente, ao crescimento de seu Polo Industrial. Na chamada fase de ouro do modelo, a

95 Leo Despres (1991) afirmou que é difícil estabelecer categoricamente a relação entre a migração para Manaus e Zona Franca. Segundo ele, a pesquisa mais detalhada sobre o tema data de 1979, pela Comissão do

capital passou de aproximadamente 200 mil habitantes no final da década de 1960 para cerca de 900 mil pessoas, em um período de apenas 20 anos (CEPAL, 2007).

Entre 1950 e 1970, o percentual de população de Manaus em relação ao total da região Norte estava diminuindo. Com a criação da ZFM, esta tendência se inverteu. Entre 1970 e 1980, enquanto a população da região Norte cresceu 63%, a dos demais municípios do Amazonas cresceu 23% e a de Manaus mais que dobrou (DESPRES, 1991). Atualmente Manaus concentra mais da metade dos moradores do estado, com 1,80 milhão de habitantes, em relação a um total estadual de 3,48 milhões (IBGE, 2010).

Como resultado do rápido crescimento populacional, que não veio acompanhado dos necessários investimentos em saneamento básico, a falta de água tratada é um dos problemas urbanos mais graves enfrentados pelos moradores de Manaus (LIMA e PALLADINO, 2009). Em 2010, 25,6% dos domicílios na cidade não tinham acesso à água encanada, apesar de estarem localizados na maior bacia hidrográfica do mundo (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2012).

Com relação à rede geral de esgotos, o quadro era ainda pior: a infraestrutura existente era a mesma do início do século XX, construída pelos ingleses durante o chamado ciclo da borracha, quando Manaus tinha pouco mais de 100 mil habitantes. Com uma população de 1,8 milhão de habitantes, essa rede consegue atender menos de 10% deles (LIMA e PALLADINO, 2009). Para os outros 60%, a solução foi construir fossas sépticas nas casas e prédios. E os cerca de 30% restantes simplesmente jogam seus dejetos diretamente na rua ou nos igarapés (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2012).

3.3. Resíduos industriais

A falta de uma rede de esgoto adequada afeta também o PIM. Não por acaso, a Lei Municipal 1.192/2007 obriga qualquer empresa com pelo menos 40 funcionários a instalar uma estação própria para tratamento de efluentes (JICA, 2010a).

Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codeama). A partir de um survey com duas mil famílias, de diferentes bairros, constatou-se que 76,6% das pessoas eram migrantes, dos quais 57% vinham de outros municípios do estado. Mas só 1,3% dos entrevistados indicavam explicitamente a ZFM como motivação da migração, embora 19% falassem em razões econômicas ou de trabalho, 21% em motivos familiares e 12% em motivos pessoais (que, de alguma maneira, podem estar ligados ao modelo de desenvolvimento que privilegiou os investimentos na capital).

Essa obrigação, porém, não tem sido cumprida nem fiscalizada com rigor (JICA, 2010b; JICA, 2010c). Em 2009, apenas 54,3% das indústrias de Manaus tinham plantas de tratamentos de efluentes. Como o número médio de funcionários no PIM é de 264 trabalhadores por empresa, isso indica que havia fábricas operando sem seguir a norma municipal (JICA, 2010a).

Os dados acima são fruto do “Estudo para o desenvolvimento de uma solução integrada relativa à gestão de resíduos no Polo Industrial de Manaus (PIM)”, financiado pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional (Jica). Em novembro de 2008, representantes da Jica e da Suframa assinaram um acordo de cooperação técnica, por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a fim de realizar uma pesquisa que servisse de subsídio para melhorar a gestão de resíduos industriais na ZFM (JICA, 2010c).

O governo japonês disponibilizou US\$ 2 milhões para o estudo, que teve como resultado final a formulação de um Plano Diretor da Gestão de Resíduos Industriais no PIM, a ser executado entre 2011 e 2015. A Jica selecionou duas empresas japonesas (Kokusai Kogyo e Ex Corporation) para realizar o trabalho e a Suframa forneceu apoio logístico e técnico à equipe de consultores (JICA, 2010c).

Previsto para durar 18 meses, o projeto foi iniciado em fevereiro de 2009 (SUFRAMA, 2008g). Os consultores fizeram um levantamento detalhado em 187 fábricas do PIM para entender as práticas de gestão de resíduos, e também pesquisaram as condições de 90 empresas prestadoras de serviços de coleta, tratamento e disposição final. Como parte do acordo de cooperação, cinco técnicos - da Suframa, da Fieam, da Cieam, da Câmara de Comércio e Indústria Nipo-Brasileira do Amazonas e do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (Ipaam) - fizeram um treinamento de três semanas no Japão (JICA, 2010b; SUFRAMA, 2010d).

A elaboração do esboço do plano diretor de resíduos industriais envolveu ao todo 665 pessoas, público total das três oficinas, três seminários curtos e um seminário longo realizados. Os documentos apresentados e produzidos nesse processo de consulta e debate foram disponibilizados no site da Suframa, acompanhados de boletins periódicos que divulgavam as etapas do estudo (JICA, 2010b, 2010c; SUFRAMA, 2009e; 2009f).

O tratamento inadequado do lixo gerado pelas empresas é um problema antigo do PIM. Em 1987, o então técnico da Suframa Antônio Botelho fez um curso de especialização⁹⁶ com objetivo de “obter uma visão metodológica de como avaliar e erradicar ou atenuar um impacto ambiental, entendido tanto do ponto de vista social quanto econômico, político ou ambiental propriamente dito” (BOTELHO, 2006, p. 95). Sua monografia final identificou dois impactos principais: o déficit habitacional “creditado ao contingente operário” e as “lixeiros depositárias de resíduos de produção, de existência e funcionamento **sem adequação técnica correta**, atendendo e formadas pelas indústrias em operação” (BOTELHO, 2006, p. 15, negrito nosso).

O relatório “Análise ambiental e de sustentabilidade do Estado do Amazonas”, publicado em 2007 pela Cepal, também destacou a precariedade da coleta e tratamento de resíduos na capital amazonense:

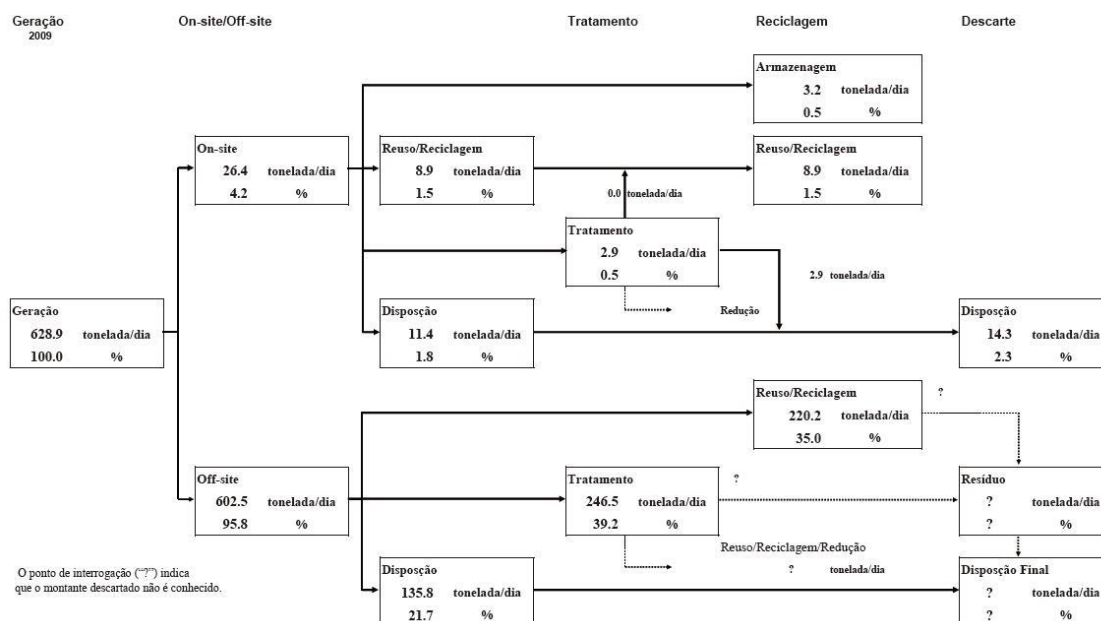
Com relação à coleta e disposição dos resíduos na cidade de Manaus, está prevista a construção, no curto prazo, de uma Central de Tratamento de Resíduos Sólidos para processar as 2.459 toneladas de **lixo domiciliar e industrial** produzidas na cidade. O projeto abrangeria a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição dos resíduos e seria em parte financiado como um projeto de redução de gases de efeito estufa nos moldes do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Atualmente, os resíduos sólidos da cidade de Manaus são dispostos em uma área a cerca de 20 quilômetros da cidade e 10 quilômetros do aeroporto internacional. **Esse terreno não possui as condições indispensáveis para garantir a isenção de contaminação das águas subterrâneas e a segurança do tráfego de aeronaves** (CEPAL, 2007, p. 122, negritos nossos).

O estudo financiado pela Jica calculou que as indústrias de Manaus geravam em média 628,9 toneladas de resíduos por dia em 2009, dos quais 139 toneladas eram de resíduos perigosos à saúde da população⁹⁷ (JICA, 2010d; NETO, 2010b). Dessas 628,9 toneladas, 95,8% eram geridas fora das empresas (*off-site*), conforme detalha o fluxograma abaixo:

96 O referido curso foi coordenado pela Fundação Universidade do Amazonas e ministrado pela Universidade do Tennessee.

97 A pesquisa financiada pela Jica previu que a geração total de resíduos industriais no PIM aumentaria em cerca de 3,7% ao ano, entre 2009 e 2015. Isso significa que ela alcançaria 737,7 toneladas/dia em 2015, das quais 21% seriam de resíduos considerados perigosos (JICA, 2010c).

Fluxograma 3.1 – Resíduos industriais gerados pelo PIM em 2009



Fonte: Jica, 2010d, p. 9

Uma das principais diretrizes do plano diretor resultante do projeto é a ampliação da gestão interna (*on-site*) dos resíduos industriais do PIM, por meio do incentivo à redução, à reutilização e à reciclagem do lixo (conhecidas como “os três Rs”)⁹⁸. A referência é a província de Mie, no Japão, onde as empresas aproveitam mais da metade do lixo industrial gerado por elas:

Quadro 3.1. Percentual de descarte interno e externo de resíduos industriais

Área de Estudo	Disposição interna (%)	Disposição externa (%)
1. Resíduos Industriais do PIM (2009)	4,2	95,8
2. Província de Mie, Japão (2000)	53,9	46,1
3. Região Metropolitana de Bancoc, Tailândia (2002)	35,0	65,0

Fonte: adaptado de Jica, 2010d, p. 51

O exemplo ideal de gestão de resíduos industriais é a fábrica da Honda localizada na cidade japonesa de Suzuka. Em 1999, ela foi a primeira fábrica japonesa de automóveis a

⁹⁸ Em 2009, 70,2% das indústrias do PIM não tinham um plano para promoção da redução, reaproveitamento e reciclagem de resíduos (JICA, 2010d).

alcançar a chamada “emissão zero”. Isso significa que nenhum resíduo industrial gerado por ela é enviado a aterros sanitários⁹⁹ (JICA, 2010c).

Enquanto isso, em Manaus, pelo menos 21,7% dos resíduos gerados pelo PIM vão para aterros, percentual que pode ser bem maior (ver fluxograma 4.1). Para agravar esse quadro, nem o aterro municipal, que já está saturado (MANHÃ, 2010), nem o aterro particular existentes têm licença ambiental de operação (JICA, 2010b).

As empresas que prestam serviço de coleta e tratamento de resíduo às indústrias do PIM também estão em situação irregular (LIMA, 2010b). Muitas delas sequer eram conhecidas pelo Ipaam, o órgão estadual responsável pela fiscalização ambiental:

Quadro 3.2 - Empresas de Serviços de Resíduos (ESR) em Manaus

Classificação das ESR	Número de ESR
Com Licença Ambiental	67 (*1)
Sem Licença Ambiental	23 (*2)
Total	90
*1: Destas 67 empresas, apenas 35 estavam na lista do Ipaam; as demais foram identificadas no trabalho de campo.	
*2: Todas essas 23 empresas foram identificadas pelos consultores contratados pela Jica, já que não constavam do cadastro do Ipaam.	

Fonte: adaptado de Jica, 2010d, p. 55

No fluxograma 4.1 fica explícito que o estudo financiado pela Jica não conseguiu identificar a destinação final de todo o lixo gerado pelo PIM. Ficaram imprecisos principalmente o destino dos resíduos remanescentes do pós-tratamento e reciclagem. Parte dessa dificuldade de obtenção de dados enfrentada pelos consultores se deve ao fato de que a Resolução 313/2002 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) obriga as indústrias brasileiras a registrarem mensalmente o tipo e a quantidade de resíduos que uma fábrica descarta, além do local onde ocorre o descarte. Mas ela não cobra informações sobre o destino desses resíduos após o descarte industrial – para saber, por exemplo, se forem devidamente tratados ou mesmo reaproveitados (JICA, 2010a).

99 No Brasil, as duas unidades da Honda, localizadas em Manaus e em Sumaré (SP), também seguem os padrões de ecoeficiência adotados pela matriz japonesa, denominados de “Green Factory”. No PIM, a Honda construiu uma Estação de Tratamento de Efluentes para reaproveitamento da água usada no processo industrial e, além disso, consegue fazer a gestão interna de cerca de 95% dos resíduos sólidos que gera (REDAÇÃO, 2011).

A execução do Plano Diretor da Gestão de Resíduos Industriais no PIM deveria ter sido iniciada em 2011 mas, vinte meses depois, havia caminhado pouco. Entre as poucas ações que saíram do papel está a construção de um software para padronizar as informações sobre geração, classificação, armazenamento e transporte de resíduos industriais na ZFM. Até maio de 2012, gestores de 131 empresas do PIM já haviam recebido o treinamento para utilizar a nova ferramenta (SUFRAMA, 2012h).

A construção de um aterro industrial licenciado e a adoção de medidas especiais para o tratamento do lixo perigoso são propostas do plano ainda sem encaminhamento (SUFRAMA, 2010f). O documento sugere outras medidas pouco populares, também engavetadas, como: a criação de uma taxa de disposição final para o descarte de resíduos industriais no aterro municipal; maior rigor na fiscalização das empresas prestadoras de serviços de coleta e tratamento, com punição para as que não seguem as normas ambientais; ação educativa da Suframa e do Ipaam sobre as indústrias, explicitando que elas são responsáveis pelo lixo que geram e que, portanto, devem arcar com os investimentos necessários ao tratamento adequado deles (JICA, 2010d).

4.4. Demandas logísticas

Outro calcanhar de Aquiles do discurso de sustentabilidade da ZFM diz respeito às demandas logísticas, que trazem consigo o risco de aumentar o desmatamento. Conforme visto no capítulo anterior, a criação da Zona Franca de Manaus inseriu-se no paradigma de desenvolvimento denominado “Amazônia das estradas”, como parte de uma política de integração nacional assentada na abertura de grandes rodovias (BURSZTYN, TOURRAND e SAYAGO, 2004; COSTA, 1992; IANNI, 1978; VELHO, 1976). Mas, assim como o Distrito Agropecuário da Suframa não se firmou conforme planejado, outras promessas do projeto original da ZFM também não saíram do papel:

Um dos objetivos do Governo Federal ao criar a Zona Franca foi induzir o desenvolvimento, inclusive com a criação de infraestrutura de logística adequada. As indústrias vieram e continuam chegando, mas não há portos e aeroportos, nem estradas ou hidrovias adequadas para dar suporte ao desenvolvimento (VALLE e LIMA, 2010, p. E7).

Há também o caso de obras concluídas pelo governo militar que se degradaram. Rodovias como a BR-230 (Transamazônica) e a BR-319 (Manaus – Porto Velho) tiveram grandes trechos cobertos pelas árvores, que aos poucos foram retomando o espaço de passagem dos veículos. Em parte, isso aconteceu devido às dificuldades logísticas de

manutenção impostas pela floresta. Uma piada corrente na região foi consagrada pela canção de Eliaquim Rufino¹⁰⁰: “Hoje quem defende a Amazônia é o mosquito da malária; se não fosse esse mosquito, a floresta virava palha” (RUFINO, 1997).

Os chamados gargalos logísticos constituem a principal reclamação dos empresários do PIM. No já referido prefácio à edição completa da pesquisa coordenada pelo Instituto Piatam, Denis Minev lhes faz eco:

Ao mesmo tempo em que se implantou por quarenta anos uma política forte de incentivos fiscais, negou-se a conexão logística adequada e necessária ao polo, seja ela fluvial (melhores portos, dragagem de hidroviárias), rodoviária (estabelecimento e manutenção de rodovias), ferroviária ou aeroviária. Ao mesmo tempo em que se enriqueceu com mais empregos, a energia elétrica é de baixa qualidade e escassa, as telecomunicações são precárias e caras (RIVAS et al, 2009b, p. 21).

O estabelecimento de uma “plataforma logística” para a entrada de insumos e saída de produtos é uma demanda constante das indústrias em Manaus, que une suas várias organizações representativas listadas no capítulo anterior (MESQUITA, 2008, p. E6). Na pauta de reivindicações estão “a adequação da Hidrovia do Madeira, que seria mais uma alternativa de escoamento para os produtos da Zona Franca de Manaus” (REDAÇÃO, 2008e, p. A13) e o asfaltamento de um trecho de 100 quilômetros da rodovia BR-317, ligando o sul do Amazonas ao Acre e, assim, viabilizando “o escoamento da produção do Polo Industrial de Manaus (PIM) para países panamericanos e do Pacto Amazônico - Equador, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru e Bolívia -, permitindo, por meio dos portos destes países, um acesso mais rápido ao Oceano Pacífico” (PEDROSA, 2009, p. C2).

O caso mais emblemático do lobby dos empresários de Manaus por melhorias nas vias de acesso à capital amazonense talvez seja o da BR-319, uma rodovia de 859 quilômetros, aberta há 40 anos pelo governo militar. Alvo de uma queda de braço entre os Ministérios do Meio Ambiente e o dos Transportes, as obras de reabertura e pavimentação da BR-319 estão em curso desde 2005, mas até setembro de 2012 ainda não haviam sido concluídas. Apesar das contestações do Ministério Público Federal sobre a falta de licenciamento ambiental, as extremidades da BR-319 foram recuperadas (REDAÇÃO, 2012a). Falta, porém, um trecho central de 405 quilômetros, para o qual a Justiça Federal entendeu que é indispensável a licença ambiental a ser concedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) (GUIMARÃES, 2012a).

100 Eliaquim Rufino é poeta, compositor e professor de Filosofia da Universidade Federal de Roraima.

A conclusão desse processo de revitalização da rodovia Manaus – Porto Velho pode representar uma “alternativa de escoamento de carga para o Polo Industrial de Manaus (PIM), que hoje utiliza balsa até Belém ou Porto Velho e daí pega a estrada para os centros de distribuição” (PATRICIA, 2009, p. A14). A economia mensal proclamada pelos empresários seria de R\$ 36 milhões, resultante da redução no tempo e custo de transporte dos produtos do PIM até o centro-sul do país (BRIANEZI, 2005; GUIMARÃES, 2012b).

Em um pronunciamento no plenário do Congresso Nacional, o senador João Pedro (PT/AM) defendeu a aceleração do processo de licenciamento ambiental das obras de recuperação da BR-319. Ele usou como argumento a necessidade de as empresas do PIM receberem de São Paulo e enviarem para lá de forma mais rápida e barata seus insumos e produtos:

Atualmente, esse transporte é feito através do rio Amazonas e do rio Madeira ou por via aérea. Para efeito de ilustração desta abordagem, lembro que o PIM possui cerca de 500 empresas, que, em 2008, tiveram faturamento recorde de mais de 30 bilhões de dólares. Registro, também, que esse modelo fabril, que emprega mais de 100 mil operários diretamente na linha de produção, contribui para que 98% da cobertura florestal do 1,57 milhão de km² do Estado do Amazonas estejam intactos, **ou seja, a Zona Franca funciona, e a floresta no Estado do Amazonas continua praticamente, por consequência do trabalho fabril, intacta. A ampliação das possibilidades de manutenção da Zona Franca, portanto, contribui para a preservação da floresta amazônica** (PEDRO, 2009, negrito adicionado).

Na lógica explicitada pelo senador, o asfaltamento da BR-319 aparece como algo positivo também do ponto de vista ambiental, já que beneficiaria as indústrias de Manaus que, por sua vez, seriam as principais responsáveis pela manutenção da floresta em pé no Amazonas. Esse raciocínio contradiz pesquisas que apontam a abertura de rodovias como vetor de desmatamento na Amazônia brasileira, inclusive no sul do Amazonas (FEARNSIDE e GRAÇA, 2005; FREITAS, 2005).

3.5. Compensação ambiental e certificações

O nome completo do estudo encomendado ao Instituto Piatam pela Suframa é bastante significativo: “Instrumentos econômicos para a proteção da Amazônia: a experiência do Polo Industrial de Manaus” (RIVAS et al, 2009b). Nele se inserem duas expectativas relacionadas ao “impacto virtuoso do Polo Industrial de Manaus sobre a proteção da floresta amazônica” (RIVAS et al, 2009a): a primeira, conforme já adiantado, de servir de argumento estratégico à prorrogação e manutenção dos incentivos fiscais; a segunda, a de agregar valor aos produtos da ZFM, como prêmio adicional concedido pelo mercado em reconhecimento a essa

proclamada boa performance ambiental - o que significaria um passo além no caminho da modernização ecológica.

Como parte dessa ambição por recompensar as chamadas “externalidades positivas” do PIM, a pesquisa do Piatam calculou o valor monetário dos 5,2 mil quilômetros quadrados que supostamente deixaram de ser desmatados em Manaus em 1997, em razão da presença das indústrias. O preço deste “desmatamento evitado” e dos “serviços ambientais”¹⁰¹ associados a ele no mercado internacional foi estimado em US\$ 399 milhões:

o qual está concentrado no sequestro de carbono, que representa 94% do total, isto é, US\$ 375,2 milhões. O valor monetário de uso indireto para a ciclagem hidrológica é estimado em US\$ 5,2 milhões. Como valor monetário de uso futuro ou opção de preservar a floresta em pé para que as gerações futuras tenham acesso aos ativos naturais da região, o valor da bioprospecção atinge a US\$ 1,3 milhão. O benefício estimado em razão da biodiversidade, isto é, somente pela existência da floresta intacta equivale a US\$ 16,2 milhões. Além disso, com os incêndios evitados em relação à área não desmatada, o valor monetário corresponde a US\$ 625,3 mil (RIVAS et al, 2009b, p. 155).

Já a conclusão de que entre 2000 e 2006, sem a existência do PIM, a taxa de desmatamento no Amazonas poderia ter sido até 77,2% mais alta foi traduzida em um rendimento potencial de US\$ 1 a US\$ 10 bilhões, apenas com a venda dos chamados créditos de carbono. A amplitude dessa faixa de preço deve-se ao fato de que “o preço médio de uma tonelada de carbono varia de US\$ 6,00 na ‘Chicago Climate Exchange’ até cerca de US\$ 38,00 na ‘European Climate Exchange’”¹⁰² (RIVAS et al, 2009b, p. 167).

Conforme visto no primeiro capítulo, o uso de mecanismos de mercado para atingir fins supostamente públicos (como a conservação da floresta) é uma característica do discurso do racionalismo econômico. Seu instrumento básico é a privatização da natureza. Mas, como nem sempre é possível estabelecer propriedade privada sobre bens comuns, os racionalistas econômicos recorrem aos governos para gerenciar mercados ou, ainda, aos chamados incentivos de “quase mercado”¹⁰³ (DRYZEK, 2005).

101 São considerados “serviços ambientais” as condições e processos por meio dos quais os ecossistemas naturais permitem e sustentam a vida humana. Alguns exemplos incluem o chamado “sequestro” de carbono da atmosfera, o ciclo hidrológico das bacias hidrográficas e a conservação da biodiversidade. Para serem aptos à remuneração, idealmente, tais serviços devem ser mensuráveis (HALL, 2008; WUNDER, 2006).

102 Os mercados de carbono, como quaisquer outros, são voláteis: durante a crise financeira mundial de 2008, por exemplo, o preço do crédito de carbono caiu, visto que muitas empresas que tinham comprado permissões de emissão não as utilizaram porque estavam produzindo pouco e resolveram vendê-las (OWINFS, 2009).

103 Sven Wunder (2006) defendeu o uso da expressão **pagamento** por serviços ambientais, em detrimento de **mercado** de serviços ambientais, dado que a maior parte dos projetos já testados eram acordos bilaterais, nos quais regras como a concorrência não faziam sentido.

Se por um lado a valorização monetária da natureza pode representar oportunidades de captação de recursos para projetos de conservação (TONEN-ROS, 2007), por outro ela reforça a lógica utilitarista que condiciona o cuidado ambiental às possibilidades de lucro. Conforme sintetizou Verena Glass (2012, p. 8):

A premissa de que a proteção do meio ambiente só ocorrerá se for lucrativa, ou que só podemos preservar pagando por isso, enfraquece o Estado de Direito e o cumprimento da lei, assim como deixa de fora os aspectos científicos e biológicos inerentes à saúde do planeta, sociais, culturais e espirituais inerentes à sobrevivência das populações rurais e tradicionais que dependem e convivem com a natureza e seus recursos - e que cumpriram até hoje o papel histórico de preservação dos ecossistemas. Acima de tudo, nega o fato de que as crises climáticas e ambientais são decorrência direta de um modelo de desenvolvimento intrinsecamente predador e depredador.

O uso da razão instrumental nas políticas ambientais tem sido duramente criticado por diversas coalizões e movimentos sociais. Entre eles, a organização *Carbon Trade Watch*¹⁰⁴, que em 2004 divulgou a Declaração de Durban sobre o Comércio de Carbono, assinada por 178 entidades¹⁰⁵. No documento, o chamado mercado de carbono aparece “como uma solução falsa que reafirma e aumenta as desigualdades sociais” (CARBON TRADE WATCH, 2004, p. 1) da seguinte forma: gera créditos para indústrias responsáveis por grandes emissões de gases de efeito estufa, ao mesmo tempo em que deixa para o setor público o custo de futuras reduções de uso de combustíveis fósseis; cria possibilidades de mitigação baratas em países pobres, em vez de atacar o problema do modelo de produção dos países ricos; impacta os povos e comunidades do campo e da floresta, pressionados por projetos que ameaçam seus territórios (como as grandes plantações de pinus e eucalipto).

Outro marco histórico da crítica à mercantilização da natureza foi a realização da Conferência Mundial dos Povos sobre Mudança Climática e Direitos da Mãe Terra, que reuniu 15 mil pessoas de 142 países na Bolívia, em 2010. Não por acaso, um dos 17 Grupos de Trabalho (GTs) oficiais do evento¹⁰⁶ se chamava “Perigos do Mercado de Carbono”. E a

104 Tradução livre: Observatório do Mercado de Carbono.

105 Dessas, nove eram brasileiras: FASE-Gurupá, FASE-ES, Associação Caeté Cultura e Natureza, FSC – Brasil, Instituto Ecoar para a Cidadania, Instituto Igaré, Núcleo Amigos da Terra, PovoAção e Projeto Tudo sobre Plantas do Jornal SOS Verde.

106 O 18º GT anunciado, sobre os conflitos socioambientais na Bolívia, foi extraoficial: o presidente Evo Morales tentou impedir sua realização, mas seus membros se reuniram em um do lado de fora da universidade Univale, que sediava a conferência (BRIANEZI, 2010a).

declaração final da conferência afirmou que a lógica de enfrentamento da crise climática deveria ser a da busca pelo viver bem¹⁰⁷ dos povos, não pelo lucro (CMPCC, 2010).

No capítulo intitulado “Mecanismos compensatórios para os efeitos positivos do Polo Industrial de Manaus”, os pesquisadores do Piatam elencaram algumas alternativas para “contabilizar” a “contribuição” da ZFM “para o aumento do bem-estar nacional e internacional” e “reverter para a região parte desses benefícios” (RIVAS et al, 2009b, p. 177). A primeira seria a cobrança de uma taxa compensatória a ser paga pelos países desenvolvidos, que historicamente mais emitiram gases de efeito estufa, via Organização das Nações Unidas (ONU). Tal recurso deveria ser utilizado “em benefício dos agentes econômicos, firmas e famílias envolvidos, direta e indiretamente, na construção e manutenção do PIM” (RIVAS et al, 2009b, p. 178). A segunda proposta é que as empresas de Manaus negociassem créditos de carbono diretamente na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), sendo que a divisão dos créditos correspondentes a cada empresa poderia seguir o percentual de faturamento bruto em relação ao total do PIM. A terceira ideia apresentada refere-se a “compensações governamentais”, como “investimento efetivo” em pesquisa e desenvolvimento: “Não adianta somente instalar centros de excelência em pesquisa na região. É necessário fazer com que os mesmos funcionam [sic] plenamente”¹⁰⁸ (RIVAS et al, 2009b, p. 182-183).

A ideia de compensação traz em si a concepção do meio ambiente como um passivo para as indústrias. Isso fica evidente, por exemplo, quando o vice-presidente da Federação das Indústrias do Amazonas (Fieam) declara que:

as “dores de cabeça” que têm incomodado os empresários são o aumento da carga tributária, **o licenciamento ambiental para novos investimentos** e a volta da inflação, já que esta última está incidindo com força sobre insumos como o aço e o ferro (MESQUITA, 2008b, p. E6, negrito nosso).

A lógica de que a Zona Franca de Manaus é uma forma de compensar o Amazonas pelas restrições ambientais impostas tanto pela legislação nacional quanto pela pressão internacional também aparece no seguinte trecho do pronunciamento do deputado Átila Lins (PMDB/AM):

107 Em 2008 e 2009, respectivamente, o Equador e a Bolívia aprovaram constituições nacionais em que se afirmam como estados plurinacionais e destacam o *bien vivir* (na legislação equatoriana) e *vivir bien* (no texto boliviano) como princípios que se contrapõem ao ideal capitalista de acumulação e progresso. Ambos os termos têm a mesma origem: o *suma qamaña* da língua aymara e o *sumak kawsay* do quéchuá – que, em tradução literal, significam vida em plenitude (MAMANI, 2010).

108 Tal crítica parece estar endereçada ao funcionamento precário do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), relatado no capítulo anterior.

O Amazonas, meu caro Presidente, já não pode plantar soja, não pode plantar cana-de-açúcar, não pode construir estrada, não pode fazer infraestrutura. Lá tudo é proibido, tudo é fiscalizado, tudo é pressionado. É o pulmão do mundo, mas tenho medo de que se transforme no pulmão da pobreza, da desesperança e da miséria. É preciso que aquelas conquistas que temos obtido ao longo do tempo, com tanta luta, como é o caso da Zona Franca, não seja, por um momento ou por outro, por um motivo ou por outro, aos poucos disseminada (LINS, 2009b).

Assim a legislação ambiental, que deveria ser entendida como pré-requisito à atividade econômica, vira sacrifício a ser recompensado por meio de ganhos adicionais. Nas palavras de Ricardo Abramovay:

Há duas maneiras de se entender o custo de oportunidade ao se assumir compromissos socioambientais: uma é pensar que se está renunciando ao ganho que se obteria com a produção em condições impróprias, a outra é partir do princípio ético de que o mercado simplesmente não deveria remunerar o que é produzido com crimes sociais e ambientais (ABRAMOVAY, 2009, apresentação oral).

Seguindo a lógica do racionalismo econômico, tem havido uma proliferação de padrões de sustentabilidade, sistemas de certificação voluntária e rotulagem ecológica criados pelo setor privado (às vezes, com participação governamental). Nessa linha, a pesquisa do Piatam possui um capítulo intitulado “Valorização mercadológica do Polo Industrial de Manaus”, dedicado à criação “de um sistema de certificação e gestão de um selo” que substituiria a garça estilizada acompanhada da frase “Produzido no Polo Industrial de Manaus”, atualmente obrigatória (RIVAS et al, 2009b, p. 184).

O objetivo desta “rotulagem ambiental” seria “agregar valor comercial percebível aos produtos e serviços do PIM, gerando assim, um diferencial competitivo, em seus mercados doméstico e estrangeiro” (RIVAS et al, 2009b, p. 190). Tal proposta foi defendida pela então superintendente da Suframa, Flávia Grosso, no Fórum Internacional de Sustentabilidade, em Manaus¹⁰⁹. Na ocasião, o publicitário Nizan Guanaes, proprietário do Grupo ABC, comprometeu-se publicamente a assumir sem custos o projeto gráfico e a campanha de divulgação do referido selo.

Para ter credibilidade, a rotulagem ambiental dos produtos do PIM “precisaria incorporar procedimentos metodológicos globalmente aceitos, os quais permitirão revestir a

109 Esse fórum foi organizado pelo Lide – Grupo de Líderes Empresariais, em parceria com o governo do Amazonas. Ele reuniu no Hotel Tropical, nos dias 26 e 27 de março de 2010, 550 participantes, dos quais 300 eram dirigentes empresariais. O evento contou com a presença de personalidades midiáticas como o diretor James Cameron (que estava em evidência pelo lançamento do filme "Avatar") e o cientista Thomas Lovejoy. Ao todo, 98 profissionais de comunicação se cadastraram para acompanhar as apresentações e debates, tanto da mídia nacional quanto estrangeira (BRIANEZI, 2010b).

proposta com âncora técnica e científica” (RIVAS et al, 2009b, ps. 190 e 191). Tal processo demandaria:

discussão ampla com as empresas e entidades empresariais, interação com as agências e entes jurídicos públicos e privados envolvidos com certificação e, sobretudo, decisão política inequívoca da instituição [Suframa] no sentido de adotar a proposta e alocar energia institucional para sua efetivação (RIVAS et al, 2009b, p. 191).

De concreto, por enquanto, há apenas o processo de constituição de um selo de origem voluntário para os produtos provenientes dos nove estados da Amazônia Brasileira que utilizem de forma sustentável matérias-primas extraídas da floresta (COSTA, 2011). O chamado projeto “Selo Amazônico de Procedência” foi idealizado pela Suframa e está sendo desenvolvido pela Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi), localizada em Manaus, em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) (MEDINA, 2010).

Esse projeto foi lançado em dezembro de 2010, durante reunião do Conselho de Administração da Suframa (CAS) (MEDINA, 2010). No primeiro semestre de 2011, houve votação aberta, pela internet, de quatro logomarcas. A imagem escolhida para representar o selo foi a da mandala (FUCAPI, 2012).



Figura 3.1. Logomarca escolhida pelo público.

Fonte: Fucapi, 2012.

Atualmente, os critérios para concessão do chamado Selo Amazônico estão sendo testados em formato piloto com duas empresas regionais de alimentos (FUCAPI, 2012). A expectativa, não concretizada, era a de que os primeiros produtos com essa rotulagem comecem a chegar ao mercado até o final de 2012 (COSTA, 2011).

Dentre as práticas corporativas de certificação voluntária, uma das mais antigas e reconhecidas são os padrões estabelecidos pela *International Organization for*

*Standardization*¹¹⁰ (ISO). Para estarem aptas a receber os incentivos da ZFM, por exemplo, as indústrias em Manaus precisam estar certificadas segundo a norma ISO 9.001, relativa à gestão de qualidade de seus produtos (GOMES, 2011).

Em 1996, a ISO publicou uma norma “que define os requisitos para estabelecer e operar um Sistema de Gestão Ambiental” (BSI BRASIL, 2012, p. 1). A atualmente denominada ISO 14.001 certifica que uma organização é capaz de, ao mesmo tempo, “controlar seus impactos significativos sobre o meio ambiente e melhorar continuamente as operações e negócios” (BSI BRASIL, 2012, p. 2).

De acordo com levantamento feito pela Cepal, “cerca de 10% das empresas instaladas no Parque Industrial de Manaus possuem o certificado ISO 14.000” (CEPAL, 2007, p. 112). Quatro anos depois, uma reportagem do jornal A Crítica estimou que “menos de 100 empresas do Pólo Industrial de Manaus (PIM), que concentra mais de 600 indústrias, aderiram a ISO 14.001” (GOMES, 2011). Já o relatório final do estudo publicado pela Jica ponderou que, a rigor, nenhuma indústria do PIM deveria ter obtido o certificado ambiental, já que a disposição final dos resíduos industriais em aterros não licenciados não está de acordo com as condições da ISO 14.001 (JICA, 2010b).

110 Tradução livre: Organização Internacional para Padronização.

Capítulo 4: o roteiro da dupla ameaça

O conceito de *story line* proposto por Marteen Hajer (1995, 2005, 2006) e adotado também por John Dryzek (2005) já foi discutido no primeiro capítulo. É importante lembrar agora que as *story lines* são formas condensadas de narrativas, roteiros que atuam como redutores de complexidade e mediadores do debate público, ajudando a formar coalizões. E que, para isso, elas mobilizam metáforas.

A metáfora, aqui, é a tomada de uma palavra por outra (transferência = *metaphora*), dentro de uma dada formação discursiva. Assim, “palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes” (ORLANDI, 2003, p. 44). Terra para um latifundiário não tem o mesmo significado que para um agricultor ou para um indígena, por exemplo, já que as palavras e proposições “mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 1997, p. 160).

A *story line* que une os agentes que defendem a manutenção e prorrogação da Zona Franca de Manaus mobiliza metáforas do preservacionismo, o discurso da natureza selvagem, como veremos com mais detalhes no último item deste capítulo. Ela se assenta em uma narrativa de catástrofe, que pode ser sintetizada da seguinte forma: o Amazonas, o maior estado do Brasil, localizado completamente na Amazônia, é o único que tem 98% de suas florestas preservadas porque possui um grande parque industrial. Se os incentivos fiscais acabarem ou deixarem de ser vantajosos, as empresas irão embora de Manaus e os seus cerca de 120 mil empregados diretos e 400 mil trabalhadores indiretos avançarão sobre a floresta para dela tirar seu sustento de forma predatória.

Temos aí, portanto, uma dupla ameaça: a do desemprego e a do desmatamento. Ao falar sobre o processo de reestruturação produtiva vivenciado pela ZFM durante o governo Collor, Antônio Botelho previu que a geração de empregos perderia força como argumento de legitimação dos incentivos fiscais:

Sob este prisma e o de “chão-de-fábrica”, é válido ressaltar que o Projeto ZFM não está mais identificado como empregador de mão-de-obra abundante, à medida que a produção moderna alcança maior competitividade com contínua automação industrial, a qual tem sido excludente dos postos de trabalho. **Portanto, a geração de emprego não deverá mais ser adotada como elemento de discurso político** (BOTELHO, 2006, p. 51, negrito adicionado).

Mas, como visto no segundo capítulo, apesar de as empresas da ZFM individualmente terem reduzido sua mão-de-obra devido ao aumento da automação industrial, o PIM como um todo passou a gerar mais empregos. Isto porque a quantidade de indústrias se multiplicou, graças à política de atração de investimentos estrangeiros promovida pela Suframa e pelo governo estadual. Assim, é fácil compreender por que a geração de empregos (e a outra face dessa moeda, a ameaça dos desempregos) ainda constitui elemento central do roteiro contemporâneo de defesa da Zona Franca de Manaus.

Nesse roteiro, as indústrias abandonarem Manaus e os desempregados destruírem a floresta são dois movimentos conectados, mas que têm destinatários diferentes. O primeiro alerta é voltado para o público interno, do próprio Amazonas; já o segundo serve como legitimação do modelo incentivado perante os questionamentos externos, vindos especialmente de parlamentares e empresários de outros estados brasileiros. Vejamos o exemplo do pronunciamento feito pelo deputado Francisco Praciano (PT/AM) no plenário da Câmara Federal:

Infelizmente, sentimos durante todo o período de existência da Suframa que **o País tem a tendência de ver a Zona Franca como uma inimiga**. Não acreditem nisso, porque a Zona Franca é um projeto não só de Manaus e do Estado do Amazonas, mas de todo o País. Se algum custo existe decorrente da renúncia financeira - e não existe -, o País tem de assumi-lo, do contrário **o Estado do Amazonas será pressionado a desenvolver outras atividades, e não queremos transformar nossas florestas em campos de soja** (PRACIANO, 2007, negritos adicionados).

A entrevista concedida ao jornal “A Crítica” pelo deputado Sandro Mabel (PR-GO), que como já visto foi relator da reforma tributária, também ilustra o fatalismo catastrófico que confere à Zona Franca de Manaus o caráter de um “empreendimento ecológico”:

É com a tese da “indústria limpa”, que o senhor pretende convencer os deputados a manter os principais benefícios da ZFM?

Não há outra forma de convencimento, pois, se a Zona Franca de Manaus não for cuidada, nós vamos ter um desmatamento muito maior e a preocupação que existe hoje com relação a essa questão vai aumentar. Se começar a perder os empregos, esse pessoal vai pra onde? Vai para os recursos naturais, não tem outro lugar. Esse modelo industrial do Amazonas é como um mata-borrão que chupa as pessoas, tiras do interior, das proximidades dos recursos naturais as leva para o polo industrial, dando trabalho a todas elas. A Zona Franca de Manaus não é um empreendimento industrial ou comercial, mas um empreendimento ecológico (PAULO, 2008b, p. E8, negrito no original)

Esse “novo” discurso sobre o Polo Industrial de Manaus, agora mostrado como um “empreendimento ecológico”, também não substituiu o discurso de integração e soberania nacional no qual a Zona Franca de Manaus foi criada. O deslocamento do discurso de

legitimação dos incentivos fiscais desde o ideário do progresso em direção ao da modernização ecológica tem sido marcado tanto por rupturas quanto por continuidades, em um processo de articulações que trouxe à tona velhos temas sob novas roupagens. É o que pode ser visto neste trecho do pronunciamento do deputado Ronaldo Leite (PHS/AM):

(...) é no Estado do Amazonas que se concentra a maior parte da floresta amazônica - e a mais preservada. A ameaça de desemprego, que paira junto com o boicote fiscal à Zona Franca, é diretamente proporcional à ameaça ambiental que lhe será decorrente, com a exploração indiscriminada dos bens naturais à conta da necessidade de sobrevivência. **Conhecedores que somos da ganância internacional voltada sobre a região, arditosamente apoiada no tema da destruição, torna-se verdadeira irresponsabilidade lutar contra a permanência e a competitividade da Zona Franca de Manaus, que, nessa medida, concorre de modo decisivo para a manutenção da soberania nacional** (LEITE, 2008, negritos adicionados).

No livro “A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão”, Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008) mostrou que no Maranhão do século XIX o presente era narrado pelo discurso hegemônico como um período de decadência, contrapondo-se a um passado de progresso e a um futuro que retomaria o curso de prosperidade como vocação natural. Podemos afirmar que existe uma narrativa semelhante em relação à Zona Franca de Manaus no século XXI, mas em direção oposta: o presente se apresenta como período de pujança, contrastando com o passado de estagnação econômica que se seguiu ao chamado ciclo da borracha, e sempre cercado pela ameaça de um futuro sem indústrias (e, portanto, sem emprego ou floresta).

Isso ajuda a explicar por que a chegada de novas indústrias ou a ampliação de fábricas já instaladas no PIM foi o tema mais recorrente na cobertura do jornal A Crítica sobre a ZFM, entre 2007 e 2010 (ver quadro 5.1).

Quadro 4.1 – Matérias do jornal “A Crítica” sobre a ZFM publicadas entre 1º de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2010, classificadas por subtemas

Temas	Quantidade de matérias				Total
	2007	2008	2009	2010	
Novas indústrias chegando ao PIM ou ampliando fábricas	34	27	18	9	88
Legislações nacionais que ameaçam a ZFM	37	24	8	2	71
Indicadores de desempenho positivos da ZFM	16	24	10	18	68
Indicadores de desempenho negativos da ZFM	10	8	9	3	30
Logística e infra-estrutura	9	6	4	10	29
Direitos / demandas trabalhistas	9	11	8	1	29
continua...					

Continuação...

Quadro 4.1 – Matérias do jornal “A Crítica” sobre a ZFM publicadas entre 1º de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2010, classificadas por subtemas

Temas	Quantidade de matérias				TOTAL
	2007	2008	2009	2010	
Guerra fiscal	24	1	0	1	26
Demissões	5	5	12	0	22
Intercâmbios para cooperação internacional	3	8	2	7	20
Burocracia em geral que prejudica as empresas da ZFM	7	3	1	5	16
Investimentos da Suframa na Amazônia Ocidental	8	3	2	3	16
Medidas de apoio às empresas da ZFM em função da crise financeira internacional	1	3	10	2	16
Greve dos fiscais agropecuários e da Receita Federal	11	4	0	0	15
Gestão da ZFM	3	4	2	4	13
Lançamento de produtos ou tecnologias	3	1	2	7	13
Ameaça de saída de empresas ou fechamento/suspensão de linhas de produção	9	3	0	0	12
Alterações em PPBs	5	1	4	1	11
Qualificação da mão de obra	2	6	1	2	11
Concorrência entre empresas do PIM	9	0	0	2	11
(Des)contingenciamento de recursos da Suframa	7	0	1	2	10
Aniversário da Suframa ¹¹¹	3	4	3	0	10
Resultados de pesquisas relacionadas à ZFM	0	6	0	4	10
Visitas de autoridades nacionais ao PIM	4	3	0	0	7
Cobranças de tributos e impostos municipais	1	1	2	3	7
Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)	0	3	2	1	6
Outros ¹¹²	14	10	15	20	59
Total por ano	234	169	116	107	626

Fonte: elaborada pela autora.

No contexto do presente próspero se enquadram também as matérias que ressaltaram os indicadores de desempenho positivos da ZFM, os intercâmbios para cooperação

111 O aniversário da Suframa é oficialmente comemorado no dia 23 de fevereiro. Nessa semana, o jornal “A Crítica” publica todos os anos um caderno especial sobre a ZFM.

112 Em “outros” estão notícias sobre a ZFM relacionadas a subtemas que tiveram cinco ou menos ocorrências. A saber: responsabilidade social das empresas; críticas externas à ZFM; mudança de ministros e secretários estaduais; atuação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA); fusões de empresas; inflação; gestão dos sindicatos e associações patronais; concorrência com os produtos chineses; datas de aquecimento do comércio; Feira Internacional da Amazônia (FIAM); reciclagem; novas matérias-primas; ocupação irregular na área da Suframa; importância da ZFM para a economia do Amazonas; futuro da ZFM pós-2023; outras zonas francas no Brasil e no mundo; mercado de trabalho; plano de gestão dos resíduos sólidos do PIM; e perspectivas para a ZFM diante das eleições 2010.

internacional, os investimentos da Suframa na Amazônia Ocidental, o lançamento de produtos ou tecnologias e a visita de autoridades nacionais ao Polo Industrial de Manaus. Já no âmbito de um futuro rondado pelo fantasma da estagnação econômica estão as notícias que tratam, por exemplo, das legislações nacionais que ameaçam a ZFM e da chamada guerra fiscal. É como se os moradores do Amazonas, especialmente os da capital, constantemente oscilassem entre o alerta e o alívio, tendo o medo como mediador.

Leis, decretos presidenciais e medidas provisórias que poderiam minar a vantagem comparativa da Zona Franca de Manaus¹¹³, aliás, foi o subtema mais abordado pelos deputados federais e senadores do Amazonas ao se pronunciarem no plenário do Congresso Nacional a respeito da ZFM, entre 2007 e 2010 (ver quadro 5.2)

Quadro 4.2 – Pronunciamentos da bancada do Amazonas a respeito da ZFM, entre 1º de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2010, classificados por subtemas

TEMA	2007	2008	2009	2010	Total
Legislações nacionais que ameaçam a ZFM	9	24	18	1	52
Contribuição ambiental do PIM	10	11	15	1	37
Aniversário da Suframa ou de Manaus	10	15	3	2	30
Indicadores de desempenho positivos da ZFM	4	6	6	6	22
Guerra fiscal	14	1	3	2	20
Impactos da crise financeira e medidas de apoio	0	7	6	0	13
Prorrogação e expansão da ZFM para a região metropolitana de Manaus	0	2	0	9	11
Logística e infraestrutura	1	2	6	0	9
(Des)contingenciamento de recursos da Suframa	1	0	6	1	8
Greve dos fiscais agropecuários e da Receita Federal	0	7	0	0	7
Relações comerciais bilaterais	0	1	5	0	6
Outros ¹¹⁴	11	11	12	16	50
Total por ano	60	89	85	46	265

Fonte: elaborado pela autora.

113 Essas leis, decretos e medidas provisórias tratavam da produção de conversores de sinal de televisão analógico para o digital (os chamados set-top boxes), da reforma tributária, do enquadramento de mídias regraváveis (CDs-R e DVDs-R) como bens de informática, da taxação dos produtos importados do Paraguai e de incentivos fiscais à indústria fonográfica, a fim de combater o comércio de cópias não autorizadas ("pirataria").

114 Em "outros" estão pronunciamentos sobre a ZFM relacionados a subtemas que tiveram cinco ou menos ocorrências. A saber: visita de Miguel Jorge, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, ou do presidente Lula, à ZFM; PPB dos cosméticos; pronunciamento de início ou fim de mandato; demissões e ameaça de fechamento ou saída de empresas; burocracia enfrentada pelas empresas para se instalarem na ZFM; morte do senador Jeferson Peres; P&D; migração de moradores do interior do Amazonas para Manaus; dados Censo 2010; Feira Internacional da Amazônia (FIAM); inclusão digital; redução da jornada de trabalho; perfil da mão de obra; viagens parlamentares; demora na liberação de cargas no aeroporto de Manaus; gestão de resíduos sólidos do PIM; gestão da Suframa; presidência da bancada do AM no Congresso Nacional; resultado das eleições 2010.

A contribuição do PIM para a conservação da floresta apareceu em segundo lugar nessa lista, reforçando a análise de que a ameaça de desmatamento é o trecho da *story line* mais voltado ao público externo à ZFM. Como visto no terceiro capítulo, os incentivos fiscais gozados pelas empresas em Manaus passam a se justificar como uma recompensa por esse “impacto virtuoso” ou, ainda, como uma forma de compensação diante do custo de oportunidade de manter a floresta em pé.

Essa lógica fica evidente na entrevista concedida por José Laredo ao jornal “A Crítica”, em que o economista defende perenização da ZFM “já que não se pode destruir a floresta”:

Sou o economista que primeiro estudou e publicou, há 12 anos, a necessidade da perenização do modelo, **em razão das características especiais de seu entorno com a floresta tropical amazônica, e suas respectivas regras de preservação** que, de lá para cá, vem sendo mais duras, fiscalizadas com respeito e respaldo do mundo todo. **A tese da perenização se baseia também no fato de que ninguém mais admite quaisquer negociações para a redução das áreas preservadas do estado** (entre 97% e 98%), e sim, todos querem que continuemos a ser os guardiões da floresta para exibi-la ao mundo que já devastou a sua. Ora, **se não podemos explorar economicamente os recursos naturais**, apenas criar programas de uso exploratório da floresta, desde que a mantenhemos em pé, a única saída a curto prazo é a perenização de um modelo que já provou dar certo depois de quatro décadas de implantado (DANTAS, 2009b, p. E6, negritos adicionados).

A defesa do modelo incentivado a partir da sua vinculação à conservação florestal parece funcionar dentro do mecanismo de antecipação, em que o emissor se coloca no lugar do interlocutor e escolhe seus argumentos a partir da análise dos efeitos que suas palavras poderão gerar. A antecipação repousa, portanto, em formulações imaginárias, mas que articulam relações sociais hierarquizadas: “O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não ‘brota’ do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder” (ORLANDI, 2003, p. 42).

Os porta-vozes da ZFM falam aos representantes do Centro-Sul do país a partir de uma posição subalterna do ponto de vista econômico, mas estratégica em termos ambientais. Conforme visto no segundo capítulo, embora o PIM seja o motor da economia amazonense, ele é pouco significativo para a geração de riqueza nacional. Portanto, é compreensível que no Congresso Nacional os parlamentares do Amazonas tendam a dar mais ênfase à ameaça de destruição da floresta do que à do desemprego, em uma tentativa de legitimar a ZFM como

um projeto de interesse nacional. Neste sentido, o pronunciamento do senador Artur Neto (PSDB/AM) comemorando a aprovação da PEC 17/2008¹¹⁵ no Senado Federal é exemplar:

Esta PEC é consequência de uma luta que eu me determinei a fazer quando tomei posse, em 2003, no meu mandato de Senador e que já tentava fazer, Senador Paulo Paim, na Câmara dos Deputados quando era seu colega, para muita honra minha. Era **tentar criar na Casa uma cultura de proteção à Zona Franca de Manaus e não de repulsa**. Porque o primeiro ato de tanta gente no Brasil que ama a Amazônia, que respeita a Amazônia, que adora o verde, que quer aquela Amazônia preservada e que odeia a figura da devastação... **eu via uma dicotomia estranha: amavam a Amazônia e odiavam a Zona Franca de Manaus**, como se ali fosse um palco de privilégios, de maquiagem de produtos, como se ali não se agregasse o valor tecnológico, o valor industrial, o valor econômico, como se ali não se gerassem empregos, como se ali não se protegesse a segurança nacional, como se ali não se fizesse algo que o mundo de repente acordou para que se faz [sic], sim, ali: a proteção à ecologia, a proteção ao meio ambiente, a proteção aos ecossistemas (NETO, 2010c, negrito adicionado).

5.1. A batalha e seus heróis

A localização de uma multinacional, principalmente em regiões ditas subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, é uma decisão de negócio constantemente revista pelas matrizes. Conforme destacou o estudo do Piatam sobre a Zona Franca de Manaus, as grandes indústrias que dominam o faturamento do PIM “poderiam facilmente se instalar em outras regiões do país ou da América do Sul ou mesmo do mundo” (RIVAS et al, 2009b, p. 176).

A própria Nokia, que financiou a pesquisa a respeito “do impacto virtuoso do Polo Industrial de Manaus sobre a Proteção da Floresta”¹¹⁶ (RIVAS et al, 2009a), é exemplo dessa mobilidade pautada por cenários macroeconômicos. Principal responsável pelo aumento das exportações do PIM entre 2000 e 2005, que saltaram de US\$ 830 milhões para pouco mais de US\$ 2 bilhões, a empresa finlandesa inaugurou em 2006 as novas instalações de sua fábrica em Reynosa, no México, fechando linhas de montagem da planta de Manaus (RIVAS et al, 2009b)¹¹⁷.

115 Conforme visto no primeiro capítulo, a PEC 17/2008, de autoria do senador Artur Neto, prolonga a ZFM até 2023 e foi aprovada nos dois turnos no plenário do Senado, em 2010.

116 Como já visto em mais detalhes no segundo capítulo.

117 O aumento das exportações do PIM entre 2000 e 2005 aconteceu principalmente graças à venda de telefones celulares para atender à demanda crescente do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio - NAFTA (que entrou em vigor em 1994 e envolve os Estados Unidos, Canadá e México, tendo o Chile como associado). Com a abertura da fábrica da Nokia em Reynosa (México) e a transferência de linhas de produção de telefones celulares de Manaus para lá, as exportações do PIM despencaram para cerca de US\$ 1 bilhão em 2007 e em 2011 não passaram de US\$ de 0,8 bilhão (ver gráfico 3.2, na p. 54).

Como já discutido, a story line da ZFM fomenta um clima de constante alerta em relação à saída das multinacionais do Amazonas e às consequências socioambientais trágicas que essa tão temida debandada teria. A ameaça do fechamento das fábricas em Manaus não é algo projetado apenas para 2023, caso os incentivos fiscais não sejam prorrogados. Ela é tratada como um perigo permanente, como resultado inevitável da chamada guerra fiscal ou de cada nova legislação que diminui a vantagem comparativa do PIM.

A matéria “Samsug não nega nem confirma saída do PIM” serve de exemplo desta reiterada ameaça:

O polo de monitores da Zona Franca de Manaus corre sério risco de desaparecer. Com a mudança de 12% para 18% na alíquota de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para produtos comercializados no Estado de São Paulo, principal mercado para esses equipamentos, a desativação de linhas em Manaus e transferência para São Paulo é uma das possibilidades para os fabricantes. O alerta é do diretor executivo do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Ronaldo Mota (LIMA, 2007a, p. A14, negrito adicionado).

Na mesma linha, a ampliação de fábricas já existentes ou a chegada de novas é retratada como algo extraordinário. Nesse discurso mediado pelo medo, esconde-se o fato de que as multinacionais são atraídas para o Amazonas graças a uma política de isenções fiscais e de concessão de terrenos a preços simbólicos. Ou seja, celebra-se a vinda de indústrias para Manaus quase como um favor ou sacrifício que os empresários estariam fazendo em favor da população amazonense (e da floresta) - e não como uma decisão estratégica de investimento.

O tom de reverência e gratidão às empresas que se instalam no PIM fica evidente no trecho da matéria abaixo, cuja manchete é “Pioneer vai instalar planta própria no PIM”:

Para a superintendente Flávia Grosso, esta é uma notícia bastante positiva, pois mostra que muitas empresas instaladas no PIM estão crescendo e ampliando seus investimentos, “o que significa mais emprego e renda para a região”, afirmou Flávia Grosso. [...] Implantada desde março de 2004 em Manaus, a Pioneer do Brasil é líder no mercado de som automotivo no País **e apesar de ter recebido convite de outros Estados, optou pela permanência no PIM** (LIMA, 2007b, p.A15, negrito adicionado).

Na narrativa da batalha quase diária pela manutenção e prorrogação da ZFM, os empresários do PIM são verdadeiros heróis. Não por acaso, portanto, eles aparecem em primeiro e segundo lugares na lista de fontes mais ouvidas sobre a ZFM, presentes nas matérias publicadas pelo caderno de Economia do jornal “A Crítica” entre 1º janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2010 (ver quadro 5.3).

Quadro 4.3. – Lista de fontes sobre a ZFM no caderno de Economia de “A Crítica”

Quem fala sobre a ZFM	Quantidades de matérias em que aparecem				
	2007	2008	2009	2010	TOTAL ¹¹⁸
Empresários e executivos	72	32	29	19	152
Associações e sindicatos patronais ¹¹⁹	58	35	27	31	151
Poder Executivo	55	39	18	24	136
Parlamentares	85	18	11	3	117
Suframa	19	24	30	26	99
Pesquisadores e especialistas ¹²⁰	13	16	13	26	68
Associações e Sindicatos de trabalhadores	17	18	16	1	52
Operários e trabalhadores administrativos	1	3	5	0	9
Outros ¹²¹	6	15	5	18	44

Fonte: elaborado pela autora

Conforme detalhado no segundo capítulo, o empresariado no Amazonas conta com a atuação de oito entidades de classe que têm como pauta comum o lobby pela manutenção – e, se possível, ampliação – das vantagens fiscais gozadas pelo PIM. Essas associações patronais e os sindicatos que as compõem não apenas constituem fonte privilegiada sobre a ZFM: são também objeto de notícias por si mesmas. Ao se eleger presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), por exemplo, o empresário Antônio Silva ganhou destaque em “A Crítica” como aquele que enfrentaria o desafio de “lutar para manter as vantagens comparativas do modelo Zona Franca de Manaus na reforma tributária” (REDAÇÃO, 2007c, p. A14).

A Fieam e o Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam) também foram tema de dois pronunciamentos de Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) no plenário da Câmara dos Deputados em 2009 e em 2010 e de um pronunciamento de Artur Neto (PSDB/AM) no

118 Uma mesma matéria pode conter mais de uma categoria de fontes. Por isso, o total aqui é maior do que as 626 matérias de “A Crítica” que fazem parte do corpus da pesquisa.

119 As associações são aquelas já listadas no segundo capítulo: Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam), Associação Comercial do Amazonas (ACA), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Amazonas (Fecomércio-AM), a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus (CDLM), a Associação dos Fabricantes de Bens de Informática e Componentes da Amazônia (Aficam), a Associação de Comércio Exterior da Amazônia (Aceam); a Câmara de Comércio Brasil–Japão e a Santa Aliança. Os sindicatos patronais em questão são os que compõem essas associações, como o Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos Eletrônicos e Similares (Sinaees).

120 O jornalismo econômico no Brasil tende a se caracterizar pelo número restrito de fontes, compostas pelos chamados especialistas (em geral, economistas de tendência liberal) (KUCINSKI, 1997; NOBLAT, 2007).

121 Em “outros” entram autoridades externas que visitaram a ZFM, consumidores, membros de associações comerciais estrangeiras, representantes de organizações do chamado sistema S (como Sesc, Sesi e Senai), representantes de ONGs e associações diversas (como Greenpeace e uma associação local de reciclagem), militares e moradores de uma ocupação irregular na área da Suframa.

Senado Federal em 2007. Nos três casos, os dois parlamentares subiram à tribuna para exaltar o aniversário dessas entidades, como exemplifica o seguinte trecho da fala da deputada em 13 de agosto de 2009:

Amanhã, dia 14, haverá algumas solenidades comemorativas dos 30 anos do Centro da Indústria do Estado do Amazonas - CIEAM. **Não só deverei participar do evento, como quero cumprimentar toda a diretoria da entidade**, através do Dr. Maurício Loureiro, Presidente. [...] Quero cumprimentar todos os empresários, os executivos, aqueles que estão à frente do CIEAM e que, tenho certeza, muito têm ajudado na luta pelo desenvolvimento do Estado do Amazonas (GRAZZIOTIN, 2009c, negrito nosso).

Como também já visto no terceiro capítulo, a defesa da ZFM é uma aparente unanimidade entre deputados federais e senadores do Amazonas. Uma bandeira comum que une a bancada amazonense no Congresso Nacional, a despeito das disputas pessoais e partidárias. Um compromisso político que eles fazem questão de explicitar nos pronunciamentos em plenário, transmitidos ao vivo pela TV Câmara e pela TV Senado.

No geral, uma fala se caracteriza pelo improvisado e, por isso, apresenta repetições e inconsistências que ficam evidentes quando gravamos, transcrevemos e lemos o que foi dito oralmente (GOMM, 2004). Mas as transcrições oficiais dos pronunciamentos no plenário do Congresso Nacional revelam falas cuidadosamente estruturadas, escritas por assessores profissionais¹²².

Uma evidência curiosa da redação prévia aparece no pronunciamento de Artur Neto (PSDB/AM) durante sessão solene no Senado, em homenagem ao aniversário de 40 anos da Suframa:

Enquanto durou a fase áurea da extração da borracha, aquela área experimentou notável desenvolvimento.
Perdão, já havia lido essa parte. Aliás, Sr. Presidente, devo deixar claro que estou mudando as páginas, colocando-as aqui. Sem fazer isso, daria a impressão de que o discurso não acabaria nunca. Então, pousando as páginas, vou aliviando a plateia um pouco.
Enquanto durou a fase áurea da extração da borracha... **Eu ia ler pela terceira vez o mesmo parágrafo...** [...] (NETO, 2007, negritos nossos).

A TV Senado foi criada em 1996 e a TV Câmara dois anos depois, ambas com base na Lei 8.977/95, que determinou aos operadores de TV a cabo a destinação de canais para o Legislativo, entre os chamados canais de utilização gratuita que devem constar do cardápio

122 A própria autora trabalhou para senador João Pedro (PT/AM) por três meses, como assessora de imprensa, entre abril e junho de 2007. Ironicamente, um dos discursos que enaltecem a contribuição da ZFM para a conservação da floresta, que compõe o corpus de análise desta pesquisa, foi redigido por ela.

básico oferecido aos assinantes (CARVALHO, 2010). O surgimento de ambas pode ser entendido dentro do processo de institucionalização das fontes jornalísticas (CHAPARRO, 2007) e, também, a partir da afirmação de que o rádio e a televisão não substituíram a ação política, passaram a constituir-na (BARBERO, 2008).

Apesar de os referidos canais serem segmentados e terem uma audiência relativamente pequena¹²³, o que é veiculado neles serve de pauta para outros veículos de comunicação (públicos, comerciais e institucionais) e pode ainda ser replicado nas chamadas redes sociais. Entramos, assim, no que Hajer e Versteeg (2009) chamaram de política das multiplicidades, em que tudo o que é dito para uma audiência específica, em um dado contexto e com determinada finalidade, pode alcançar outras audiências que receberão a mensagem a partir de perspectivas completamente diferentes.

Cientes das oportunidades e riscos dessa exposição ampliada, os parlamentares e suas equipes planejam os pronunciamentos pensando não só na interlocução concreta com os colegas em plenário, mas também em potenciais interlocutores difusos. A consciência da audiência múltipla é explicitada no seguinte trecho do pronunciamento do deputado Silas Câmara¹²⁴ (PTB/AM):

Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, **ilustres colegas Deputadas e Deputados Federais, público que nos assiste pelos meios de comunicação da Casa**, que, graças a Deus, permitem que a voz dos que representam a população brasileira seja ouvida por toda a Nação, meus cumprimentos (CÂMARA, 2007, negritos nossos).

4.2. Quem critica é inimigo

Se na narrativa de defesa da ZFM os empresários são os heróis e os parlamentares, seus fiéis escudeiros, quem ocupa o lugar do vilão? Para que o clima de constante ameaça se sustente no imaginário coletivo (pelo menos daqueles que moram em Manaus), foi necessário definir um inimigo externo, diante do qual se justifica a união interna, a forjada unanimidade.

123 A audiência da TV Câmara é estimada entre 150 e 300 mil telespectadores por dia (CARVALHO, 2010). Sobre a TV Senado, o jornal Folha de São Paulo publicou que ela tinha apenas 0,06% de audiência em relação às TVs ligadas em agosto de 2011 (FELTRIN, 2011). Em resposta, o departamento de Comunicação do Senado afirmou que o dado se restringe à TV paga e, portanto, "não alcança todo o público potencial e efetivo da TV Senado", que inclui "canal aberto em 11 unidades da Federação" e acesso "pelo sistema de parabólicas (aproximadamente 20 milhões no país inteiro) e também pela internet, com oito canais em tempo real" (SENADO FEDERAL, 2011b).

124 O deputado Silas Câmara, aliás, é notório conhecedor da força dos canais audiovisuais para angariar votos. Ele é proprietário das retransmissoras da rede Boas Novas de rádio e televisão no Amazonas, ligada à igreja Assembléia de Deus.

Neste clima de conspiração, quaisquer conflitos de interesse aparecem como armadilhas contra “o nós”, nunca como fruto de demandas legítimas “dos outros”. Vejamos o exemplo da matéria “Nordeste faz lobby para tirar CDs e DVDs do PIM”, cuja abertura alerta que uma “nova ameaça está sendo arquitetada contra o Polo Industrial de Manaus, desta vez contra a produção de mídias virgens, como CD-R e DVD-R” (REDAÇÃO, 2007d, p. A15).

No roteiro contemporâneo de legitimação dos incentivos fiscais gozados pelas indústrias em Manaus, o papel de vilão-mor coube ao estado de São Paulo. Em entrevista concedida ao portal de notícias G1 e republicada por “A Crítica”, por exemplo, o governador Eduardo Braga denunciou a “discriminação paulista à ZFM” (REDAÇÃO, 2007e, p. A8). E Átila Lins (PMDB/AM) bradou da tribuna da Câmara dos Deputados que o Amazonas não admitia “pressão do PSDB de São Paulo, do Governador José Serra, para fazer com que nós percamos essa prorrogação da Zona Franca de Manaus, de forma que o nosso Estado venha a ser novamente um porto de lenha [...]” (LINS, 2009).

Nesta narrativa de guerra, São Paulo se materializou na figura do então governador José Serra ou apareceu genericamente como “os paulistas”. A coincidência histórica, aqui, é que “paulistas” era o termo utilizado nos anos 1980 pelos seringueiros do Acre, que se opunham à destruição da floresta, para designar os latifundiários que promoviam o desmatamento com verbas da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) (PAULA, 1999). A ironia é que a Zona Franca de Manaus, conforme já visto, foi criada dentro do ideário da integração nacional.

São Paulo não apenas é o estado de maior PIB do Brasil, como também o maior mercado consumidor dos produtos do Polo Industrial de Manaus. Diante das disputas fiscais com essa unidade da federação econômica e politicamente mais forte, os porta-vozes da ZFM assumiram a metáfora de Golias contra Davi, o “estado rico esvaziando o estado pobre” (NETO, 2007b).

Um exemplo da ocupação estratégica do lugar de vítima aparece neste pronunciamento da deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM):

Veja, Sr. Presidente, que me refiro a dois grandes Estados: um, do ponto de vista da economia; o outro, do território, cuja economia é muito pequena, insignificante no cenário nacional. Estou falando do modelo Zona Franca, concebido ainda na década de 70, para diminuir as desigualdades regionais. E não me refiro aos Estados do Piauí ou do Maranhão, pois esses na realidade nunca abriram nenhuma guerra fiscal contra a Zona Franca de Manaus. **Ao contrário, a**

guerra vem exatamente do mais rico, daquele que é responsável por quase metade da produção brasileira. É aquele Estado que, mais uma vez, quer retirar setores produtivos da Zona Franca de Manaus (VANESSA GRAZZIOTIN, 2007b, negritos nossos).

Para se tornar inimigo da ZFM, porém, não é necessário ter nascido em São Paulo nem morar fora do Amazonas. O dentro (“nós”) e o fora (“os outros”) são definidos a partir do apoio irrestrito ou não ao modelo, mais do que pela posição geográfica. Nesse roteiro, não há meio termo: qualquer questionamento é encarado como uma crítica destrutiva e aqueles que ousam quebrar o mito da unanimidade em relação à manutenção dos incentivos fiscais viram vilões.

Vejamos o exemplo da coluna assinada pelo coordenador geral de Planejamento e Programação Orçamentária da Suframa, Emmanuel de Aguiar, na revista “Suframa Hoje”:

O planejamento estratégico da SUFRAMA originalmente foi construído em 1994, motivado sobretudo pelas mudanças trazidas com a abertura econômica promovida pelo Governo Federal, que colocou o modelo Zona Franca de Manaus (ZFM), e em particular o Polo Industrial de Manaus (PIM), diante de um enorme desafio que, **principalmente para os críticos e adversários do modelo**, parecia ser fatal e insuperável. **Felizmente, para a tristeza desses**, o modelo foi competente para enfrentar e se adequar às mudanças ocorridas, tornando-se o único projeto de desenvolvimento regional do Governo Federal que deu e continua dando certo na Amazônia (SUFRAMA, 2007, p. 17, negritos nossos).

Em um ambiente autoritário, a discordância é tratada como afronta, já que admitir a dúvida pode significar a desmoralização (SORRENTINO e NASCIMENTO, 2010). Assim, no plenário do Congresso Nacional, a bancada amazonense se revezou na negação da legitimidade de qualquer crítica ou ressalva à manutenção e prorrogação da ZFM. Os questionamentos aos incentivos fiscais eram sistematicamente apresentados como falhas, como resultado de lacunas de informação que poderiam facilmente ser supridas. Vejamos alguns exemplos: “Muitos são aqueles que criticam a Zona Franca de Manaus, mas tenho convicção de que quem a critica é porque não conhece o modelo” (GRAZZIOTIN, 2007c). Ou: “Quero dizer ao Plenário desta Casa que só combate a Zona Franca quem não a conhece. Essas são palavras textuais do Presidente Lula” (LINS, 2007). Por fim: “A despeito das críticas que costumamos ouvir daqueles que jamais estiveram em Manaus e que conhecem o Polo Industrial de Manaus apenas pelo noticiário [...]” (SOUZA, 2007).

Aqui não há espaço para a crítica porque, conforme já visto no capítulo anterior, os argumentos se apresentam como verdades, como obviedades que não entram em debate público. É o que Alfredo Wagner Berno de Almeida chamou de “império da auto-evidência”

(2008, p. 148), ao falar do já citado discurso hegemônico a respeito do Maranhão no século XIX:

Cristalizados de forma tal nas interpretações correntes que tem da situação econômica e social da região estes esquemas, tidos como originais e singulares no início do século XIX, transformaram-se em lugar corrente na produção intelectual contemporânea. Diluídas no senso comum as noções que os integram adquiriram a força de um adágio. Assumiram um papel similar àqueles dos provérbios e ditados populares, sendo representadas como resultados de trabalhos anônimos porque vistos como de uma lógica irretorquível e de uma naturalidade a toda a prova (ALMEIDA, 2008, p. 31).

Ao discursar novamente sobre a já referida aprovação da PEC 17/2008 no Senado Federal, que teve a conservação da floresta como argumento de defesa do modelo ZFM, Artur Neto (PSDB/AM) deu mostra deste processo de naturalização dos discursos:

Hoje, não vejo mais **ninguém de lucidez na imprensa brasileira criticando**. Não consigo ver. Seria até um pouco hipócrita, acabamos de conceder incentivos fiscais para a indústria automobilística sem que ninguém redigisse nenhum editorial em contrário. **Esse assunto está superado**. Eu sequer perco tempo com essas coisas, porque **quem não compreendeu que a floresta está em pé por causa da Zona Franca é porque ou não quer compreender - e aí é má-fé - ou porque não é capaz de compreender - e aí é complicado**. **Eu não me dediquei à atividade de educador. Respeito muito os professores, mas eu não sou professor**. Sou simplesmente um parlamentar, defendo minhas posições e enfrento as posições em contrário com respeito, mas não fujo das adversidades (NETO, 2010d, negritos nossos).

Outro exemplo do quanto o debate público sobre a continuidade dos incentivos fiscais às indústrias em Manaus encontra-se cerceado se refere ao trabalho do pesquisador Antônio Botelho, que fez carreira como técnico da Suframa. Autor de “Redesenhando o projeto ZFM – um estado de alerta (uma década depois)” (BOTELHO, 2006), ele sintetizou suas críticas ao modelo ZFM no seguinte trecho do referido livro:

Manaus ancora sua economia num enclave industrial moderno, porque sua operacionalidade está estruturada em capital e tecnologia exógena. Tal fato caracteriza seus cidadãos como filhos bastardos da era eletroeletrônica. Neste sentido, as evidências de seu crescimento econômico representam um presente de grego, pois, no limite, o Projeto ZFM é um “cavalo de Tróia”. As evidências das marcas transnacionais instaladas no PIM, a determinarem a divisão internacional do trabalho, obstaculizam a criação e o desenvolvimento de amazonidades, além de constituir possíveis argumentos futuros visando possessões amazônicas a exemplo das bandeiras nacionais fincadas na Antártida. Esta dependência política, confirmando o atraso industrial e tecnológico, tem origem na formação socioeconômica do Brasil e se mantém com o marco regulatório do Projeto ZFM (BOTELHO, 2006, p. 262).

As ideais de Botelho, de maneira geral, foram mal recebidas no Amazonas. Tanto que na orelha do referido livro, o editor Tenório Telles destacou:

Antônio Botelho lega ao pensamento econômico uma importante contribuição de caráter analítico. Se as **suas opiniões geraram incompreensões** e se, por elas, **foi ignorado**, nem, por isso, deixa de ter razão. Pela sua sinceridade e isenção, acredito que o tempo lhe dará razão e **a história o redimirá dos insultos e da indiferença** (BOTELHO, 2006, p. 317, negritos nossos).

No prefácio à primeira edição do livro de Botelho, escrito em 1996, Serafim Correa¹²⁵ evidenciou a dificuldade dos defensores da Zona Franca de Manaus em lidar com as críticas aos incentivos fiscais ou a outros aspectos do modelo:

De nossa parte, de parte dos manauenses, pelos seus segmentos representativos [da ZFM], a postura adotada foi, preponderantemente, a do choro. Nestes quase trinta anos nos limitamos a chorar, a reclamar, a resmungar, quando críticas eram feitas ao modelo.

Os que, ao longo desses anos, tiveram a iniciativa de fazer autocrítica, de pensar em ajustes, de formular e propor o aperfeiçoamento do modelo original, foram acusados de serem contra a Zona Franca de Manaus (CORREA in BOTELHO, 2006, p. 11).

Em 2010, o jornal “A Crítica” enfim deu voz às ponderações de Botelho na matéria “Um obstáculo chamado ZFM”, que não por acaso recebeu como destaque gráfico¹²⁶ os dizeres “Outra visão”. O texto repercutiu um artigo que havia sido recentemente publicado pelo pesquisador, afirmando que a lógica de substituição de importação na qual a Zona Franca se insere “constitui uma pedra ao desenvolvimento de um capitalismo e de tecnologias na Amazônia, razão das oportunidades até aqui perdidas no que tange à criação de um novo marco civilizatório na Região, agora sob o signo da sustentabilidade” (BRANCO, 2010, p. E3).

Em 2011, o Partido dos Trabalhadores (PT) organizou em Manaus um seminário¹²⁷ que também contrariou o suposto consenso a favor do modelo ZFM. Como resultado de um dia inteiro de palestras, o diretório estadual do PT publicou a revista “O Partido dos Trabalhadores (PT) e a Zona Franca de Manaus (ZFM): propostas para um novo tempo” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2011). Em sua fala no evento, reproduzida pela publicação institucional, o senador João Pedro (PT/AM) declarou que “hoje o PT tem consciência que esse modelo, como está, não cabe num processo de democracia, ele não pode

125 Serafim Correa só viria a se tornar prefeito de Manaus nove anos depois, entre 2005 e 2008. Ele é pai do deputado federal Marcelo Serafim.

126 Esse destaque gráfico é conhecido no jargão jornalístico como chapéu. São palavras de categorização localizadas acima da manchete (título uma matéria).

127 O seminário foi realizado no contexto da disputa partidária pelo cargo de superintendente da Suframa, que estava vago após a renúncia de Flávio Grosso, motivada por denúncias de corrupção, conforme visto no segundo capítulo. O PMDB, do governador Eduardo Braga, ganhou a batalha e conseguiu que o novo superintendente indicado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) fosse o então secretário-executivo da Secretaria do Estado da Fazenda, Thomaz Nogueira.

mais ser simplesmente um modelo de exceção, onde 'ninguém toca' e fica por isso mesmo” (PEDRO, 2011, p. 13).

Essa postura crítica contrasta com a de apoio irrestrito à manutenção e prorrogação dos incentivos fiscais que mais de uma vez o senador petista exibiu no plenário do Congresso Nacional. Na carta pública resultante do referido seminário, inclusive, o próprio PT reconheceu que:

Como os demais partidos e lideranças políticas de nossa base aliada também nos apoiamos, eleitoralmente, nos êxitos que a ZFM vinha tendo e acabamos ajudando a criar, mesmo sem intenção, a ilusão de que a ZFM estava imune a problemas e forte para enfrentar qualquer ameaça (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2011, p. 35).

4.3. Preservacionismo

A story line da dupla ameaça do fim da ZFM caracteriza-se pelo tom alarmista¹²⁸, conforme já visto. De acordo com Christina Foust e William O’Shannon (2009), há dois tipos de enquadramento fatalista: o trágico, que vê a catástrofe como inevitável e o ser humano como culpado, e o cômico, que abre espaço para mitigação e enxerga os homens e mulheres como pessoas que cometeram um engano.

Seguindo essa divisão, pode-se afirmar que o roteiro que vincula o fim da ZFM ao desemprego e ao desmatamento é do tipo fatalista trágico. Nele, a narrativa da volta ao interior do Amazonas dos trabalhadores do PIM significa necessariamente a destruição da floresta. Os operários, portanto, são retratados como os grandes culpados pela catástrofe inevitável, conforme pode ser percebido nos trechos de três respostas dadas por escrito por executivos de Manaus quando perguntados se concordam com a afirmação de que o Polo Industrial de Manaus é o principal responsável pela preservação da floresta no Amazonas:

Concordo totalmente. O estado do Amazonas possui aproximadamente 3,5 milhões de habitantes e o Polo Industrial de Manaus é responsável por quase 80% da atividade econômica do estado, fazendo com que 50% da população resida na cidade de Manaus, **reduzindo a pressão por desmatamento pelas comunidades ribeirinhas para agricultura de subsistência** (relato pessoal, negrito nosso).

Concordo totalmente. O Polo concentrou as pessoas em torno dele. **Gerou emprego para as pessoas que possivelmente estariam espalhadas pelo estado consumindo a floresta.** Veja na foto de satélites o Amazonas e compare com o

128 Alguns estudos mostraram que o enquadramento catastrófico leva à paralisia – e isso foi tomado como verdade máxima por muitas ONGs ambientais. Robert Brulle (2010) lembrou, porém, que o efeito de uma mensagem sobre o público é uma questão mais complexa e que há outras pesquisas apontando que a catástrofe pode incentivar a ação coletiva, principalmente se ela tiver um tom de desafio, não de ameaça.

Pará, por exemplo. Vai constatar uma enorme diferença na área devastada (relato pessoal, negrito nosso).

Sim, pois promove o pleno emprego e as empresas são, em sua esmagadora maioria, conscientes de que esse modelo é fundamental para a nossa sustentabilidade. **Essa combinação dá à população o sustento necessário, com mais conforto, para evitar que coloquem a selva em risco** (relato pessoal, negrito nosso).

Essa visão de natureza selvagem, na qual meio ambiente protegido é meio ambiente sem gente, faz parte do ideário preservacionista, tipicamente romântico, que se fortaleceu no começo do século XX como resposta à industrialização e urbanização dos denominados “países do Norte”¹²⁹ (LITTLE, 2004, p. 330). Seu berço foram os Estados Unidos da América, país cuja identidade nacional se assentou em belezas naturais que, na falta de construções antigas como na Europa, cumpriram o papel de monumentos históricos (DIEGUES, 2000).

O preservacionismo influenciou a criação de áreas de proteção integral em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, expulsando muitos moradores de seus territórios. As chamadas ciências naturais cumpriram papel fundamental na formulação desse discurso: tendo excluído o ser humano de seu objeto de estudo, toda transformação causada por atividade antrópica se configurava como ação externa, como impacto nocivo. Ou seja, o reducionismo biológico desconsiderava a relação entre as práticas sociais e as condições materiais, ignorando que a natureza é uma construção simbólica de uma determinada cultura (DIEGUES, 1996).

Principalmente a partir dos anos 1970, porém, o preservacionismo foi perdendo força, à medida em que as práticas e os saberes dos povos e comunidades tradicionais passaram a ser cada vez mais reconhecidos como fundamentais para a conservação ambiental. Ocorreu, assim, o movimento descrito por Boaventura de Souza Santos (2003), no qual tradições e hábitos outrora considerados ultrapassados (pré-modernos) voltam (não sem resistência) a ser valorizados (elevados à categoria de pós-modernos¹³⁰).

129 Um estudo fundador do embate entre o discurso preservacionista e o conservacionista no começo do século XX foi publicado por Christine Oravec em 1984 (MILSTEIN, 2009). Dentro das categorias dos discursos ambientais modernos propostas por John Dryzek (2005) apresentadas no primeiro capítulo, o preservacionismo faz parte do sobrevivencialismo (ver quadro 2.1). Já na tipologia de Joan Martinez-Allier, ele é denominado como culto ao silvestre (PRADO e BUENO, 2012).

130 De acordo com o sociólogo português, vivemos um período de transição paradigmática da Modernidade para uma fase ainda sem nome, que vem sendo chamada de Pós-Modernidade. A relação entre o moderno e o chamado pós-moderno está repleta de aparentes contradições: ao mesmo tempo em que se vivencia uma

O conceito de comunidades tradicionais tem recebido inúmeras críticas, sendo que a principal diz respeito ao isolamento involuntário e à pobreza a que estariam condenados os também chamados “povos da floresta” (ALMEIDA, 2004). Em outras palavras: as ditas comunidades tradicionais seriam vistas como guardiãs da natureza, não como sujeitos com cultura dinâmica e portadores de direitos (DIEGUES, 1996).

Edna Castro (2003) observou que o termo comunidades tradicionais é impreciso e generalista, mas lembrou que ele tem sido usado como auto-nomeação, o que lhe confere elementos de identificação política e de reafirmação de direitos. Muitos moradores da floresta adotaram a denominação comunidade como bandeira de luta e, não por acaso, a política pública criada em 2007 pelo governo federal brasileiro, com intensa participação deles, intitulou-se Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, deslocando o termo populações, mais apolítico, proveniente do campo da demografia (ALMEIDA, 2007).

No discurso contemporâneo de defesa da Zona Franca de Manaus, porém, os povos e comunidades tradicionais do Amazonas sequer aparecem. Nega-se a eles, assim, “o essencial da cidadania” que é “direito de ver e ser visto e ouvido”, o “direito de existir social, política e culturalmente, tanto na esfera individual quanto na coletiva” (BARBERO, 2007, p. 35). No Fórum Internacional de Sustentabilidade, citado no terceiro capítulo, que reuniu 300 lideranças empresariais em Manaus, em 2010, por exemplo, dirigentes da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) foram convidados apenas como figurantes exóticos. A participação deles se limitou a entregar, de rosto pintado e cocar, uma bandeira do Amazonas ao cineasta James Cameron¹³¹, ao som da música instrumental Tema da Vitória (trilha sonora das corridas de Ayrton Senna).

massificação da cultura de mercado, globalizante, com desterritorialização dos povos, assiste-se à emergência de novos localismos, baseados em territórios reais ou imaginários (SANTOS, 2003).

131 Este célebre diretor colhia os louros pelo sucesso recente do filme Avatar. Nesta visita a Manaus, ele fez um sobrevoos sobre a floresta a convite do governo estadual, que depois divulgou que Cameron cogitava filmar Avatar 2 na Amazônia.

Capítulo 5: de qual ambientalização estamos falando?

A invisibilidade dos povos e comunidades tradicionais no discurso que vincula a Zona Franca de Manaus à conservação da floresta, discutida no capítulo anterior, é característica não apenas do ideal preservacionista da natureza selvagem, mas também da modernização ecológica. Conforme visto no primeiro capítulo, a modernização ecológica é um discurso de sustentabilidade cujas palavras-chave são gestão e inovação (DRYZEK; 2005; HAJER, 1995; HAJER E VERSTEEG, 2005; MOL E SONNENFELD, 2000). É uma abordagem ambiental tecnocrática, centrada no uso de instrumentos de mercado (BRULLE, 2010; OELS, 2005), dentro da qual nasceu e vem sendo construído o conceito de economia verde.

O termo é fruto dos debates sobre meio ambiente e economia promovidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde 1984 (HAJER, 1995). Porém, a OCDE prefere falar em crescimento verde, visto como um meio de superar os impactos das recentes crises econômicas e financeira internacionais. Assim, em 2009, ministros dos países membro da OCDE assinaram a Declaração do Crescimento Verde, que deu origem dois anos depois à Estratégia de Crescimento Verde. O documento incluía um catálogo de indicadores para medir progresso e um pacote de políticas a serem adaptadas e implantadas por cada país (BÄR, JACOB e WERLAND, 2011).

Já no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a principal articulação multilateral pautada pelo paradigma da modernização ecológica foi a Iniciativa sobre Economia Verde, criada em 2008 (RIBEIRO, 2011; VILLAMAR, 2011), também já citada no primeiro capítulo. Ela concebeu a economia verde como “aquela que resulta em melhoria do bem-estar humano e da igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica” (PEREIRA, 2011, p. 25). Ou seja, a economia verde seria um caminho para o desenvolvimento sustentável, pela via do mercado.

O relatório “Rumo à economia verde”, publicado pelo Pnuma em 2011, propôs o investimento de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial para financiar essa transição, mas não explicitou de onde viriam os recursos (LANDER, 2011). Em artigo contemporâneo ao relatório, Ignacy Sachs fez algumas sugestões: contribuições dos países desenvolvidos (de pelo menos 0,7% do Produto Nacional Bruto) para um Fundo de Desenvolvimento das

Nações Unidas; taxaço das transações financeiras internacionais; imposto sobre carbono; e tributos sobre o oceano e o ar, “na forma de uma taxa pela utilizaço de partes do patrimnio comum da humanidade (incluindo a possibilidade de isentar, sob certas condiçoes, navios e avioes de paies menos desenvolvidos)” (SACHS, 2011, p. 16).

Para Sachs (2011), a economia verde só faz sentido se for para o bem estar de toda a sociedade, o que exige planejamento estatal. Ele destacou, porém, que:

O planejamento, filho da economia de guerra, prosperou na era do ábaco. Paradoxalmente, é desprezado na era do computador. Há dois motivos para isso: o mito da Mão invisível, conveniente para os capitalistas, e as relações espúrias entre planejamento e regimes autocráticos no passado (SACHS, 2011, p. 11).

Em tempos de recessão econômica na Europa, Japão e Estados Unidos, os países do Norte recusaram-se a firmar compromissos de transferência de recursos para os países do Sul. O documento final aprovado na Rio+20, “O futuro que queremos”, limitou-se a afirmar que os países “reconheciam a necessidade de mobilização significativa de recursos de uma fonte variada” (ONU, 2012, p. 44).

Do escopo geral proposto pela OCDE e reenquadrado pelo Pnuma, esses países desenvolvidos focaram a geração de empregos em seus próprios territórios, por meio da criação e do aprimoramento das “tecnologias verdes” (como as de energia renovável). Assim, durante os debates preparatórios à Rio+20 e na própria conferência, uma preocupação comumente levantada pelos países europeus foi a falta de qualificação da mão de obra para os “novos setores da economia” e o risco de desemprego em virtude da esperada diminuição dos investimentos nos setores da “economia marrom” (como o de combustíveis fósseis) (BÄR, JACOB e WERLAND, 2011).

Já o grupo dos ditos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento (G-77), de maneira geral, expressou sua desconfiança com o discurso da economia verde. Antes e durante a Rio+20, além de insistir no aumento da transferência de recursos e de tecnologia do Norte para o Sul, o chamado G-77 alertou para o risco da elevação das barreiras comerciais nos chamados países desenvolvidos, travestidas de condicionantes ambientais. E também defendeu a necessidade de se reafirmar os princípios pactuados na Rio-92, especialmente o de responsabilidade comum, porém diferenciada, o do foco na erradicação da pobreza e o do direito ao desenvolvimento (BÄR, JACOB e WERLAND, 2011).

Nos debates paralelos à Conferência das Nações sobre Desenvolvimento Sustentável, mais do que tentar influenciar a construção do conceito de economia verde e seus desdobramentos práticos nas negociações multilaterais, os movimentos sociais vinculados à luta por justiça global promoveram a denúncia do termo. Eles argumentaram que enquanto a face pública da economia verde parecia sofisticada (combater a pobreza e redirecionar os investimentos para formas de produção menos impactantes), sua face oculta escondia o projeto de privatização da natureza e da cultura (a criação de novos mercados para a contínua expansão do capitalismo). Não por acaso, o conjunto de atividades da sociedade civil durante a Rio+20 não vinculado à conferência oficial, denominado Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental, teve como lema “contra a mercantilização da vida e pelos bens comuns”.

Essas organizações e movimentos destacaram que, ironicamente, Revolução Verde foi o nome do processo de mecanização e intensificação de uso de agrotóxicos vivenciado pela agricultura mundial no século passado. Lembraram ainda que o verde é a cor das notas de dólar norte-americano (REPORTER BRASIL, 2012a).

De fato, no discurso hegemônico sobre a economia verde não entram em pauta as desigualdades sociais nem o combate à extrema riqueza. Em outras palavras: não há um “questionamento mais incisivo aos atuais padrões perdulários de consumo e estilos de vida nas economias de mercado” (PEREIRA, 2011, p. 26). Por isso a Associação das Academias de Ciência da Ásia¹³² propôs o termo desenvolvimento verde como alternativa às noções de economia ou crescimento verdes, já que “uma mudança social abrangente – que inclui não apenas tecnologias, mas instituições, culturas, estilos de vida e padrões de consumo – é necessária para se atingir a sustentabilidade” (BÄR, JACOB e WERLAND, 2011, p. 15, tradução nossa¹³³).

Seguindo a linha de exaltação ao progresso tecnológico e material, os documentos oficiais que trataram da economia verde também não reconheceram os limites ecológicos ao crescimento econômico (ABRAMOVAY, 2011). As posições mais comuns neles são a crença no crescimento ilimitado (tentando desassociar crescimento e uso dos recursos, via tecnologia

132 AASA, na sigla em inglês: Association of Academies of Sciences in Asia.

133 Do original: “The concept of green development marks a significant alternative to other notions of Green Economy or Green Growth in acknowledging that a comprehensive societal change – that includes not just technologies, but institutions, cultures, lifestyles and consumption patterns – is necessary to achieve sustainability”.

e eficiência¹³⁴) ou a defesa do decrescimento seletivo (apenas de alguns setores, como o dos combustíveis fósseis) (BÄR, JACOB e WERLAND, 2011).

O discurso da economia verde parece ignorar que a aposta no consumo como projeto de inclusão social e felicidade “tende fatalmente a neutralizar, em algum momento, ganhos com eficiência energética e uso de matérias-primas” (PEREIRA, 2011, p. 27). Conforme resumiu Ricardo Abramovay (2011, p. 26, *itálico no original*): “A inovação tecnológica é fundamental e tem contribuído, de fato, para o desligamento relativo entre a riqueza e o uso de materiais. *Mas esse descasamento é apenas relativo: em termos absolutos a pressão sobre os ecossistemas é cada vez maior*”.

Um exemplo da afirmação anterior é a indústria de cosméticos Natura. Seus inventários de emissão de gases de efeito estufa demonstram que essa empresa brasileira conseguiu diminuir as chamadas emissões relativas (por unidade de produto fabricado), mas ainda assim aumentou suas emissões totais. Isto porque a produção dobrou, ironicamente impulsionada pelo marketing da sustentabilidade (relato oral¹³⁵).

5.1. A ZFM na economia verde

A ambientalização do discurso de defesa da Zona Franca de Manaus insere-se no discurso da modernização ecológica não apenas pelo que esconde, como o papel dos povos e comunidades tradicionais na conservação da floresta ou as profundas desigualdades sociais da capital amazonense. A característica mais marcante que permite afirmar que o roteiro da dupla ameaça do fim da ZFM bebe na fonte da modernização ecológica é aquilo que ele evidencia: o setor privado empresarial.

Não por acaso, às vésperas da Rio+20, a revista “Suframa Hoje” teve como chamada de capa “Economia verde”, acompanhada da imagem de um corpo de paletó e gravata segurando uma muda de árvore (ver figura 6.1).

134 Um dos indicadores de “sucesso” da economia verde é a redução da relação tonelada de gás carbônico emitidas por dólar do Produto Interno Bruto (BRASIL, 2011).

135 Palestra pública proferida por Wilson Bispo, sócio da consultoria Tistu (que produz relatórios de sustentabilidade para empresas), durante o IV Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental, em 19 de novembro de 2011, no Rio de Janeiro.



Figura 5.1 – Revista Suframa Hoje publicada às vésperas da Rio+20

Fonte: Suframa (2012i).

Quatro anos antes, uma imagem de mesmo tom já havia sido capa da revista, sobre o título “Amazônia sustentável”. Na edição de fevereiro de 2008, uma mão segurava o “cubo da sustentabilidade”, no qual estavam retratados a agricultura familiar, o agronegócio e um laboratório. Mais uma vez, o paletó (do qual agora era visível somente a manga) foi o símbolo do suposto protagonismo das empresas (e seus executivos) no cuidado com o meio ambiente (ver figura 6.2).

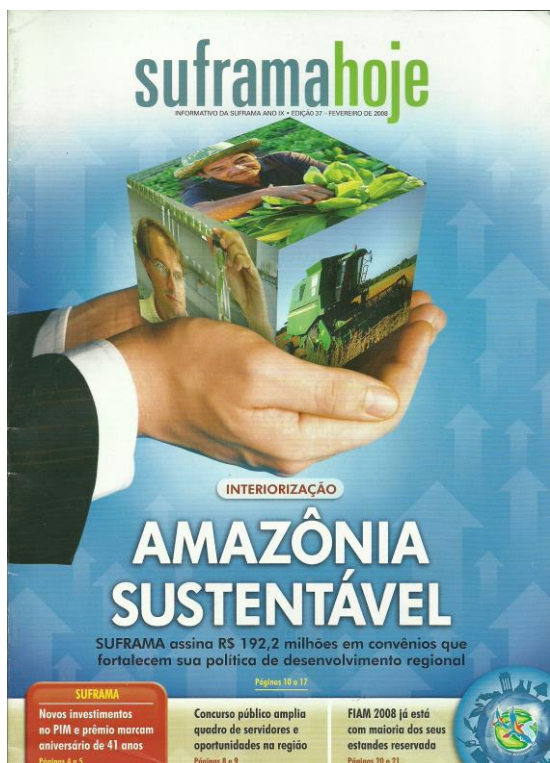


Figura 5.2 – Revista Suframa Hoje de fevereiro de 2008

Fonte: Suframa (2008h).

No lobby pela manutenção dos incentivos fiscais da ZFM, afirma-se que as indústrias do PIM protegem a floresta porque mantêm as pessoas na cidade, trabalhando em “fábricas limpas”. Um exemplo é o seguinte trecho de um pronunciamento do senador Artur Neto (PSDB/AM):

[...] Uma população faminta avança sobre a mata, sobre a floresta. Uma população que tem, a partir da Zona Franca de Manaus e do seu polo industrial, alternativas econômicas, o resultado é 98% da floresta estarem de pé e não devastados. **Indústrias**, por outro lado, **sem chaminé, que não poluem** [...] (NETO, 2010c, negritos nossos).

A ênfase nas chamadas tecnologias limpas como sinônimo de atividade econômica sustentável também fica evidente na matéria abaixo publicada por “A Crítica” sobre uma nova unidade da indústria química Videolar, localizada no PIM:

Com equipamentos modernos, que permitem uma redução da ordem de 30% no consumo de energia elétrica em relação aos modelos convencionais utilizados no mercado, a unidade oferecerá avançados recursos de preservação ao meio ambiente,

entre eles um sistema de tratamento e reutilização da água. “A preocupação e respeito que temos com o meio ambiente foi fundamental para planejarmos e adequarmos a nova unidade. Além disso, tudo estará em conformidade com a norma ISO 14001, que estabelece as diretrizes da gestão ambiental”, acrescenta Silas Paulo Varone, gerente do projeto. Com o empreendimento, a Videolar amplia sua atuação no segmento de derivados de petróleo (REDAÇÃO, 2008f, A14).

Conforme preconizou Neli Aparecida de Mello (2006, p. 210):

A inserção da região amazônica na economia-mundo provavelmente se dará por meio de certificações de seus produtos primários, na gestão empresarial por meio da adequação às normas da ISO 14001 de controle de qualidade ambiental, da união biodiversidade-bioindústria, e no estabelecimento de mecanismos de controle da biopirataria em suas fronteiras por meio da criação de um setor de produtos verdes. Isso significa que as possibilidades de investimento serão predominantemente privadas, unindo empresas nacionais e capitais de origem externa.

O segundo e o terceiro capítulos deste livro apresentaram evidências de que a ZFM vem tentando, com dificuldade, caminhar a partir do mapa da modernização ecológica descrito acima. Iniciativas como a revisão do Processo Produtivo Básico (PPB) dos Cosméticos, a elaboração do Plano Diretor da Gestão de Resíduos Industriais do PIM, o fortalecimento do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) e a constituição do selo de origem para os produtos amazônicos que utilizam de forma sustentável matérias-primas da floresta são exemplos da tentativa de inserir a Zona Franca na chamada economia verde. As dificuldades que essas quatro frentes enfrentam, já apresentadas, revelam a distância entre as promessas e a realidade desse projeto de ambientalização enquadrado pelo mercado.

Já que a teoria econômica é um caso particular de teoria dos campos, não o seu elemento fundador (BOURDIEU, 1989), o que explicaria a ascendência do capital econômico sobre as outras formas de capital simbólico? Uma resposta possível é que o dinheiro tem liquidez, “permite uma economia do cálculo econômico”, é “mais fácil de gerir racionalmente”, “de calcular e de prever (o que faz com que ele esteja intimamente ligado ao cálculo e à ciência matemática)” (BOURDIEU, 2004, p. 133).

Ao discorrer sobre o processo de adensamento dos discursos histórico-políticos, Foucault (2005, p. 250) observou que:

Quanto mais regularmente formado é o saber, mais é possível, para os sujeitos que nele falam, distribuir-se segundo linhas rigorosas de afrontamento, e mais é possível fazer esses discursos, assim afrontados, funcionarem como conjuntos táticos diferentes em estratégias globais (em que não se trata simplesmente de discurso e de verdade, mas igualmente de poder, de status, de interesses econômicos). Em outras palavras, a reversibilidade tática do discurso depende diretamente da homogeneidade das regras de formação desse discurso.

Essa afirmação ajuda a explicar por que um discurso mais difuso de sustentabilidade, identificado pelo termo desenvolvimento sustentável, vem dando espaço a uma abordagem mais pragmática, da modernização ecológica, materializada na expressão economia verde. No campo da sustentabilidade lato sensu, ainda em formação, a distinção de posições nem sempre é possível. Já o campo econômico, mais consolidado, permite essa “reversibilidade tática”, ou seja, a mobilização de uma lógica de privatização para atender fins supostamente públicos.

Assim, a ambientação do discurso de defesa da Zona Franca de Manaus deve ser vista como uma ação estratégica, não como conversão iluminada nem como mero oportunismo. Não se trata de condenar nem de absolver esse processo de esverdeamento, mas de entender o que ele revela, que vozes e processos fala e quais silencia (TONKISS, 2001).

5.2. Silenciamentos

Segundo Foucault (2002, p.10) há três tipos de mecanismos de exclusão: “a palavra interdita, a partilha da loucura e a vontade de verdade”. Eles não dizem respeito aos silenciamentos da ordem do enunciador, como aqueles estudados por Eda Tassara (2006) em processos educadores que pressupunham participação – e que podiam ser tanto fruto de aparente desinteresse, do distanciamento do universo interior do participante, da personalidade do mesmo ou da dinâmica do próprio coletivo. Tratam-se, sim, de mecanismos de exclusão na ordem do discurso, que funcionam como constrangimentos que limitam seus poderes (FOUCAULT, 2002).

O primeiro deles, a palavra interdita, materializa-se nos temas proibidos (tabu do objeto), nos contextos e ambientes opressores (ritual da circunstância) e/ou no direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala, compondo um “jogo de três tipos de interditos que se cruzam, que se reforçam ou que se compensam, formando uma grelha complexa que está sempre a modificar-se” (FOUCAULT, 2002, p.2). Conforme sintetizou Foucault (2002, p. 2): “Temos consciência de que não temos o direito de dizer o que nos apetece, que não podemos falar de tudo em qualquer circunstância, que quem quer que seja, finalmente, não pode falar do que quer que seja”.

O segundo modo de exclusão caracteriza-se pela oposição entre razão e loucura, ou seja, pelo questionamento do valor de um discurso a partir da afirmação de insanidade do

emissor. Foucault observou como historicamente o discurso das pessoas consideradas loucas não tinha validade jurídica e, no máximo, alcançava o status de previsão mágica:

É curioso reparar que na Europa, durante séculos, a palavra do louco, ou não era ouvida, ou então, se o era, era ouvida como uma palavra verdadeira. Ou caía no nada — rejeitada de imediato logo que proferida; ou adivinhava-se nela uma razão crédula ou subtil, uma razão mais razoável do que a razão das pessoas razoáveis. De qualquer modo, excluída ou secretamente investida pela razão, em sentido estrito, ela não existia (FOUCAULT, 2002, p. 3).

Já a oposição entre o verdadeiro e o falso representa o terceiro sistema de exclusão que, segundo Foucault, é mais situacional e sutil que os dois anteriores:

É claro que, colocando-nos, no interior de um discurso, ao nível de uma proposição, a partilha entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas, numa outra escala, se nos pusermos a questão de saber, no interior dos nossos discursos, qual foi, qual é, constantemente, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos da nossa história, ou, na sua forma muito geral, qual o tipo de partilha que rege a nossa vontade de saber, então talvez vejamos desenhar-se qualquer coisa como um sistema de exclusão (sistema histórico, modificável, institucionalmente constrangedor) (FOUCAULT, 2002, p.3).

Esse terceiro sistema de exclusão, aparentemente mais frágil, tem ganhado força desde o Iluminismo e constitui um pilar da sociedade ocidental contemporânea (FOUCAULT, 2002). Não por acaso, portanto, é a vontade de verdade o mecanismo de exclusão que mais se manifesta no discurso de que a Zona Franca de Manaus protege a floresta, tanto por meio da busca por sua validação científica, apresentada no terceiro capítulo, quanto da negação sistemática da legitimidade das críticas à manutenção dos incentivos fiscais, discutida no quarto capítulo.

A vontade de verdade está presente, por exemplo, neste trecho de um pronunciamento em plenário de Jefferson Praia (PDT/AM), em que o senador fala a respeito da pesquisa do Instituto Piatam acerca do “Impacto virtuoso do Polo Industrial de Manaus sobre a proteção da floresta amazônica”:

Esse estudo, Sr. Presidente, **comprova** que o Polo Industrial de Manaus contribuiu para que o Estado do Amazonas tivesse até hoje 98% dos recursos naturais preservados.

Em vista de todos esses benefícios, considero, portanto, tenham **sido mais que justificáveis** as duas prorrogações do regime de incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, verificada a primeira em 1988, quando da promulgação da Constituição Federal, estendendo sua vigência por mais 25 anos, e a segunda em 2003, prorrogando esse horizonte temporal por outros dez anos (PRAIA, 2008a, negritos nossos).

Além dos três tipos de mecanismos de exclusão, Foucault (2002) listou também três “mecanismos moduladores” ou “princípios de limitação” dos discursos: o comentário, a autoria e a disciplina. O primeiro é o retorno de um discurso, com o papel de revelar aquilo que estava implicitamente articulado no discurso fundador. Segundo Foucault (2002, p. 7), “o comentário deve, num paradoxo que ele desloca sempre mas de que nunca se livra, dizer pela primeira vez aquilo que já tinha sido dito entretanto, e repetir incansavelmente aquilo que, porém, nunca tinha sido dito”.

Já a autoria é um mecanismo complementar ao comentário, que modula um discurso a partir da identidade construída sobre sua origem, “como lastro da sua coerência” (FOUCAULT, 2002, p. 7). No domínio da ciência, por exemplo, até o século XVIII, a atribuição a um autor era indispensável como um indicador de verdade. Já na literatura,

a partir da mesma época, a função do autor tem vindo a reforçar-se: a todas essas narrativas, a todos esses poemas, a todos esses dramas ou comédias que circulavam na Idade Média num anonimato mais ou menos relativo, a todos eles é-lhes agora perguntado (e exige-se-lhes que o digam) donde vêm, quem os escreveu; pretende-se que o autor dê conta da unidade do texto que se coloca sob o seu nome ; pede-se-lhe que revele, ou que pelo menos traga no seu íntimo, o sentido escondido que os atravessa ; pede-se-lhe que os articule, com a sua vida pessoal e com as suas experiências vividas, com a história real que os viu nascer (FOUCAULT, 2002, p. 7).

Por fim, a disciplina constitui o terceiro “princípio de limitação” do discurso. Ela se contrapõe ao comentário, porque supõe a possibilidade de novas proposições (a descoberta), e também à autoria, já que deve ser anônima (no sentido de universal, objetiva) (FOUCAULT, 2002).

No processo de ambientalização da ZFM, influenciado pela modernização ecológica, a disciplina cumpre um papel de destaque como modulador desse discurso, complementar ao mecanismo da vontade de verdade. A título de exemplo, vejamos o trecho de outro pronunciamento do senador Jefferson Praia (PDT/AM):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quem vive no Amazonas é testemunha, em primeira mão, dos efeitos benéficos do Polo Industrial de Manaus (PIM), para a economia e a sociedade locais. Agora, **essa percepção, difusa e generalizada, alcança finalmente estatuto de comprovação científica** graças a estudo coordenado pelos Professores, Doutores Alexandre Rivas, José A . Mota e José Alberto da Costa Machado, com o título “Impacto Virtuoso do Pólo Industrial de Manaus sobre a Proteção da Floresta Amazônica: Discurso ou Fato?” (PRAIA, 2008b, negrito nosso).

Foucault (2002) definiu ainda um terceiro grupo de restrições na ordem do discurso, além dos já citados mecanismos de exclusão e princípios de limitação. Ele denominou esse terceiro grupo de “seleção dos sujeitos falantes”, cuja forma “mais superficial e mais visível” seria constituída “por aquilo que se pode agrupar sob o nome de ritual” (FOUCAULT, 2002, p. 10):

[...] o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo do diálogo, na interrogação, na recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo o conjunto de sinais que devem acompanhar o discurso; o ritual fixa, por fim, a eficácia, suposta ou imposta, das palavras, o seu efeito sobre aqueles a quem elas se dirigem, os limites do seu valor constrangedor (FOUCAULT, 2002, p. 10).

Os exemplos mais clássicos do exercício de ritual são os discursos religiosos, jurídicos e terapêuticos. Mas os discursos políticos também estão, em parte, associados a esse mecanismo “que determina para os sujeitos falantes, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis convenientes” (FOUCAULT, 2002, p. 10), já que “a política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos” (BOURDIEU, 1998, p. 159).

Segundo Bourdieu (1990), os indivíduos só se constituem como grupo quando um porta-voz fala em nome deles, os representa. Só unidos os dominados têm visibilidade e voz, ou seja, apenas com a constituição de um mandatário é que eles conseguem passar da existência serial à coletiva, objetivando-se em um movimento e/ou organização.

A constituição do grupo a partir da definição de um porta-voz seria, portanto, o primeiro ato da delegação. O segundo ato seria o processo de institucionalização do movimento, a criação de um aparelho burocrático. É neste momento que o representante começa a se afastar dos representados, porque a dinâmica institucional do partido, do sindicato ou da associação se torna mais demandante do que as pessoas pelas quais ela existe. Em outras palavras: a institucionalização tende a desmobilizar o movimento, criando militantes profissionais que possuem uma rotina e uma linguagem difíceis de serem acompanhadas pelo restante dos que formam o grupo (BOURDIEU, 1990).

Esse “mistério do ministério” (BOURDIEU, 1990, 1998), no qual o ritual constitui um mandatário que personifica o grupo, marca tanto a política profissional quanto o jornalismo. Entre os porta-vozes privilegiados da ZFM, não por acaso, o jornal “A Crítica” tem como

slogan “De mãos dadas com o povo” e os parlamentares federais do Amazonas fazem a defesa da permanência dos incentivos fiscais em nome dos “amazônidas”:

A Zona Franca de Manaus é um dos poucos projetos que deram certo na Amazônia. Temos de entender que não pode ter prazo determinado, pois ajuda também na manutenção da biodiversidade e da floresta. O Estado do Amazonas mantém 98% de sua cobertura vegetal em função da importância estratégica e da coerência conferidas pela Zona Franca de Manaus ao meio ambiente. Portanto, peço a esta Casa, ao Governo Federal, ao Brasil; peço também ao Ministro Guido Mantega, que até recentemente não concordava com prorrogação dos incentivos da Zona Franca de Manaus até 2033, que compreendam que ela não pode ter prazo marcado. O prazo para o fim da Zona Franca de Manaus será o mesmo para que o Brasil aprenda a trabalhar com a Amazônia, **na qual há 23 milhões de pessoas**. Além do meio ambiente, da riqueza da biodiversidade, **precisamos pensar na qualidade de vida do amazônida, o homem daquela região** (PRACIANO, 2008, negrito adicionado).

Os interesses implícitos nesse discurso de bem público, geralmente, não costumam ser tão abrangentes ou generosos como podem parecer à primeira vista. No caso da ZFM, um olhar mais cuidadoso revela um bem relacional, aquele cujo bem-estar advindo diminui quando o mesmo se populariza. A metáfora utilizada por Hajer (1995) para exemplificar os bens relacionais (*positional goods*, em inglês) é a do expectador em pé em um estádio: se todos se levantarem, a vantagem dele estar de pé desaparece, ou seja, seu bem-estar torna-se equivalente a quando estavam todos sentados.

Na mesma linha, a força da ZFM reside no fato de que os incentivos fiscais representam uma vantagem comparativa do Amazonas em relação aos demais estados brasileiros. Assim, não é de se estranhar que os parlamentares amazonenses tenham feito lobby pela rejeição da proposta de criação da Zona Franca da Bahia, derrubada na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados (REDAÇÃO, 2008g).

5.3 Poder de plebiscito

Mesmo quando se apoiam na autoridade da ciência, “na luta pela produção e imposição da visão legítima do mundo social, os detentores de uma autoridade burocrática nunca obtêm um monopólio absoluto” (BOURDIEU, 2004, p. 165). Por isso, o campo político oscila “sempre entre dois critérios de validação, a ciência e o plebiscito”, já que a força das ideias políticas está menos no seu valor de verdade do que no de mobilização (BOURDIEU, 1989, p. 185).

Assim, conforme visto no capítulo anterior, o discurso sobre a contribuição ambiental do PIM apoia-se em um roteiro dicotômico e determinista. Como em um plebiscito, de fato, não há espaço para considerações nem críticas: ou se é a favor ou contra a Zona Franca. Um slogan possível, parafraseando os ditadores militares dos anos 1970, seria: “Zona Franca de Manaus: ame-a ou deixe-a”.

Nesse discurso fatalista, o Amazonas só tem duas alternativas: ou consegue que os incentivos fiscais da ZFM sejam prorrogados ou perde seus empregos e a floresta. Trata-se, portanto, de um plebiscito no qual as opções existentes são a continuidade ou o caos, já que “em 42 anos, a Zona Franca se consolidou não só como o principal, mas também único modelo de desenvolvimento do Estado” (REDAÇÃO, 2009e).

Desde 1967, houve apenas duas tentativas no âmbito do governo estadual de “dinamizar” a economia do Amazonas, para torná-la menos dependente da indústria – e ambas não tiveram sucesso (SERAFICO, 2011). A primeira aconteceu nas duas gestões consecutivas de Amazonino Mendes que, entre 1995 e 2002, por meio do plano denominado Terceiro Ciclo¹³⁶, sob o guarda-chuva do desenvolvimento, incentivou a agricultura em larga escala no sul do estado, inclusive com a célebre distribuição gratuita de motosserras (BOTELHO, 2006; SERAFICO, 2011).

A segunda tentativa de dinamização econômica ocorreu durante os governos de Eduardo Braga, entre 2003 e 2010, e recebeu o nome de Zona Franca Verde. Sob o guarda-chuva do desenvolvimento sustentável, ela teve como base a criação de unidades de conservação e as atividades econômicas delas provenientes, como o extrativismo, a pesca e os pagamentos por serviços ambientais (BOTELHO, 2006; CEPAL, 2007; SERAFICO, 2011).

Um dos principais formuladores do programa Zona Franca Verde foi Virgílio Viana, então professor licenciado de Ciências Florestais da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), que ocupava o cargo de secretário estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Em 2011, já diretor geral da Fundação Amazonas Sustentável (FAS)¹³⁷, Viana proferiu a palestra “Economia verde: um

136 O termo Terceiro Ciclo é uma referência à promessa de inaugurar uma nova fase de prosperidade na economia estadual, após o “ciclo da borracha” e o “ciclo da Zona Franca de Manaus” (BOTELHO, 2006).

137 A FAS foi criada em dezembro de 2007, como uma instituição público-privada sem fins lucrativos, para gerenciar uma política do governo do Amazonas de pagamento por serviços ambientais em unidades de conservação estadual (o Programa Bolsa Floresta). Suas primeiras doações vieram do próprio governo estadual e do Banco Bradesco, no valor de R\$ 20 milhões cada uma. A rede Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), que

olhar sobre a Amazônia”, na qual listou sete estratégias para se promover a economia verde na região: 1) aumentar a produtividade e reduzir o impacto de setores como a indústria madeireira, a agropecuária e o turismo; 2) ampliar os investimentos socioambientais de setores com grandes lucro e impacto ambiental, como o de petróleo e gás, hidroeletricidade e mineração; 3) interromper ou “fazer profundas mudanças” em atividades com elevado potencial de degradação ambiental, como extração ilegal de madeira e pecuária extensiva; 4) valorizar os serviços ambientais; 5) ampliar os investimentos de responsabilidade socioambiental das empresas; 6) fortalecer o PIM e a ZFM, reconhecendo sua contribuição para manter a floresta em pé e, por isso, agregando valor extra aos seus produtos; 7) promover a chamada educação para a sustentabilidade (relato oral¹³⁸).

Apesar das estratégias enunciadas acima buscarem conciliar a promoção de atividades econômicas de baixo impacto no interior do Amazonas com a existência do Polo Industrial na capital, o nome Zona Franca Verde não deixa de ser uma ironia. Isso porque, assim como a denominação Terceiro Ciclo, ele anunciava um novo programa para o estado, contrapondo-se à realidade existente, ou seja, à Zona Franca de Manaus (que, subentende-se, não seria verde).

O próprio Viana, na referida palestra, afirmou que no Amazonas, “tirando Manaus, que é uma ilha, nós temos miséria” e que “o Polo Industrial de Manaus tem crescido, mas sem dialogar com a floresta” (relato oral¹³⁹). Na mesma linha, em outro seminário sobre economia verde na Amazônia, o vice-presidente da Natura, Marcelo Cardoso, afirmou que a empresa de cosméticos estava construindo uma base em Manaus de pesquisa em biotecnologia e completou: “A Zona Franca é uma coisa importante, mas não tem a vocação da região” (relato oral¹⁴⁰).

agrega aproximadamente 600 associações, sindicatos, ONGs e movimentos da Amazônia Brasileira, contestou publicamente a designação de uma entidade privada para implementar uma política pública (BRIANEZI, 2010a, 2010b; RIVAL, 2012).

138 A referida palestra foi proferida no dia 27 de outubro de 2011, como parte do seminário "Economia verde na Amazônia: desafios e oportunidades rumo à Rio + 20", que fez parte da programação oficial da VI Feira Internacional da Amazônia, promovida em Manaus pela Suframa.

139 Ibidem.

140 Palestra proferida por Marcelo Cardoso no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP), em 29 de novembro de 2011, dentro do seminário "Economia verde na Amazônia: desafios na valorização da floresta em pé".

5.4. ZFM: ame-a ou deixe-a (em nome da floresta)

O esforço para legitimar a Zona Franca de Manaus como um projeto de interesse nacional (e até internacional) é compreensível, já que é graças aos incentivos fiscais que a capital amazonense possui um Polo Industrial com 600 empresas, que em 2011 geravam cerca de 520 mil empregos diretos e indiretos. A indústria de transformação, majoritariamente dos setores eletroeletrônico e de duas rodas, responde diretamente por 32% do Produto Interno Bruto do Amazonas, mas indiretamente movimenta toda a economia estadual.

O verdejar do discurso sobre a ZFM, porém, ocorreu dentro de um enquadramento fatalista, sem abertura para críticas. Como em um plebiscito, o estado do Amazonas parece ter apenas duas alternativas: ou consegue que os incentivos fiscais sejam prorrogados ou perde seus empregos e a floresta.

Nessa narrativa de raízes preservacionista, a volta dos trabalhadores das indústrias ao interior do estado significa a destruição da floresta pelos operários desempregados. Esse discurso vincula-se à modernização ecológica não apenas pelos temas e vozes que silencia (como o papel dos povos e comunidades tradicionais na conservação ou as profundas desigualdades sociais de Manaus), mas principalmente por aquilo que evidencia: o papel de liderança do setor privado empresarial.

Mais de uma vez, durante o processo de pesquisa, preliminar à elaboração deste livro, a autora foi acusada de ser “contra a ZFM”. Tais reações serviram apenas para reforçar a importância desse estudo, buscou justamente contribuir para problematizar essa postura autoritária, no velho estilo militar do “ame-o ou deixe-o”.

Não se buscou, aqui, ratificar nem retificar a afirmação de que o Polo Industrial de Manaus (PIM) protege a floresta. O objetivo foi, sim, entender de que ambientalização esse discurso fala, que interesses ela normaliza e quais silencia. No fundo, espera-se que essa obra possa contribuir para sair do império da auto-evidência e ajudar a abrir o debate sobre outros projetos de sustentabilidade possíveis (e desejáveis) para o Amazonas.

REFERÊNCIAS

A CRÍTICA. Sempre em defesa da ZFM. **A Crítica**, Manaus, 14 de setembro de 2009. Editorial, p A13.

ABELSON, Donald E. As “think tanks” e a política exterior dos EUA: uma visão histórica. **Revista eletrônica do Departamento de Estado dos EUA**. Volume 7. Número 3. Novembro. Ps. 10-14, 2002.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Apresentação oral realizada na 4ª Conferência Internacional da Mesa Redonda da Soja Sustentável**. Campinas: RTRS, 2009.

ABRAMOVAY, Ricardo. Desigualdade e limites deveriam estar no centro da Rio+20. Dossiê sustentabilidade. **Revista Estudos Avançados**. Volume 25 - Número 73 – Setembro. Ps. 21-34, 2011.

Abramovay, Ricardo. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Editora Planeta, 2012.

AGÊNCIA CÂMARA. **CCJ aprova três PECs que prorrogam a Zona Franca de Manaus**. Disponível em: <http://camara-dos-deputados.jusbrasil.com.br/noticias/3081890/ccj-aprova-tres-pecs-que-prorrogam-zona-franca-de-manaus>. Acessado em: 18/05/2012.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Casa 8/FUA, 2008.

ALMEIDA, Mauro Barbosa. Direito à Floresta e ambientalismo – os seringueiros e suas lutas. **Revista RBCS**, vol. 19. Nº 55. São Paulo: ANPOCS, 2004.

ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. **Coalizões de advocacia na formulação da política nacional de biodiversidade e florestas**. Dissertação de mestrado aprovada no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), 2007.

ARTS, Baas e BUIZER, Marleen. Forests, discourses, institutions. **Forest Policy and Economics**. London: Elsevier, 2008.

BÄR, Holger; JACOB, Klaus; WERLAND, Stefan. **Green Economy Discourses in the Run-Up to Rio 2012**. FFU Report 07-2011. Berlin: Environmental Policy Research Centre, Freie Universität Berlin, 2011.

BARBERO, Jesús M. Novas visibilidades políticas da cidade e visualidades narrativas da violência. **Revista Matrizes**. Dossiê perspectivas autorais nos estudos de comunicação. Nº 1. São Paulo: ECA/USP, 2007.

BARBERO, Jesús M. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

BARBOSA, Anália. Nada ainda definido. **A Crítica**, Manaus, 18 de abril de 2008. Caderno de Economia, p. A15.

BETANCHOURT, Amy Coughenour. Um diálogo nacional sobre o estabelecimento de uma "think tank": o caso de Honduras. **Revista eletrônica do Departamento de Estado dos EUA**. Volume 7. Número 3. Novembro. Ps. 40-44, 2002.

BOTELHO, Antônio José. **Redesenhando o projeto ZFM** – um estado de alerta (uma década depois). Manaus: Editora Valer, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004a.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004b.

BRANCO, Carlos. Um obstáculo chamado ZFM. **A Crítica**, Manaus, 24 de outubro de 2010. Caderno de Economia, p. E3.

BRASIL. **Decreto Lei 288/ 1967**. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/download/legislacao/federal/legi_dl_288.pdf. Acesso em: 15/05/2012.

BRASIL. **Documento de contribuição brasileira à Conferência Rio+20**. Disponível em: http://hotsite.mma.gov.br/rio20/wp-content/uploads/BRASIL_Rio_20_portugues.pdf. Acessado em: 13/12/2011.

BRIANEZI, Thaís. Recuperação da BR-319 pode gerar economia mensal de mais de R\$ 30 milhões em Manaus. **Agência Brasil**, Manaus, 21 de novembro de 2005. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/noticia/2005-11-21/recuperacao-da-br-319-pode-gerar-economia-mensal-de-mais-de-R-30-milh%C3%B5es-em-Manaus>. Acessado em: 26/04/2011.

BRIANEZI, Thaís. Liberação do Orçamento do Centro de Biotecnologia da Amazônia está com atraso de um ano. **Agência Brasil**, Manaus, 11 de julho de 2006. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/noticia/2006-07-12/liberacao-do-orcamento-do-centro-biotecnologia-da-amazonia-esta-com-atraso-de-um-ano>. Acessado em: 06/07/2011.

BRIANEZI, Thaís. **O Amazonas na arena internacional da mitigação da mudança climática**: mecanismos de mercado em pauta. Artigo apresentado no GT 7 - Sociedade, mercado e sustentabilidade do V ENANPPAS. Anais digitais: ISSN 21786127. Florianópolis, outubro, 2010a.

BRIANEZI, Thaís. **A mudança climática em disputa no Amazonas**. Artigo aceito para apresentação oral no VIII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural. Porto de Galinhas: Alasru, 2010b.

BRIANEZI, Thaís. **Dialogue and have agenda**: communication challenges faced by traditional peoples and communities in the Brazilian Amazon. Paper presented in the 11th Biennial Conference on Communication and Environment. Texas, June, 2011.

BRULLE, Robert J. From Environmental Campaigns to Advancing the Public Dialog. Environmental Communication for Civic Engagement. **Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture**, 4:1. Ps. 82-98, 2010.

BSI BRASIL. **O que é ISSO 14001?** Um guia passo a passo. Brasília: BSI, 2010. Disponível em: http://www.bsibrasil.com.br/documentos/What_is_14KBR.pdf. Acessado em: 15/06/2012.

BURSZTYN, Marcel; TOURRAND, Jean-François e SAYAGO, Dóris. Um olhar sobre a Amazônia: das cenas aos cenários. In: BURSZTYN, M.; TOURRAND, J. e SAYAGO, D. (orgs.). **Amazônia**: cenas e cenários. Brasília: UnB, 2004.

CALLEWAERT, Gustave. Bourdieu, crítico de Foucault. Tradução de Tiago Neves. **Educação, Sociedade e Culturas**, nº 19. Ps. 131-170, 2003.

CÂMARA, Silas. **Pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados em 29/03/2007.** Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acessado em: 11/08/2011.

CAMPOS, Sinésio. A Zona Franca de Manaus tem um problema de gestão. In: PARTIDOS DOS TRABALHADORES. **Transição para o futuro.** O Partido dos Trabalhadores (PT) e a Zona Franca de Manaus (ZFM): propostas para um novo tempo. P. 29 e 30, 2011.

CARBON TRADE WATCH. **Declaración de Durban sobre el comercio de carbono.** Durban, 2004. Documento eletrônico.

CARVALHO, David F. Globalização econômica, políticas públicas e exclusão social. In: CASTRO, Edna. **Estado e Políticas Públicas na Amazônia:** gestão do desenvolvimento regional. Belém: NAEA, 2001.

CARVALHO, Luiz M. TV Câmara vai à luta pelo Ibope. **Revista Piauí.** Edição 46, 2010.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. Volume II. **O Poder da Identidade.** 3^a Ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. Volume I. **A Sociedade em Rede.** 10^a Ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2007.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes das populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C. (org.) **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza dos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

CEPAL. **Análise ambiental e de sustentabilidade do Estado do Amazonas.** Santiago: Publicações Nações Unidas, 2007.

CHAPARRO, Manuel C. **Pragmática do jornalismo:** buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 2007.

CMPPC. **Acordo dos Povos sobre Mudança Climática e Direitos da Mãe Terra.** Cochabamba, 2010. Documento eletrônico.

COELHO, Cesar Augusto. Leituras divergentes. **A Crítica,** Manaus, 17 de outubro de 2010. Caderno de Economia, p. E1.

COELHO, Cesar Augusto. Falta de incentivos ao setor impede alternativas à ZFM. **A Crítica**, Manaus, 3 de outubro de 2010. Caderno de Economia, p. E6.

COELHO, Jorge. A força do PT é o debate para soluções produtivas. In: PARTIDOS DOS TRABALHADORES. **Transição para o futuro**. O Partido dos Trabalhadores (PT) e a Zona Franca de Manaus (ZFM): propostas para um novo tempo. P. 40, 2011.

COSTA, Francisco de Assis. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Belém: Sepeq / Naea, 1992.

COSTA, Gilberto. Zona Franca de Manaus quer criar selos verdes para diferenciar produtos sustentáveis. **Agência Brasil**, Brasília, 29 de outubro de 2011. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-10-29/zona-franca-de-manaus-quer-criar-selos-verdes-para-diferenciar-produtos-sustentaveis>. Acessado em: 23/11/2011.

COSTA, Jodival M. **O ponto na totalidade**: a escola como espaço complexo. Trabalho apresentado como atividade final da disciplina Espaço, Complexidade e Comunicação: o lugar da escola e seus arredores geográficos, ministrado pelo professor Dr. Antônio Carlos Castrogiovanni no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

DANTAS, Gerson Severo. PIM ou PDEI, eis a questão. **A Crítica**, Manaus, 6 de agosto de 2009. Caderno de Economia, p. E6.

DANTAS, Gerson Severo. “Há um corredor de possibilidades para o PIM”. **A Crítica**, Manaus, 3 de maio de 2009. Caderno de Economia, p. E6.

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA. O papel das think tanks na política externa dos EUA. **Revista eletrônica do Departamento de Estado dos EUA**. Volume 7. Número 3. Novembro. Ps. 1-3, 2002.

DESPRES, Leo A. **Manaus Social Life and Work in Brazil's Free Trade Zone**. New York: State University of New York Press, 1991.

DIEGUES, Antonio C. Populações tradicionais: conceitos e ambiguidades. IN: DIEGUES, A. C. **Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DIEGUES, Antonio C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000.

DRYZEK, John S. **The Politics of the Earth: Environmental Discourses**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

FEARNSIDE, Phillipe; GRAÇA, Paulo M. L. A. **BR-319: a rodovia Manaus-Porto Velho e o impacto potencial de conectar o arco de desmatamento à Amazônia Central**. Manaus: Inpa, 2005.

FELTRIN, Ricardo. Canal em HD já é mais assistido que TV Senado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 de outubro de 2011. Coluna Opinião. Disponível em: <http://f5.folha.uol.com.br/colunistas/ricardofeltrin/993139-canal-em-hd-ja-e-mais-assistido-que-tv-senado.shtml>. Acessado em: 23/07/2012.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**. Brasília, Conselho Federal de Cultura, 1972.

FOCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FOCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Edmundo Cordeiro. São Paulo: Cyberfil Literatura Digital, 2002.

FOCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUST, Christina R. & MURPHT, William O'Shannon. Revealing and Reframing Apocalyptic Tragedy in Global Warming Discourse, **Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture**, 3:2, Ps. 151-167, 2009.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. São Paulo: Annablume, 2004.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

FREITAS, Luis Renato de Lima et al. **Reflexos e Tendências do Desmatamento no sul do Amazonas**. Manaus: Sipam, 2005.

FUCAPI. **Projeto Selo Amazônico**. Disponível em: <http://www.fucapi.br/seloamazonico/>. Acessado em: 15/06/2012.

FUNTOWICZ, Silvio e RAVETZ, Jerome R. **La ciencia posnormal: ciencia con la gente.** Barcelona: Icaria, 2002.

GLASS, Verena. **O lado B da economia verde.** Roteiro para uma cobertura jornalística crítica da Rio+20. São Paulo: Fundação Heinrich Boll e Repórter Brasil, 2012.

GOMES, Kátia. Menos de 100 empresas da ZFM adotam ISSO 14.000. **A Crítica**, Manaus, 17 de julho de 2011. Portal A Crítica. Disponível em: http://acritica.uol.com.br/manaus/empresas-ZFM-adotam-ISO_0_518948434.html Acessado em: 17/07/2011.

GOMM, Roger. Analysing Written Documents. **Social Research Methodology: a critical introduction.** China: Palgrave MacMillan, 2004.

GRAZZIOTIN, Vanessa. **Pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados em 29/03/2007.** Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acessado em: 11/08/2011

GRAZZIOTIN, Vanessa. **Pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados em 26/03/2007.** Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acessado em: 11/08/2011

GRAZZIOTIN, Vanessa. **Pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados em 06/09/2007.** Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acessado em: 11/08/2011

GRAZZIOTIN, Vanessa. **Pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados em 07/04/2009.** Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acessado em: 11/08/2011

GRAZZIOTIN, Vanessa. **Pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados em 02/06/2009.** Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acessado em: 11/08/2011

GRAZZIOTIN, Vanessa. **Pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados em 13/08/2009.** Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acessado em: 11/08/2011

GRAZZIOTIN, Vanessa. **Pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados em 04/11/2010.** Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acessado em: 11/08/2011

GUIMARÃES, Cínthia. Licenças ambientais emperram rodovias no Amazonas. **A Crítica**, Manaus, 6 de junho de 2012. Portal A Crítica. Disponível em: http://acritica.uol.com.br/noticias/Amazonia-Amazonas-Manaus-licencas-ambientais-emperram-rodovias_0_713928617.html. Acessado em: 14/06/2012.

GUIMARÃES, Cínthia. Empresários defendem rodovias BR-319 e 230. **A Crítica**, Manaus, 7 de junho de 2012. Portal A Crítica. Disponível em: http://acritica.uol.com.br/noticias/Manaus-Amazonas-Amazonia_0_714528579.html. Acessado em: 14/06/2012.

GUIMARÃES, Cínthia. Dilma diz que Zona Franca de Manaus tem validade até 2073. **A Crítica**, 23 de março de 2011. Portal A Crítica. Disponível em: http://acritica.uol.com.br/noticias/Dilma-Zona-Franca-Manaus-validade_0_449355144.html Acessado em: 25/07/2011.

GUZMÁN, Sandra. Transición hacia una economía verde: de la forma al fondo. América Latina em movimento. **El cuento de la economía verde**. Septiembre – Octubre. Año XXXV. II época. Quito: Agencia Latinoamericana de Información. Ps. 20-22, 2011.

HAJER, Marteen. **The Politics of Environmental Discourse**. Ecological modernization and the policy process. Oxford: Clarendon Press, 1995.

HAJER, Marteen. Coalitions, practices and meaning in environmental politics: from acid rain to BSE. In: HOWARTH, David and TORFING, Jacobi (Eds.). **Discourse Theory in European Politics**. Identity, Policy and Governance. London: Palgrave Macmillan, 2005.

HAJER, Marteen. Doing discourse analysis: coalitions, practices, meanings. In: DEN BRINK, Margo van and METZE, Tamara (Eds). **Words matter in policy and planning**. Discourse theory and method in social science. Utrecht: Netherlands Geographical Studies, 2006.

HAJER, Marteen and VERSTEEG, Wytske . **A decade of discourse analysis of environmental politics: achievements, challenges, perspectives**. **Journal of Environmental Policy and Planning**. Volume 7, No. 3, September, 2005.

HAJER, Marteen and VERSTEEG, Wytske. **Political rhetoric in the Netherlands: reframing crisis in the media**. Amsterdam: Migration Council Institute, 2009.

HALL, Anthony. Better REDD than dead: paying the people for environmental services in Amazonia. **Philosophical Transitions of the Royal Society**, 363(34), Ps. 1925-1932, 2008.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HASS, Richard N. **“Think tanks” e a política de relações exteriores dos EUA: a perspectiva de um formulador de políticas.** Ps. 5-9, 2002.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1978.

IANNI, Octavio. **Colonização rural e contra-reforma agrária na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979.

IBGE. **Censo 2010: conglomerados subnormais.** Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Aglomerados_subnormais/. Acessado em: 12/06/2012.

IBGE. **Censo 2010: primeiros resultados.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acessado em: 05/11/2010.

IBGE. **Contas Regionais do Brasil 2005 a 2009.** Série Contas Nacionais, nº 35. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2009/contasregionais2009.pdf>. Acessado em: 17/05/2012.

JACOBI, Pedro R.; MONTEIRO, Fernando; FERNANDES, Maria L. B (2009). **Educação e Sustentabilidade: caminhos e práticas para uma educação transformadora.** São Paulo: Evoluir Cultural, 2009.

JICA. **Questões atuais da gestão de resíduos industriais (GRI) no PIM.** Manaus, 2010a. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/publicacoes/jica/sem_ses_2_issues_iwm_pt.ppt . Acessado em 16/03/2011.

JICA. **Estudo para o desenvolvimento de uma solução integrada relativa à gestão de resíduos industriais no Pólo Industrial de Manaus.** Relatório final, 2010b. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/download/publicacoes/jica/relatorios/GEJR10089%20RELATORIO%20PRINCIPAL.pdf>. Acessado em 16/03/2012.

JICA. **Estudo para o desenvolvimento de uma solução integrada relativa à gestão de resíduos industriais no Pólo Industrial**

de Manaus. Informativo – volume 7, 2010c. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/download/publicacoes/jica/newsletter_nr007_pt.pdf. Acessado em 16/03/2012.

JICA. **Estudo para o desenvolvimento de uma solução integrada relativa à gestão de resíduos industriais no Pólo Industrial de Manaus**. Resumo, 2010d. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/download/publicacoes/jica/relatorios/GEJR10089%20RESUMO.pdf>. Acessado em 16/03/2012.

KUCINSKI, Bernardo. **Paradoxos do Jornalismo Econômico**. *Revista Adusp*. São Paulo: Adusp, 1997.

LANDER, Edgar. El lobo se viste con piel de cordero. Cuidado con la economía de la biomasa. América Latina em movimento. **El cuento de la economía verde**. Septiembre – Octubre. Año XXXV. II época. Quito: Agencia Latinoamericana de Información. Ps. 1-6, 2011.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. Ensaio de Antropologia Simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994a.

LATOUR, Bruno. **A profissão de pesquisador**: olhar de um antropólogo. Conferência-debate no Instituto Nacional de Pesquisas Agronômicas, Paris, 1994b.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza**: como fazer ciência na democracia. São Paulo: Edusc, 2004.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEITE, Ronaldo. **Pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados em 14/10/2008**. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acessado em: 09/08/2011

LEITE LOPES, José Sérgio et al. Audiência Pública em Angra dos Reis: Debate em torno do Licenciamento de uma Usina Nuclear. In: M. Palmeira e C. Barreira (orgs.). **Política no Brasil**: Visões de Antropólogos. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2006.

LEON, Osvaldo. Entrevista a Boaventura de Souza Santos. Economía verde: la consciencia máxima del capitalismo. América Latina em movimento. **El cuento de la economía verde**. Septiembre – Octubre. Año XXXV. II época. Quito: Agencia Latinoamericana de Información. Ps. 7 -10, 2011.

LIMA, Albuquerque. **Pronunciamento do Ministro do Interior na posse do primeiro superintendente da Suframa**. Manaus, 1967. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/suframa_publicacoes_hugoalmeida.cfm. Acessado em: 12/05/2011.

LIMA, Astrid; PALLADINO, Andrea. Água invisível (filme-vídeo). Brasil, 2009. DVD, 60 min. color.

LIMA, Joubert. Samsug não nega nem confirma saída do PIM. **A Crítica**, Manaus, 9 de março de 2007. Caderno de Economia, p. A14.

LIMA, Joubert. Pioneer vai instalar planta própria no PIM. **A Crítica**, Manaus, 12 de abril de 2007. Caderno de Economia, p. A15.

LIMA, Joubert. Baixa qualificação. **A Crítica**, 19 de setembro de 2010. Caderno de Economia, p. E1.

LIMA, Joubert. PIM busca solução para seus resíduos industriais. **A Crítica**, 7 de abril de 2010. Caderno de Economia, p. A14.

LIMA, Luciane. Dilma assina proposta para prorrogar benefícios da Zona Franca de Manaus por mais 50 anos. **Agência Brasil**, Brasília, 24 de outubro de 2011. Disponível em: <http://agenciabrasil.abc.com.br/noticia/2011-10-24/dilma-assina-proposta-para-prorrogar-beneficios-da-zona-franca-de-manaus-por-mais-50-anos>. Acessado em: 18/05/2012.

LINS, Átila. **Pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados em 28/02/2007**. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acessado em: 11/08/2011

LINS, Átila. **Pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados em 12/08/2009**. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acessado em: 11/08/2011

LINS, Átila. **Pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados em 05/11/2009.**
Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>.
Acessado em: 11/08/2011

LINS, Átila. **Pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados em 03/11/2010.**
Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>.
Acessado em: 11/08/2011

LINS, Átila. **Pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados em 06/10/2010.**
Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>.
Acessado em: 11/08/2011

LITTLE, Paul E. Ambientalismo e Amazônia: encontros e desencontros. In: SAYAGO, Doris et al. **Amazônia: cenas e cenários.** Brasília: Editora UnB, 2004.

MACHADO, José Alberto da Costa. Zona Franca de Manaus: contextualização, circunstâncias atuais e futuro.. In: PARTIDOS DOS TRABALHADORES. **Transição para o futuro.** O Partido dos Trabalhadores (PT) e a Zona Franca de Manaus (ZFM): propostas para um novo tempo. Ps. 15-26, 2011.

MAGLIANO, Raimundo; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. `Think tanks´ - por que o Brasil precisa deles. **Valor Econômico**, São Paulo, 26 de julho de 2007. Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/Pdf/Artigo_ThinkTanks.pdf Acessado em: 20/08/2011.

MAMANI, Fernando Huanacuni. **Vivir Bien / Bien Vivir:** filosofia, políticas, estratégias y experiencias regionales. La Paz: Instituto Internacional de Integración, 2010.

MANHÃ, Clarice. Gastos de R\$ 259 mil por ano. **A Crítica**, Manaus, 28 de abril 2010. Caderno de Economia, p. A15.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres.** São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MATTELLART, Armand. A construção social do direito à comunicação como parte integrante dos direitos humanos. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação.** São Paulo, v. 32, nº 1, jan./jun. Ps. 33-50, 2009.

MAY, Peter H.; CALIXTO, Bruno; GEBARA, Maria Fernanda. **REDD+ politics in the media.** A case study from Brazil. Working paper 55. Bogor (Indonesia): Cifor, 2011.

MCGANN, James G (2002). As "think tanks" e a transnacionalização da política externa. **Revista eletrônica do Departamento de Estado dos EUA**. Volume 7. Número 3. Novembro. Ps. 15-20, 2002.

MEDINA, Emerson. Suframa e Fucapi lançam projeto de Selo Amazônico. **Site da Suframa**, Manaus, 15 de dezembro 2010. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/suf_pub_noticias.cfm?id=10037. Acessado em: 19/01/2011

MELLO, Neli Aparecida de. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.

MESQUITA, Priscila. “A logística ainda não se estruturou na Região”. Entrevista com Olavo Tapajós. **A Crítica**, Manaus, 1º de junho de 2008. Caderno de Economia, p. E6.

MESQUITA, Priscila. Efeito PIM barra desmatamento. **A Crítica**, Manaus, 13 de setembro de 2008. Caderno de Economia, p. A14.

MESQUITA, Priscila. Questões que perturbam o sono dos empresários. **A Crítica**, Manaus, 20 de julho de 2008. Caderno de Economia, p. E6.

MILSTEIN, Telma. Environmental Communication Theories. In: LITTLEJOHN, Stephen W.; FOSS, Karen A. (eds.). **Encyclopedia of Communication Theory**. University of New Mexico. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore and Washington DC: Sage, 2009.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Brasil em cidades 2012**. Manaus. Disponível em: <http://www.brasilemcidades.gov.br/src/php/frmPerfilMunicipal.php?idIBGE=130260>. Acessado em: 12/06/2012.

MOL, Arthur P. J. and SONNENFELD, David A. Ecological modernisation around the world: an introduction. **Environmental Politics**, 9: 1, 2000.

MOL, Arthur P. J. and SPARGAAREN, Gert. Ecological Modernization Theory in Debate: a review. **Environmental Politics**, 9: 1, 2000.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 82ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MOSQUEIRA, Victor Báez. Un enfoque sindical sobre desarrollo sostenible. América Latina em movimento. **El cuento de la economía verde**. Septiembre – Octubre. Año XXXV. II época. Quito: Agencia Latinoamericana de Información. Ps. 47 – 48, 52, 2011.

MOUTINHO, Paulo; SCHWARTZMAN, S. **Tropical deforestation and climate change**. Belém: IPAM, 2005.

MUCHAIL, Salmo. A trajetória de Michel Foucault. In: MUCHAIL, S. **Foucault, simplesmente**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

NERLICH, Brigitte; KOTEYKO, Nelya; BROWN, Brian. Theory and language of climate change communication. **WIREs Climate Change**. John Wiley & Sons. Volume !, jan/fev, 2010.

NETO, Artur. **Pronunciamento no plenário do Senado Federal em 26/06/2007**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=369035>. Acessado em 06/12/2010.

NETO, Artur. **Pronunciamento no plenário do Senado Federal em 15/07/2007**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=370610>. Acessado em 06/12/2010.

NETO, Artur. **Pronunciamento no plenário do Senado Federal em 03/06/2008**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=374153>. Acessado em: 26/07/2011

NETO, Artur. **Pronunciamento no plenário do Senado Federal em 01/07/10**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=385112>. Acessado em: 02/12/2010

NETO, Artur. **Pronunciamento no plenário do Senado Federal em 09/04/10**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=385112>. Acessado em: 08/08/2011

NETO, Artur. **Pronunciamento no plenário do Senado Federal em 07/07/10**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=385189>. Acessado em: 08/08/2011

NETO, Artur. **Pronunciamento no plenário do Senado Federal em 08/07/10**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=385158>. Acessado em: 08/08/2011

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2007.

NOWOTNY, Helga. The increase of complexity and its reduction: emergent interfaces between the natural sciences, humanities and social sciences. *Theory Culture Society*. Sage Publications, 2005.

OELS, Angela. Rendering climate change governable: from biopower to advanced liberal government?. *Journal of Environmental Policy & Planning*, 7: 3, 2005.

OLIVEIRA JR, Aristides e MACHADO, José A. C. O Polo Industrial de Manaus e sua Dinâmica. In: RIVAS, Alexandre A. F.; MOTA, José A.; MACHADO, José A. C. (orgs.). **Instrumentos econômicos para a proteção da Amazônia: a experiência do Pólo Industrial de Manaus**. Curitiba: Editora CRV / Piatam, 2009a.

ONU. **The future we want**. Declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.uncsd2012.org/content/documents/727The%20Future%20We%20Want%2019%20June%201230pm.pdf>

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Editora Pontes, 2003.

OUR WORLD IS NOT FOR SALE NETWORK. **Change trade, no our climate!** Disponível em: <<http://www.ourworldisnotforsale.org/en/report/change-trade-not-our-climate>>. Acessado em 06/10/2009.

PACHECO, Floriano. **Discurso de posse como primeiro superintendente da Suframa**. Manaus, 1967. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/suframa_publicacoes_floriano-pacheco.cfm. Acessado em: 12/05/2011.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Transição para o futuro**. O Partido dos Trabalhadores (PT) e a Zona Franca de Manaus (ZFM): propostas para um novo tempo. Manaus: diretório estadual do PT, 2011.

PATRÍCIA, Terezinha. CAS consolida retomada do segmento de ar condicionado. **A Crítica**, Manaus, 12 de dezembro de 2007. Caderno de Economia, p. A14.

PATRÍCIA, Terezinha. Vita Derm vai investir R\$ 1,2 mi. **A Crítica**, Manaus, 14 de dezembro de 2007. Caderno de Economia, p. A14.

PATRÍCIA, Terezinha. Nem tudo são flores nas indústrias do PIM. **A Crítica**, Manaus, 4 de maio de 2008. Caderno de Economia, p. E1.

PATRÍCIA, Terezinha. Aumentaram em 30% as doenças ocupacionais. **A Crítica**, Manaus, 24 de julho de 2008. Caderno de Economia, p. A15.

PATRÍCIA, Terezinha. Mão-de-obra escassa. **A Crítica**, Manaus, 17 de agosto de 2008. Caderno de Economia, p. E1.

PATRICIA, Terezinha. “Garoto propaganda” do Amazonas. **A Crítica**, Manaus, 11 de setembro de 2008. Caderno de Economia, p. A16.

PATRÍCIA, Terezinha. Exército segue obras no trecho liberado da 319. **A Crítica**, Manaus, 3 de janeiro de 2009. Caderno de Economia, p. A14.

PAULA, Elder A. A conquista da terra nas florestas do Acre. In: MEDEIROS, Leonilde; LEITE, Sérgio (orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre / Rio de Janeiro: Editora Universidade / UFRGs / CPDA, 1999.

PAULO, Antonio. Amazonas obtém vitória no Supremo contra o Paraná. **A Crítica**, Manaus, 20 de setembro de 2007. Caderno de Economia, p. A16.

PAULO, Antonio. Sindicalistas preocupados com a ameaça aos empregos. **A Crítica**, Manaus, 4 de maio de 2007. Caderno de Economia, p. A15.

PAULO, Antônio. Tese da “indústria limpa” em defesa da Zona Franca. **A Crítica**, Manaus, 16 de julho de 2008. Caderno de Economia, p. A16.

PAULO, Antônio. “O modelo ZFM é como um mata borrão”. **A Crítica**, Manaus, 20 de julho de 2008. Caderno de Economia, p. E8.

PAULO, Antonio. PEC da prorrogação já está na Câmara. **A Crítica**, Manaus, 28 de outubro de 2011. Caderno de Economia, p. A9.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Uma crítica à afirmação do Óbvio. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

PEDRO, João. **Pronunciamento no plenário do Senado Federal em 28/10/08**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/defTexto.asp?t=376423>. Acessado em: 08/08/2011

PEDRO, João. **Pronunciamento no plenário do Senado Federal em 26/02/2009**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=377948>. Acessado em: 26/07/2011

PEDRO, João. Postura de liderança e reflexão. In: PARTIDOS DOS TRABALHADORES. **Transição para o futuro**. O Partido dos Trabalhadores (PT) e a Zona Franca de Manaus (ZFM): propostas para um novo tempo. Ps. 12-14, 2011.

PEDROSA, Júlio. Convênio de R\$ 72 milhões garante asfalto à BR-317. **A Crítica**, Manaus, 6 de fevereiro de 2009. Caderno de Cidades, p. C2.

PEREIRA, Deusamir. **Estudo Etiológico do Modelo Zona Franca de Manaus**. Dissertação aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Prodere. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2004.

PEREIRA, José Alberto Gonçalves. **Radar Rio+20**. Por dentro da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: FGV, ISA e Vitae Civillis, 2011.

PIATAM. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.institutopiatam.org.br/quemsomos.php>. Acessado em: 06/06/2012.

PIRES, Mauro O. A trajetória do conceito de desenvolvimento sustentável na transição de paradigmas. In: BRAGA, L.M.G. e SANTANA, M.L. **Tristes cerrados** – sociedade e biodiversidade. Brasília: Paralelo 15, 1998.

PORTAL AMAZÔNIA. Senadores assinam PEC para prorrogar ZFM. **Portal Amazônia**, Manaus, 25 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.portalamazonia.com.br/secao/noticias/2011/06/25/senadores-assinam-pec-para-prorrogar-zona-franca>. Acessado em: 26/07/2011.

PORTAL D24AM. Justiça aceita mais uma denúncia contra a ex-superintendente da Suframa, Flávia Grosso. **Portal D24AM**, Manaus, 1º de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.d24am.com/noticias/politica/justica-aceita-mais-uma-denuncia-contr-a-exsuperintendente-da-suframa-flavia-grosso/49092> Acessado em: 23/05/2012.

PRACIANO, Francisco. **Pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados em 01/03/2007**. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acessado em: 11/08/2011

PRACIANO, Francisco. **Pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados em 26/11/2008**. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acessado em: 09/08/2011

PRACIANO, Francisco. **Pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados em 25/11/2010**. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acessado em: 11/08/2011

PRADO, José L. A.; BUENO, Vinicius P. da F. **Regimes de convocação da biopolítica do desempenho nas revistas brasileiras de negócios**. Trabalho apresentado no GT14 do XI Congresso da Associação Latinoamericana de Estudos da Comunicação. Montevideu, maio, 2012.

PRAIA, Jefferson. **Pronunciamento no plenário do Senado Federal em 15/10/2008**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=376006>. Acessado em: 08/08/2011

PRAIA, Jefferson. **Pronunciamento no plenário do Senado Federal em 17/09/2008**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=375662>. Acessado em: 26/07/2011

RECEITA FEDERAL. MP regulamentará pontos mais polêmicos das ZPEs. **Site da Receita Federal**, Brasília, 24 de julho de 2007. Disponível em: http://www.receita.fazenda.gov.br/automaticoSRFSinot/2007/07/24/2007_07_24_15_41_40_166262768.html. Acessado em: 16/05/2012.

REDAÇÃO. CUT vai protestar na bolsa de NY. **A Crítica**, Manaus, 13 de março de 2007. Caderno de Economia, p. A15.

REDAÇÃO. PPB dos cosméticos é publicado. **A Crítica**, Manaus, 28 de dezembro de 2007. Caderno de Economia, p. A14.

REDAÇÃO. Antônio Silva eleito presidente do FIEAM. **A Crítica**, Manaus, 4 de agosto de 2007. Caderno de Economia, p. A14.

REDAÇÃO. Nordeste faz lobby para tirar CDs e DVDs do PIM. **A Crítica**, Manaus, 4 de maio de 2007. Caderno de Economia, p. A15.

REDAÇÃO. Estado denuncia discriminação paulista à ZFM. **A Crítica**, Manaus, 13 de agosto de 2007. Caderno de Economia, p. A8.

REDAÇÃO. Greve pode gerar demissões no PIM, diz Sinaees. **A Crítica**, Manaus, 5 de abril de 2008. Caderno de Economia, p. A14. Manaus: jornal A Crítica.

REDAÇÃO. Funcionários da Gatsby cruzam os braços. **A Crítica**, Manaus, 19 de abril de 2008. Caderno de Economia, p. A15. Manaus: jornal A Crítica.

REDAÇÃO. Em busca de modelo gestor. **A Crítica**, Manaus, 18 de março de 2008. Caderno de Economia, p. A14.

REDAÇÃO. Invasão lembra que nem tudo são flores. **A Crítica**, Manaus, 28 de março de 2008. Caderno especial de aniversário da ZFM, p. ZF15.

REDAÇÃO. Amazonas terá investimento de R\$ 2,2 bilhões. **A Crítica**, Manaus, 15 de julho de 2008. Caderno de Economia, p. A13.

REDAÇÃO. Aos 20 anos, Videolar anuncia nova fábrica. **A Crítica**, Manaus, 15 de maio de 2008. Caderno de Economia, p. A14.

REDAÇÃO. Zona Franca na Bahia não passa. **A Crítica**, Manaus, 15 de maio de 2008. Caderno de Economia, p. A15.

REDAÇÃO. Faturamento disparou, mas rendimento do salário caiu. **A Crítica**, Manaus, 28 de fevereiro de 2009. Caderno especial, p. EP10.

REDAÇÃO. Pauta com 31 projetos será analisada hoje. **A Crítica**, Manaus, 23 de agosto de 2009. Caderno de Economia, p. A15.

REDAÇÃO. Guianos vem observar ZFM. **A Crítica**, Manaus, 15 de dezembro de 2009. Caderno de Economia, p. A15.

REDAÇÃO. Relação evoluiu, mas não satisfaz. **A Crítica**, Manaus, 28 de fevereiro de 2009. Caderno especial, p. EP12.

REDAÇÃO. Uma indústria em construção. **A Crítica**, Manaus, 19 de abril de 2009. Caderno de Economia, p. A9.

REDAÇÃO. Indústria do Polo de Manaus reduz impactos ambientais. **Portal do Diário do Amazonas**, Manaus, 4 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.d24am.com/amazonia/meio-ambiente/industria-do-polo-industrial-de-manaus-reduz-impactos-ambientais/25558>. Acessado em 10/10/2011

REDAÇÃO. Alfredo Nascimento volta a cobrar conclusão da BR-319 à presidente Dilma. **Portal A Crítica**, Manaus, 11 de junho de 2012. Disponível em: http://acritica.uol.com.br/manaus/Alfredo-Nascimento-BR-319-presidente-Dilma-Amazonia-Amazons-Manaus_0_716928368.html. Acessado em: 14/06/2012.

REPÓRTER BRASIL. **O Brasil dos agrocombustíveis**: impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade. Cana 2009. Volume 6. Disponível em: http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v6.pdf. Acessado em: 12/06/2012.

REPÓRTER BRASIL. **Trabalho escravo e destruição do meio ambiente**. Fascículo do programa “Escravo, nem pensar”. Disponível em: http://www.escravonempensar.org.br/materiais.php?id=1&mat_id=81. Acessado em: 12/06/2012.

RIBEIRO, Silvia. Los verdaderos colores de la economía verde. América Latina em movimiento. **El cuento de la economía verde**. Septiembre – Octubre. Año XXXV. II época. Quito: Agencia Latinoamericana de Información. Ps. 23-26, 2011.

RIVAL, Laura. **Sustainable development through policy integration**. A comparative approach. Occasional paper seven: social dimensions on green economy and sustainable development. Geneva: UNRISD and FES, 2012.

RIVAS, Alexandre A. F.; MOTA, José A.; MACHADO, José A. C (orgs.). **Impacto virtuoso do Pólo Industrial de Manaus sobre a proteção da floresta amazônica**: discurso ou fato? Manaus: Instituto Piatam, 2009a.

RIVAS, Alexandre A. F.; MOTA, José A.; MACHADO, José A. C. (orgs.). **Instrumentos econômicos para a proteção da Amazônia**: a experiência do Pólo Industrial de Manaus. Curitiba: Editora CRV. Co-Editora: Piatam, 2009b.

RUFINO, Eliaquim. **Mosquito da malária**. Letra original, 1997. Disponível em: <http://multishow.globo.com/musica/eliaquim-rufino/mosquito-da-malaria>. Acessado em: 14/06/2012.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel e Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SACHS, Ignacy. De volta à mão visível: os desafios da Segunda Cúpula da Terra no Rio de Janeiro. **Dossiê sustentabilidade**. Revista Estudos Avançados. Volume 25 - Número 73 – Setembro. Ps 7-20, 2011.

SANTANA, Valdemir. Somos rápidos no trabalho e tratados como subprodutos. In: **PARTIDOS DOS TRABALHADORES. Transição para o futuro**. O Partido dos Trabalhadores (PT) e a Zona Franca de Manaus (ZFM): propostas para um novo tempo. P. 32, 2011.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Boaventura S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço** – técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2004.

SCHERER, Elenise Faria. Desemprego, trabalho precário e des-cidadanização na Zona Franca de Manaus. **Somanlu**, ano 4, no. 1, jan/jun. Ps. 125-146, 2004.

SENADO FEDERAL. **Regimento Interno do Senado Federal**. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/regsf/RegInternoSF_Vol1.pdf. Acessado em 13/09/2011.

SENADO FEDERAL. **Comunicação do Senado responde à Folha sobre a audiência da TV Senado**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/BLOG/posts/comunicacao-do-senado-responde-a-folha-sobre-audincia-da-tv-senado.aspx>. Acessado em: 23/07/2012.

SERAFICO, J. e SERAFICO, M. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. **Revista de Estudos Avançados**, vol.19, n.54. São Paulo: IEA/USP, 2005.

SERAFICO, Marcelo. **Globalização e empresariado**. Estudo sobre a Zona Franca de Manaus. São Paulo: Editora Annablume, 2011.

SERAFIM, Marcelo. **Pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados em 02/03/2010**. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acessado em: 11/08/2011

SILVA, Márcia P. M. Impactos da reestruturação produtiva nas expressões de consciência de classe dos operadores de produção da Zona Franca de Manaus. **Somanlu**, ano 4, no. 1, jan/junho. Ps. 99-124, 2004.

SILVA, Renilson. Educação que deixa a desejar. **A Crítica**, Manaus, 14 de abril de 2008. Caderno de Economia, p. A8.

SORRENTINO, Marcos; NASCIMENTO, Elimar P. Universidade e Políticas Públicas de Educação Ambiental. **Revista Educação em Foco**. Juiz de Fora. Volume 14, nº2, fevereiro, ps 15-38, 2010.

SOUZA, Carlos. **Pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados em 28/02/2007**. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acessado em: 11/08/2011

SUCURSAL DE BRASÍLIA. ZPEs oferecem risco à ZFM. **A Crítica**, Manaus, 11 de abril de 2007. Caderno de Economia, p. A15.

SUFRAMA. Revisão de ações visa o fortalecimento regional. **Revista Suframa Hoje**. Ano VIII, edição 35, setembro, p. 17, 2007.

SUFRAMA. Desenvolvimento regional fortalecido. **Revista Suframa Hoje**. Ano IX, edição 37, fevereiro. Ps. 10-11, 2008a.

SUFRAMA. Inteligência amazônica inova em tecnologia. **Revista Suframa Hoje**. Ano IX, edição 38, junho. Ps. 12-23, 2008b.

SUFRAMA. Institutos potencializam crescimento econômico em Rondônia. **Revista Suframa Hoje**. Ano IX, edição 41, novembro. Ps. 30-33, 2008c.

SUFRAMA. Conhecimento amplia horizontes de oportunidades sustentáveis no Acre. **Revista Suframa Hoje**. Ano IX, edição 37, fevereiro. Ps. 10-11, 2008d.

SUFRAMA. Biocosméticos: uma nova perspectiva econômica para a região amazônica. **Revista Suframa Hoje**. Ano IX, edição 37, fevereiro. P. 24, 2008e.

SUFRAMA. Novo PPB estimula pólo de cosméticos. **Revista Suframa Hoje**. Ano IX, edição 37, fevereiro. P. 7, 2008f.

SUFRAMA. Estudo deve viabilizar Plano Diretor em gestão de resíduos industriais. **Revista Suframa Hoje**. Ano VIII, edição 42, dezembro. P. 10, 2008g.

SUFRAMA. Amazônia sustentável. **Revista Suframa Hoje**. Ano IX, edição 37, fevereiro. P. 1, 2008h.

SUFRAMA. Sepror e Suframa firmam convênio para recuperar vicinais na ZF5. **Revista Suframa Hoje**. Ano X, edição 43, março. P. 23, 2009a.

SUFRAMA. Estande de orgânicos é novidade na Fiam 2009. **Revista Suframa Hoje**. Ano X, edição 45, agosto. Ps. 20-21, 2009b.

SUFRAMA. Feira incrementa boas práticas ambientais. **Revista Suframa Hoje**. Ano X, edição 47, novembro. P. 25, 2009c.

SUFRAMA. Pesquisas apontam novos caminhos para Roraima. **Revista Suframa Hoje**. Ano X, edição 43, março. Ps. 18-21, 2009d.

SUFRAMA. Jornada de seminários aponta rumos para a região. **Revista Suframa Hoje**. Ano IX, edição 48, dezembro. Ps. 16-19, 2009c.

SUFRAMA. Plano estratégico, 2010. Disponível em:

http://www.suframa.gov.br/download/documentos/plano_estrategico_suframa_res43CAS_07042010.pdf. Acessado em: 23/05/2012.

SUFRAMA. Suframa define novo planejamento estratégico. **Revista Suframa Hoje**. Ano X, edição 50, junho. Ps. 4-7, 2010b.

SUFRAMA. Projeto do CBA/SA é encaminhado à Casa Civil. **Revista Suframa Hoje**. Ano X, edição 50, junho. Ps. 20-21, 2010c.

SUFRAMA. Jornada de seminários aponta rumos para a região. **Revista Suframa Hoje**. Ano X, edição 49, março. Ps. 24-26, 2010d.

SUFRAMA. Técnicos recebem treinamento no Japão sobre resíduos industriais. **Revista Suframa Hoje**. Ano X, edição 49, março. P. 24, 2010e.

SUFRAMA. Seminário debate desenvolvimento sustentável na Amazônia. **Revista Suframa Hoje**. Ano X, edição 51, setembro. P. 26, 2010f.

SUFRAMA. PIM elabora plano diretor de resíduos sólidos. **Revista Suframa Hoje**. Ano X, edição 50, junho. P. 22-23, 2010g.

SUFRAMA. **Modelo Zona Franca**. Incentivos. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/zfm_incentivos.cfm. Acessado em: 17/05/2012.

SUFRAMA. **Indicadores de desempenho do Pólo Industrial de Manaus: 2007 - 2012**. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/download/indicadores/Indicadores%20Desempenho_PIM_Mar%C3%A7o_2012-09_14_33.pdf. Acessado em: 17/05/2012.

SUFRAMA. **Marca Produzido no Pólo Industrial de Manaus**. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/noticias/marcas.cfm>. Acessado em: 18/05/2012.

SUFRAMA. **CAS**. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/suframa_cas.cfm. Acessado em: 23/05/2012.

SUFRAMA. **Modelo Zona Franca: área de benefícios**. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/zfm_area_de_beneficios.cfm. Acessado em: 23/05/2012.

SUFRAMA. **Centro de Biotecnologia da Amazônia**. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/cba/ainstituicao.cfm>. Acessado em: 24/05/2012.

SUFRAMA. **Situação das empresas sediadas na Amazônia Ocidental com projetos simplificados aprovados pela Suframa até abril de 2012**. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/download/perfil/TAB_PERFIL_Abril.pdf. Acessado em: 24/05/2012.

SUFRAMA. Inventário de resíduos sólidos. **Revista Suframa Hoje**. Ano XII, edição 58, junho. P. 8-9, 2012h.

SUFRAMA. Economia verde. **Revista Suframa Hoje**, Ano XII, edição 58, junho. P. 1, 2012i.

TALBOTT, Strobe. O Brookings Institution: como funciona uma "think tank". **Revista eletrônica do Departamento de Estado dos EUA**. Volume 7. Número 3. Novembro. Ps. 21-24, 2002.

TASSARA, Eda T. O. A propagação do discurso ambientalista e a produção estratégica de dominação. **Espaços e Debates** – Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano XII. Ps. 11-15, 1999.

TASSARA, Eda T. O. Educação ambiental crítica: pesquisa-ação, participação, silêncios e “silenciamentos”. **Pesquisa em Educação Ambiental**. Volume 1, número 1. julho/dezembro, 2006.

THE FORESTS DIALOGUE. **Investing in REDD-plus**: consensus recommendations on frameworks for the financing and implementation of REDD-plus. TFD Review. Nº 1. New Haven, 2012.

THOMAS, Jin. Cuidado con la economía de la biomasa. América Latina em movimiento. **El cuento de la economía verde**. Septiembre – Octubre. Ano XXXV. II época. Quito: Agencia Latinoamericana de Información. Ps. 30-32, 2011.

TONEN-ROS, Mirjam. Novas perspectivas parra a gestão sustentável da floresta amazônica: explorando novos caminhos. *Revista Ambiente & Sociedade*, v. X, nº 1, Campinas, jan/jun, 2007.

TONKISS, Fran. Analysing discourse. In: SEALE, Clive (Ed.). **Researching society and culture**. Sage Publications. London, Thousand Oaks, New Delhi, 2001.

TORRES, Iraíldes Caldas. **Impactos da reestruturação produtiva na Zona Franca de Manaus/BRASIL**. Artigo apresentado no IV Congresso Português de Sociologia. Universidade de Coimbra, abril, 2010.

TSE. **Banco de dados das eleições 2010**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/eleicoes-2010/estatisticas>. Acessado em: 18/05/2012.

VALLE, Acyane do. Tabatinga poderá ter ZPE só no papel. **A Crítica**, Manaus, 25 de abril de 2010. Caderno de Economia, p. E6.

VALLE, Acyane do; LIMA, Joubert. Estrutura deficitária. **A Crítica**, Manaus, 2 de maio de 2010. Caderno de Economia, p. E7.

VELHO, Otávio. **Capitalismo, autoritarismo e campesinato**. São Paulo: Editora Difel, 1976.

VILLAMAR, Alejandro. La disputa por la justicia climática es de valores, no de colores. América Latina em movimento. **El cuento de la economía verde**. Septiembre – Octubre. Año XXXV. II época. Quito: Agencia Latinoamericana de Información. Ps. 14-19, 2011.

VITA DERM. **História**. Disponível em:
<http://www.vitaderm.com.br/2008/index.php/empresa/br>. Acessado em 24/05/2012.

VOIVODIC, Mauricio de A. **Os desafios de legitimidade em sistemas multissetoriais de governança**: uma análise do Forest Stewardship Council. Dissertação de mestrado aprovada no Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (Procam/USP), 2010.

WALTERS, William. Some critical notes on “governance”. *Studies in Political Economy* 73. Spring / Summer, 2004.

WEAVER, Kant. The changing world of think tanks. **PS: Political Science and Politics**. September. Ps. 563-578, 1989.

WUNDER, Sven. Direct Payments for Environmental Services Spelling Doom for Sustainable Forest Management in the Tropics? **Ecology and Society**, 11 (2): 23, 2006.

ZHOURI, Andréa. Global – Local Amazon Politics. Conflicting paradigms in the rainforest campaign. **Theory, Culture & Society**. SAGE, London, Thousand Oaks and New Delhi, Vol. 21(2). Ps. 69–89, 2004.

ZHOURI, Andréa. “Adverses forces” in the Brazilian Amazon: Developmentalism versus Environmentalism and Indigenous Rights. **The Journal of Environmental Development** 19: 252, 2010.

